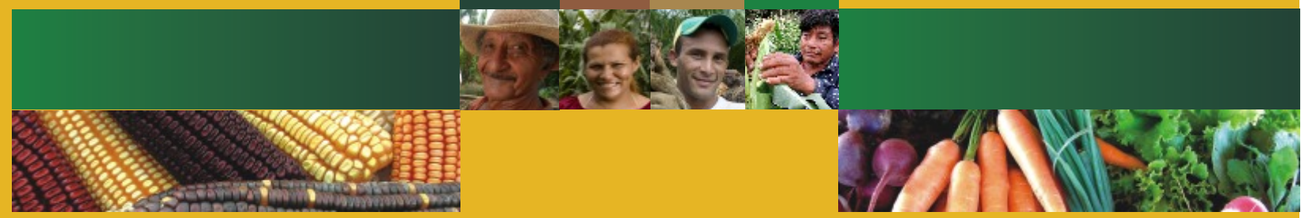
Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

RESULTADO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE ATER

BRASÍLIA,
10 A 13 DE JUNHO
DE 2008



CONSOLIDAR A PNATER,
FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

ÍNDICE

1. Apresentação.....07

2. Histórico da Ater no Brasil.....09

3. A Nova Política Nacional de ATER.....11

4. Objetivos.....13
4.1. Objetivo Geral.....13
4.2. Objetivos específicos.....13

5. Avanços e Dificuldades na Implementação da Pnater.....14
EIXO 1: Ater para o desenvolvimento sustentável e solidário.....14
EIXO 2: A instituição da ater pública (sibrater).....22
EIXO 3: Abordagem da ater pública.....27
EIXO 4: Ater na geração e apropriação de renda (processo produtivo.....34
EIXO 5: Ater na qualificação das políticas públicas.....38

6. Diretrizes estratégicas para a implementação da Pnater.....47
6.1. Ater para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.....47
6.1.1. Soberania e Segurança Alimentar.....48
6.1.2 Superação da Pobreza Rural.....49
6.1.3. Meio Ambiente.....49
6.1.4. Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores.....50
6.1.5. Universalização da Ater na Agricultura Familiar.....50
6.1.6. Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais – Empoderamento, Equidade e Inclusão.....50
6.1.7 – Economia Solidária.....51
6.1.8 – Democracia e Participação Social.....51
6.1.9. Abordagem Territorial.....52
6.1.10. Educação do Campo.....52
6.1.11. A Nova Ruralidade Brasileira.....53
6.2. A Instituição da Ater Pública (SIBRATER).....54
6.2.1. O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das Organizações.....56
6.2.2. Marco Legal.....57
6.2.3. Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater.....57
6.2.4. Gestão Social (Conselhos) 58
6.2.5. Atuação em Redes.....59
6.2.6. Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal, Territorial).....59
6.2.7. Monitoramento e Avaliação.....60
6.2.8. Credenciamento.....60
6.2.9. Relações e Qualidade de Vida no Trabalho.....60
6.2.10. Formação e Capacitação de Agentes de Ater.....61
6.2.11. ATER/ATES – Unificação dos Programas, Gestão, Conceitos, Público, PPA.....62
6.3. A abordagem da Ater Pública.....62
6.3.1 Metodologias de Ater.....62
6.3.2 Agroecologia.....63
6.3.3. Ação extensionista.....64
6.3.4. Novos paradigmas/modelos teóricos.....64
6.3.5. Atuação em Redes.....65

6.3.6. Relação ensino/pesquisa/extensão/organizações de agricultura....65
6.3.7. ATER/ATES....66
6.3.8. Pedagogia da alternância....66
6.4. Ater na Geração e Apropriação de Renda....66
6.4.1 Ater Gerencial/Mercado....67
6.4.2. Diversificação da Produção....68
6.4.3. Atividades Não Agrícolas 68
6.4.4. Cadeias Produtivas....68
6.4.5. Qualidade de Vida....69
6.4.6. Associativismos e Cooperativismo....69
6.4.7. Economia Solidária e Comércio Justo....69
6.4.8. Sistemas Produtivos de Base Ecológica....70
6.5 Ater na qualificação das Políticas Públicas....70
6.5.1. Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito....71
6.5.2. PAA....72
6.5.3. Garantia Safra....72
6.5.4 Seguro da agricultura familiar....72
6.5.5 Gestão social....73
6.5.6 Educação do campo – ensino fundamental, médio e superior....73
6.5.7 Saúde....74
6.5.8 Reforma agrária....75
6.5.9 Serviços ambientais....75
6.5.10 Outras Políticas....77

7. Plano de Ação 79
EIXO 1: Ater para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário....79
EIXO 2: A Instituição da Ater Pública....94
EIXO 3: Abordagem da Ater Pública....105
EIXO 4 Ater na Geração e Apropriação de Renda....110
EIXO 5: Ater na qualificação das Políticas Públicas....121

1. APRESENTAÇÃO

A partir de 2003, o estado brasileiro assumiu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável com base no Programa "Vida Digna no Campo", apresentado durante as eleições presidenciais, o que permitiu ao país contar com políticas públicas voltadas para a inclusão de populações historicamente deixadas à margem do processo de desenvolvimento. Ainda, possibilitou ao Governo Federal estabelecer parcerias estratégicas e produtivas com os governos estaduais e organizações representativas da agricultura familiar, fazendo melhorar a eficiência e a eficácia das ações governamentais para esta população. Este foi o caso da "Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater".

A Pnater, construída com a ampla participação dos diversos setores que atuam no meio rural, apresentou à sociedade brasileira uma nova abordagem para os serviços públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), atendendo às especificidades da agricultura familiar e de acordo com uma perspectiva de desenvolvimento que leve em conta as variáveis da sustentabilidade.

Em cinco anos de implementação da Pnater, os esforços do Governo Federal em conjunto com os governos estaduais, as organizações governamentais e não governamentais e os movimentos sociais do campo possibilitaram a Ater pública conquistar avanços significativos, revertendo a tendência de desmonte iniciada em 1990.

Em 2007, por demanda do Comitê Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf, o MDA definiu a realização de um Seminário Nacional com o objetivo de identificar avanços e dificuldades na implementação da Pnater e, elaborar proposições para o aperfeiçoamento desse processo, a partir da percepção dos diversos setores envolvidos nos serviços de Ater no país.

Ainda, contemplou os seguintes objetivos específicos: identificar a relação da Ater com as demais políticas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável, a participação dos diversos atores intervenientes nas ações de Ater e no processo de implementação da Pnater, adequações necessárias na Política, e elaborar propostas para a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

A agenda para o Seminário Nacional e os eventos preparatórios foi estabelecida no documento "Orientações para a Realização dos Seminários Estaduais de Ater", elaborado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - Dater e acordado com o Comitê Nacional de Ater, o qual define os objetivos, eixos temáticos, metodologia, calendário de realização, formato e atribuição das comissões estaduais organizadoras e os critérios para a indicação dos participantes do Seminário Nacional.

Em todos os estados e no Distrito Federal aconteceram seminários estaduais preparatórios e em cinco estados foram realizados seminários regionais e territoriais. Ao todo participaram mais de 11.000 pessoas e considerando somente os seminários estaduais, participaram mais de 3.500 pessoas, entre agricultores familiares, agentes de desenvolvimento, gestores públicos, acadêmicos e outros.

No Seminário Nacional de Ater participaram 307 delegados e 159 convidados. Os delegados indicados nos Seminários Estaduais totalizaram 317 e atenderam a proporção sugerida de 30% do setor governamental, 70% da sociedade civil, sendo que os agricultores familiares representaram em torno de 50% do total destes delegados. Os delegados natos, formados pelos membros do Comitê Nacional de Ater e os delegados federais do MDA, somaram 18 delegados. Ainda participaram 11 técnicos do MDA/SAF na qualidade de facilitadores de grupos de trabalho e 04 técnicos do MDA/SAF no apoio.

Aqui estão apresentados os resultados sistematizados do Seminário Nacional de Ater: Dificuldades, Avanços e Proposições, por Eixo Temático.

2. HISTÓRICO DA ATER NO BRASIL

A Extensão Rural no Brasil, surgiu no pós-guerra, mais precisamente, em 1948, no contexto da "guerra fria"e da política desenvolvimentista para os países da América Latina, seguindo o modelo da matriz americana e atendendo a uma exigência da expansão inicial do capitalismo no campo.

O Estado de Minas Gerais, sediou a primeira Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR/MG, na perspectiva de transformar a "fazenda tradicional"mediante a adoção do binômio: crédito rural e tecnologia. Tinha-se a convicção de que a difusão de técnicas agropecuárias viabilizadas pelo crédito rural supervisionado, tiraria a família rural do atraso, aumentaria sua produção e melhoraria suas condições de vida.

A partir de 1952, o serviço de Ater passou a fazer Extensão com o objetivo de educar – "Um projeto Educativo para o Capital"– conforme detalha FONSECA (1985), que molda o arcabouço ideológico "tecnicista", apolítico e acrítico, que são os pressupostos para viabilização da "Revolução Verde"e a penetração do capitalismo no campo com seus "pacotes tecnológicos".

Durante essa primeira fase, a Extensão registrou um grande crescimento atingindo centenas de municípios, havendo, portanto, a necessidade de se criar um órgão central para coordenar o sistema. Daí o surgimento, em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR.

Nos anos 70, o serviço continuou a expandir acompanhando a fase desenvolvimentista do "milagre econômico"(1968-1973). Produção/produtividade, tecnologia, e crescimento econômico, conformavam o conceito de desenvolvimento. Ademais, a adoção de programas especiais como o PIN/Proterra, PDRI, Probor, Provarzea, entre outros, requeriam do serviço um novo desenho jurídico-institucional. É nessa conjuntura que, em 1973, é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater, que passaria a coordenar as entidades de Ater transformadas em empresas públicas estaduais – as Emater (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural). Nesse período, o aporte de recursos do Governo Federal para as Emater representava, em média, 40% dos recursos orçamentários, atingindo, excepcionalmente, 80% em alguns Estados.

Com o esgotamento do "milagre brasileiro"e do regime de exceção em face da crise econômica que se instala em meados dos anos 80 e se estende pela década seguinte, começa a se configurar a crise no serviço de Ater. Havíamos cumprido, exemplarmente, a missão de viabilizar a "modernização conservadora"no campo brasileiro e, portanto, já não éram útil nem funcional à nova dinâmica do capitalismo na sua fase neoliberal globalizante, com suas políticas de privatizações, desregulamentações, abertura de mercados, Estado mínimo, etc.

É dentro dessa nova ordem mundial hegemônica que começa o desmonte do sistema brasileiro de Extensão Rural, iniciado no Governo da Nova República de José Sarney e se aprofunda com a extinção da Embrater em 1990. No vácuo da ação do Estado, o sistema (Sibrater) se fragiliza e

ficando a opção das organizações não-governamentais e de agricultores, que passam a oferecer serviços de Ater de forma pontual e complementar à extensão pública oficial, agora mantida, quase que exclusivamente, pelos governos estaduais.

Em 2003, com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, abre-se um novo ciclo para o serviço de Ater, que sai do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA e vai para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Uma nova política de Extensão é construída com ampla participação de segmentos representativos da agricultura familiar e, no final desse ano, foi lançada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater. O documento se apóia na valorização da pluralidade de organizações que prestam serviços de Ater, na concepção de desenvolvimento sustentável, numa pedagogia construtivista, em metodologias participativas e na mudança para um modelo técnico baseado na transição agroecológica.

Prestes a completar 60 anos, o serviço de Extensão Rural apresenta um acúmulo significativo de realizações retomando o seu papel de indutor e dinamizador do desenvolvimento, protagonizando um papel de destaque, contribuindo para que as políticas públicas, estruturantes e compensatórias em andamento no Brasil, possam avançar mais na construção de um país soberano.

3. A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE ATER

A primeira iniciativa do MDA no processo de retomada da Ater pública no país foi dar ao Dater a missão de construir uma nova política nacional de Ater, que o país havia deixado de ter por mais de uma década. No entanto, a nova política deveria atender o imperativo sócio-ambiental, as novas exigências da sociedade e os papéis do Estado diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável.

O Dater elaborou a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater de forma participativa, ouvindo as diversas esferas do governo federal, os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão.

A Pnater estabelece as diretrizes para as ações de Ater no sentido de implementar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimular a geração de renda e de novos postos de trabalho, potencializar atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos sadios e matérias primas e apoiar estratégias de comercialização tanto nos mercados locais, como regionais e internacionais.

Enfrenta os desafios impostos pela crise econômica e socioambiental, gerada pelo estilo convencional de desenvolvimento apoiado pelo modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da “Revolução Verde”, recomendando um processo educativo construtivista e de comunicação dialógica, baseado em metodologias participativas e a mudança da matriz tecnológica a partir da transição agroecológica, para o desenvolvimento de estilos de agricultura que sejam amigáveis com os agroecossistemas.

Estabelece como público da Ater a agricultura familiar em toda a sua diversidade, contempla as dimensões de gênero, geração, raça e etnia, e ratifica um novo arcabouço institucional para a Ater pública no país, descentralizado, que inclui as organizações estatais e não governamentais de Ater, tem a participação dos três níveis de governo, municipal, estadual e federal e assegura a gestão social, compartilhada com o Estado.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

O Seminário Nacional de Ater teve como objetivo atualizar as diretrizes e mecanismos de implementação e consolidação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando a efetiva universalização do acesso aos serviços de Ater, como instrumento de geração e apropriação do conhecimento para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

4.2. Objetivos específicos

- Avaliar os avanços conquistados e dificuldades existentes no processo de implementação da Pnater;
- Identificar a relação existente da Ater com as demais políticas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável;
- Analisar e avaliar o papel dos diversos atores intervenientes nas ações de Ater e no processo de implementação da Pnater;
- Sugerir ações e ajustes necessários a Pnater para a sua consolidação;
- Propor ações que tenham como objetivo corrigir ou minimizar os entraves à implementação da Pnater identificados;
- Recomendar ações visando uma maior articulação entre os atores intervenientes nas ações de Ater;
- Avaliar o papel da Pnater quanto aos temas e alcance do público específico;
- Elaborar propostas para a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

5. AVANÇOS E DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA PNATER

EIXOS-ITENS	AVANÇOS	DIFICULDADES
EIXO 1: ATER PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO		
1.1 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	1. Maior conscientização sobre a importância da soberania alimentar e nutricional	1. Disputa de espaço entre produção de alimentos e biocombustíveis
	2. Estímulo à utilização de sementes caboclas/crioulas/tradicionais e introdução de pomares orgânicos e bancos de sementes	2. Inexistência, em alguns Estados, de Programas de Soberania e Segurança Alimentar.
	3. Implantação de SAFs, Pólos e Quintais Agroflorestais,lavouras comunitárias, roçados sustentáveis e criação de animais silvestres.	3. Políticas públicas insuficientes, no que tange a comercialização da produção familiar.
	4. Fortalecimento das cadeias produtivas do leite, frutas, hortaliças, frango, farinha e castanha.	4. Comercialização centralizada, priorizando a monocultura.
	5. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, estimulando a produção de alimentos e organização da produção e de feiras.	5. Pouco acesso da agricultura familiar nos mercados institucionais.
	6. Parcerias com os Programas Sociais do MDS.	6. Legislação e vigilância Sanitária, inadequadas á agricultura familiar.
	7. Capacitação em Educação Alimentar e Nutricional para produtores e extensionistas.	7. Formação profissional, ainda na perspectiva da agricultura convencional.
	8. Produção de ração regionalizada com a utilização de frutas nativas e aproveitamento de frutos do cerrado.	8. Deficiência na infra-estrutura de apoio à produção familiar (escoamento,crédito, preços, insumos,
	9. Segurança Alimentar e Nutricional como ação transversal da proposta de Extensão Agroflorestal.	9. Pouca compreensão da Ater em relação às especificidades da tradição alimentar das populações tradicionais.
	10. Melhor divulgação da Lei Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	10. Pouco acesso e falta de tecnologias adequadas às práticas de produção e beneficiamento sustentável de sementes e demais produtos da agricultura familiar.
		11. Inexistência de diagnósticos sobre o balanço nutricional das famílias e pouca informações sobre alimentação alternativa.

1.2 Redução da Pobreza Rural	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Criação e implementação de Políticas Públicas Estruturantes (Luz Para Todos, Cheque Moradia e Reforma, Programa de Aquisição de Alimentos, Crédito Subsidiado, Previdência Social).	1. Dificuldades no processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar.
	2. Inserção no comércio justo e solidário da produção familiar.	2. Permanência do elevado índice de pobreza rural; déficit na infra-estrutura de apoio a produção.
	3. Criação de projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS	3. Descontinuidade das Políticas de Estado; e burocracia para acessar políticas públicas.
	4. Melhoria na infra-estrutura básica (estradas, energia, saneamento, transporte, escola , saúde e habitação)	4. Elevado índice de inadimplência do crédito rural.
	5. Ampliação dos programas Sociais de Transferência de Renda (Políticas Compensatórias)	5. Atendimento precário da Ater Pública; relação inadequada técnico/família;
	6. Ampliação do Pronaf e do crédito fundiário.	6. Falta de informações sobre Políticas e Programas governamentais existentes.
	7. Viabilização de agroindústrias para processamento de alimentos.	7. Falta de documentação dos habitantes do meio rural; desconhecimento dos direitos da cidadania.
	8. Profissionalização de atividades artesanais.	8. Dificuldades no trabalho do processo organizativo dos produtores familiares.
	9. Políticas de subsídio da borracha (Lei Chico Mendes)	9. Dificuldade na implantação das Políticas Compensatórias.
	10. Implantação do Programa Proflorestania para atender as populações tradicionais e produtores familiares	10. Merenda escolar com produtos exóticos.

1.3 – Meio Ambiente – Gestão compartilhada dos recursos naturais, extrativismo recuperação de áreas degradadas	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Inserção da temática ambiental nas agendas de discussão de Políticas Públicas.	1.Complexidade da Legislação Ambiental, dificulta a assimilação dos agricultores familiares.
	2. Implantação de Programas de Proteção dos recursos hídricos (recuperação de nascentes e matas ciliares de rios e igarapés); Manejo de	2. Burocracia no Licenciamento Ambiental; debilidade e burocracia dos órgãos ambientais
	3. População com maior nível de consciência ambiental e conhecimento da legislação; Legislação condicionando as ações	3. Inexistência de marco regulatório para pagamento por serviços ambientais
	4. Capacitação de extensionistas na área ambiental e contratação de mais técnicos para atuarem nessa área.	4. Inexistência de Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE, em alguns Estados
	5. Criação de Programas e estruturas na área ambiental: CEMA (centro de Excelência em Meio-Ambiente – MG) e UGAI (Unidade de Gestão	5. Problemas de documentação de terras impedindo o Licenciamento Ambiental.
	6. Implantação de Programas de Manejo Comunitário de Uso Múltiplo (flora, fauna, água, solos)	6. Expansão de áreas de monocultivos (cana) vem comprometendo as atividades da agricultura familiar.
	7. Implantação de Programas para Recuperação de áreas alteradas e degradadas (com e sem mecanização agrícola)	7. Existência de práticas que agridem e degradam o ambiente (desmatamento de matas ciliares, retirada ilegal de madeiras, pesca e caça predatórias, assoreamento/poluição dos cursos d'água, queimadas, utilização de agrotóxicos, etc.
	8. Utilização da Ciência Agroecológica como matriz para a produção de conhecimentos à agricultura familiar.	8. Pouca integração dos órgãos envolvidos com a questão ambiental.
	9. Implementação de projetos produtivos sustentáveis (hortas orgânicas, fruticultura sustentável, manejo do pirarucu, etc.)	9. Inexistência de saneamento básico nas comunidades rurais
	10. Realização de Campanhas Educativas de combate às queimadas e criação das "Brigadas de combate ao fogo".	10. Os madeireiros, boiadeiros, carvoeiros e transportadores de minérios não reformam as estradas que seus caminhões estragam.

1.3 – Meio Ambiente – Gestão compartilhada dos recursos naturais, extrativismo recuperação de áreas degradadas	AVANÇOS	DIFICULDADES
	11. Criação de Centrais de Coleta de Embalagens vazias de Agrotóxicos.	1. Poucos estímulos para quem faz conservação ambiental.
	12. Implantação de Programas de Rastreabilidade de Propriedades e Produtos.	12. Pouca assimilação do agricultor familiar sobre a importância da reserva legal.
	13. Realização de Feiras de Produtos Orgânicos e Sementes Caboclas.	13. Os órgãos fiscalizadores não enfrentam com rigor os processos de degradação ambiental promovidos, sobretudo, pelas grandes propriedades
	14. Elaboração de documentos balizadores, como o "Zoneamento Ecológico e Econômico"- ZEE	14. Ações tímidas da Ater em relação as questões ambientais
	15. Programas de remuneração por serviços ambientais (ES)	
1.4 – Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores.	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Ater valorizando a cultura local e a família rural; reconhecimento do papel da mulher, do jovem e dos idosos.	1. Dificuldades de acesso ao crédito por parte de mulheres, jovens e ribeirinhos e populações tradicionais.
	2. Reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas; resgate das manifestações das culturas tradicionais.	2. Carências de técnicos especializados para o trabalho com populações tradicionais.
	3. Ater trabalhando com comunidades até então excluídas (ribeirinhos, pescadores, extrativistas, indígenas, etc.).	3. Ausência de uma extensão social.
	4. Valorização da diversidade cultural e das festas tradicionais.	4. Persiste ainda a discriminação em relação às comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e ribeirinhas.)
	5. Incorporação de Agentes Agroflorestais Indígenas no trabalho de Ater e implantação de programas de extensão indígena.	5. Carência de equipe multidisciplinar; pouca capacitação na área da adversidade cultural.
	6. Realização de feira de sementes caboclas.	6. Insuficiência da comunicação e informação.
	7. Criação da Reata (rede de agricultores tradicionais do Amazonas).	7. Dificuldade de acesso as comunidades tradicionais e custos operacionais elevados

1.4 – Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores.	AVANÇOS	DIFICULDADES
	8. Utilização de pesquisa participativa buscando elementos para a agroecologia.	
	9. Elaboração de proposta de extensão agroflorestal contemplando todos os povos da floresta (indígenas, extrativistas e ribeirinhos).	
	10. Acesso das mulheres as políticas públicas e participação efetiva dos jovens nas discussões sobre territórios.	
1.5 – Universalização da Ater na Agricultura Familiar.	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Construção de uma nova política de Ater – Pnater; e reconstrução do Sibrater.	1. Dificuldades para universalização dos serviços de ater (pessoal, capacitação, estrutura física, etc.).
	2. Reconhecimento, do governo e da sociedade da importância da Ater pública e gratuita.	2. Precário acompanhamento dos serviços de Ater.
	3. Abertura de espaço para Ater pública não-estatal.	3. Falta de comprometimentos dos atores envolvidos no processo produtivo.
	4. Valorização e fortalecimento da Asbraer.	4. Demanda pelos serviços de Ater muito superior a capacidade operacional das entidades.
	5. Crescimento e fortalecimento da estrutura operacional da Ater (pessoal e equipamentos, concursos públicos, etc.).	5. Capacitação técnica insuficiente.
	6. Participação da sociedade civil organizada na luta pela implementação/resgate da Ater.	6. Extensionistas com múltiplas atribuições.
	7. Aumento das associações e entidades ligadas a agricultura familiar.	7. Algumas prefeituras não compreendem a importância do serviço de Ater no seu município.
	8. Ampliação das políticas públicas para o meio rural (Pronaf, Luz para Todos, PAA, etc.).	8. Precária articulação interinstitucional.
	9. Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Agricultura e Desenvolvimento Rural.	9. Descontinuidade dos convênios Ater/Ates.
	10. Apoio dos Governos Estaduais ao serviço de Ater.	10. Materiais educativos com linguagens inadequadas.
		11. Poucos programas de rádios nos municípios que comprometem a comunicação e informação.

1.6 – Gênero, Geração, Etnia e Populações Tradicionais– Empoderamento, Equidade e Inclusão.	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Criação de linhas de créditos específicas para mulheres e jovens (Pronaf Mulher e Pronaf Jovem).	1. Burocracia creditícia principalmente para indígena e mulheres.
	2. Criação de programas de documentação no meio rural.	2. As questões de gênero são pouco valorizadas dentro e fora das instituições de Ater.
	3. Maior inclusão de mulheres e jovens nos serviços de Ater.	3. Profissionais de Ater pouco qualificado para trabalhar com a temática.
	4. Inclusão da mulher na titularidade da terra nos projetos de assentamentos de reforma agrária.	4. As políticas de amparo a terceira idade não alcança a população rural persistindo a discriminação contra essa faixa etária.
	5. Criação do estatuto da criança, do adolescente e do idoso.	5. Os novos conceitos ainda não foram suficientemente absolvidos pelos extensionistas.
	6. Direitos trabalhistas e previdenciários para as mulheres.	6. Direitos trabalhistas e previdenciários para as mulheres.
	7. Criação dos programas (Nossa Primeira Terra e Meu Primeiro Emprego).	
	8. Programas sociais destinados as populações tradicionais.	
	9. Gênero, geração e etnia estão contemplados na proposta de extensão agroflorestal como ações transversais.	
	10. Ater participando dos debates dos movimentos sociais.	
1.7 – Economia Solidária – Valores e Princípios	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Criação de canais para discussão e comercialização dos produtos da agricultura familiar.	1. Indefinição do papel do Estado em relação a Economia Solidária.
	2. Estímulo ao trabalho associativo e cooperativo, por parte da Ater	2. Desconhecimento e pouca divulgação dos Programas de Economia Solidária.
	3. Incentivos à agregação de valor e renda através da implantação de agroindústrias	3. Pouco apoio institucional dos órgãos de Ater
	3. Empenho da Ater na construção da cidadania (Valorização do agricultor familiar)	3. Descompasso entre a legislação e a produção e comercialização solidária.
	4. Realização de Feiras de Economia Solidária	4. Pouco envolvimento dos agricultores familiares no processo econômico solidário.
	5. criação do Fórum Estadual de Ecosol.	5. Pouca integração dos órgãos envolvidos.

1.8 – Democracia e Participação Social.	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Criação de Conselhos nas diferentes esferas públicas	1. Funcionamento precário dos CMDRS (Conselhos poucos representativos)
	2. Maior participação dos movimentos sociais em eventos e debates	2. Falta de compreensão das dinâmicas de participação e do momento conjuntural.
	3. Participação da sociedade civil organizada em Encontros, Seminários, Fóruns, estaduais e nacional, nas discussões das políticas públicas.	3. Nível organizativo das entidades ainda precário (dependência do Estado)
	4. Maior participação das mulheres nos movimentos sociais e Conselhos.	4. A prática da participação não é respeitada, tampouco, estimulada.
	5. Adoção de métodos participativos por parte da Ater.	5. Cultura democrática muito incipiente.
	6. Ater com planejamento descentralizado envolvendo a comunidade.	6. Desequilíbrio entre assistência técnica e extensão rural em todas entidades de Ater.
	7. Criação do Programa Territórios da Cidadania	7. Resistência dos gestores públicos aos processos participativos.
	8. Estabelecimento do Pacto Agrário para investimento no setor agroflorestal com participação da sociedade civil (AC)	8. Precária comunicação e informação sobre os direitos da cidadania.
1.9 – Abordagem Territorial.	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Criação do Programa Território da Cidadania e implantação de muitos territórios pelo país.	1. Pouco conhecimento dos técnicos sobre a política e as dinâmicas territoriais.
	2. Consolidação do processo de abordagem territorial (participação democrática e racionalização dos recursos)	2. Falta de um maior envolvimento dos segmentos sociais institucionalizados nas instâncias deliberativas do território.
	3. Contribuição dos agentes de ATER no processo de implementação de políticas territoriais.	3. Incapacidade gerencial e operacional de algumas Prefeituras e movimentos sociais organizados,
	4. Diversificação de ações de forma integrada entre diferentes instituições.	4. Dificuldade de participação dos representantes da agricultura familiar
	5. Garantia de investimentos nos territórios e mais transparência no uso dos recursos públicos.	5. Alguns municípios com visão conservadora e eleitoreira
	6. Maior articulação entre as prefeituras para captação de recursos.	6. Concepções diferentes do espaço territorial entre Estados e União.
	7. Melhor relacionamento do poder público e sociedade civil.	7. Debilidade na comunicação e veiculação das informações sobre os Territórios

1.10 –Educação no Campo	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Existência de muitas escolas que aplicam a Metodologia da Alternância	1. Mudança na grade curricular do ensino formal rural; necessidade de compatibilizar as disciplinas com a realidade e incluir temas como o Associativismo e cooperativismo.
	2. Ater apoiando a formação diferenciada das CFR/EFA	2. O tema “Educação no Campo”ainda está ausente nas discussões de desenvolvimento rural Sustentável.
	3. Existência de Programas Educacionais para o meio rural (MOVA, Alfa 100, EJA, PRONERA, Arca das Letras.	3. Inexistência de escolas alternativas, como política pública universal
	4. Intercâmbios de produtores e técnicos para conhecer as experiências da Pedagogia da Alternância em outros Estados	4. Desestruturação das Universidades; Currículos escolares não contemplam o rural; pouco envolvimento com a sociedade rural.
	5. Acesso a universidade de alunos oriundos das EFAs	5. Nível precário dos professores rurais; e escolas sem professor nenhum.
	6. Criação da Universidade da Floresta (Cruzeiro do Sul - AC)	6. Irregularidade na manutenção do transporte escolar.
	7. Realização de Seminários para avaliação e revisão da disciplina de Extensão Rural.	7. Saída dos jovens do meio rural.
	8. Programa de Educação Indígena com material didático bilíngüe (AC)	8. Merenda escolar de baixa qualidade.
	9. Implantação da Escola da Floresta (Ensino Profissionalizante) com reserva de vagas para filhos de produtores (AC)	9. Pouco envolvimento das comunidades nas questões de educação
	10. Criação de curso superior em Educação no Campo – Lecampo (MG)	10. Rotatividade de professores e monitores no meio rural.
	11. Inserção dos jovens rurais nas escolas agro-técnicas com perspectiva de exercerem suas atividades nas suas comunidades de origem.	
	12. Existência de recursos específicos para a educação no campo.	

1.11 – A Nova Ruralidade brasileira	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Aprovação da Lei 11.326, que reconhece a Agricultura Familiar como categoria.	1. As experiências dessa nova ruralidade, ainda são incipientes.
	2. Implementação de Políticas Públicas, estruturantes e compensatórias (Luz para Todos, PAC, TC, Fome Zero, etc.)	2. A dificuldade das comunidades rurais em identificar as alternativas para diversificar seus produtos e serviços.
	3. Criação de Reservas Florestais, Extrativistas e Indígenas, Parques Ambientais, Reservas Ecológicas (Com possibilidades de venda de serviços ambientais)	3. O preconceito contra o rural. A idéia impregnada na cultura brasileira de que o que rural é inferior
	4. Realização de Programas de Manejo Florestal de Uso Múltiplo e criação de animais silvestres (AC)	4. Pouca compreensão dos técnicos sobre essa nova ruralidade.
	5. Criação de Pousadas Ecológicas.(Eco-turismo)	5. Limitações da Ater para identificar e assessorar projetos inovadores.
	6. Inserção do ensino superior em cidades de pequeno porte	
	7. Dinamização do artesanato rural (Bio-jóias)	
	8. Diversificação dos produtos rurais (flores tropicais, carne de animais silvestres, artesanatos, aves ornamentais, etc.)	

EIXO 2: A INSTITUIÇÃO DA ATER PÚBLICA (SIBRATER)

2.1 O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das organizações	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. A política de reestruturação da Ater a partir da organização do sistema pelo MDA, com novos paradigmas, valorizando a responsabilidade social e ambiental.	1. Número insuficiente de técnicos e poucas equipes multidisciplinares; atendimento deficiente.
	2. Ampliação do quadro de organizações aptas a prestarem serviços de Ater, credenciadas junto ao Sibrater.	2. Poucas parcerias com as Prefeituras; dificuldades de entendimento e sintonia entre os governos estaduais e municipais
	3. Instituições de Ater trabalhando em parceria com as Secretarias Municipais de Agricultura.	3. Integração entre as instituições ainda é precária
	4. A criação dos Territórios Rurais contribui para melhorar a atuação dos serviços de Ater.	4. Agricultores não têm informações sobre o Sibrater

2.1 O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das organizações	5. Serviço com grande capilaridade, presente em quase todos municípios.	5. Pouco comprometimento dos Conselhos, tanto na elaboração como no monitoramento da ações da Ater.
	6. Prática de ações descentralizadas e aplicação de metodologias participativas	6. Muita burocracia na tramitação e liberação dos recursos financeiros
	7. Reestruturação administrativa e operacional das instituições de Ater	7. Falta de comunicação entre os agentes financeiros e Ater
		8. A burocracia de Brasília não leva em consideração o "custo amazônico"na análise dos projetos de Ater
		9. Falta sistematização das experiências exitosas e divulgação das mesmas.
2.2 – Marco Legal	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Inclusão no PPA, 2008-2011, do Proater/AM	1. Marco Legal é restrito e inadequado para a relação do governo com as organizações da sociedade civil.
	2. Controle rígido das contas públicas	2. Submissão a lei 8666/93, e outras
	3. Distintas chamadas, em editais, para projetos	3. Descontinuidade dos trabalhos de Ater, em função da modalidade de contratação.
	4. Apoio e fortalecimento de diversas instituições de Ater	4. Falta de regularização fundiária em comunidades tradicionais dificultam acesso ao crédito.
2.3 – Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Existência de orçamento para os serviços de Ater.	1. Limitações dos recursos, humanos , materiais e financeiros
	2. Convênios e parcerias das várias instituições que desenvolvem serviços de Ater	2. Descontinuidade dos Programas em face das limitações dos convênios do MDA
	3. Aumento e melhorias da estrutura do serviço.	3. Falta de autonomia de acesso e gestão no uso dos recursos oriundos do governo Federal (Os recursos vão para a Caixa única do tesouro estadual)
	4. Parcerias entre município/Estado/União, para realização dos serviços	4. O não financiamento de despesas administrativas
	5. Estabelecimento do Pacto Agrário (AC)	5. Dependência de fontes específicas de financiamento (MDA, INCRA, taxas na elaboração de projetos de crédito)

2.4 – Gestão Social (Conselhos)	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Criação do Condraf, Cedrafs, e CMDRS	1. Os Conselhos Municipais não participam na definição dos recursos.
	2.Elaboração de Planos Operacionais com a participação de organizações de agricultores familiares.	2. Deficiência dos Conselhos Municipais em relação a sua legitimidade e representatividade (Legitimadores de ações do governo)
	3. Construção de Arranjos Produtivos Locais - APLs e Cadeias Produtivas.	3. Gestão deficiente das organizações
	4. Avanços na implementação da Pnater	4. Pouca capacitação dos Extensionistas para atuar nessa área.
		5. Falta de divulgação das ações de Ater.
		6. Ingerência política na indicação de membros dos Conselhos.
		7. Falta recursos para custear deslocamentos de membros dos Conselhos.
		8. Falta de articulação entre os Conselhos Municipais e Estaduais.
		9. Falta de capacitação para membros dos Conselhos e outros atores sociais.
		10. Conselheiros sobrecarregados (participando de vários Conselhos)
2.5 – Atuação em Redes	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. A criação/formação de redes e fóruns (redes temáticas do MDA, rede de agricultores tradicionais -Reata, rede de agricultores familiares, redes de Ater)	1. Ater estatal desarticulada e com frágil atuação em rede. Atuação em rede continua um desafio.
	2. Existência de um novo paradigma de Ater	2. Disputa entre Ater Pública estatal e a não-estatal
	3. A proposta de atuação nos Territórios Rurais.	3. Ater estatal ainda não conseguiu romper com práticas tradicionais difusionistas e atua de forma fragmentada.
	4. Experiência de acesso a política de aquisição de alimentos em parceria com a Conab.	4. Dificuldades das Prefeituras se integrarem ao processo de forma articulada.
	5 – Descentralização dos recursos de Ater para escritórios regionais/locais.	5. Exclusão digital no interior (Região Amazônica)
		6. Falta de comunicação e colaboração entre as instituições
		7. A cultura do individualismo e do departamentalismo dificulta a atuação em rede
		8. Falta implementar as redes nos escritórios do interior (AC)

2.6 – Programas de Ater	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. A construção da Política Nacional de Ater – Pnater.	1. Fragmentação das ações de Ater.
	2. O regate das instituições estaduais de Ater.	2. Descontinuidade dos Programas.
	3. Aumento e melhoria na disponibilização dos recursos para Ater	3. Programas de Desenvolvimento Rural não incorporam a agroecologia
	4. Aumento da abrangência e diversidade dos serviços de Extensão	4. Os Programas de Ater ainda são pouco absorvidos pelos parceiros e agricultores familiares.
	5. Efetiva participação dos Movimentos Sociais na elaboração dos Programas de Ater.	5. As Políticas de apoio a produção agropecuária, em alguns Estados e Municípios, não acompanham a Pnater.
	6. Maior divulgação das Políticas Públicas e das ações de Ater.	6. Políticas de Gestão e Planejamento ultrapassadas (alguns Estados)
	7. Incorporação da questão ambiental nos Programas de Ater	7. A ausência do PDA e da Licença Ambiental nos assentamentos, dificultam o acesso ao crédito (Pronaf A)
		8. Falta sincronização entre os Programas Federal, Estadual e Municipal de Ater. Os Conselhos têm dificuldades em fazer esta articulação.
2.7 – Monitoramento e Avaliação	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Existência de proposta de Monitoramento e Avaliação pelos Conselhos Estaduais.	1. Existe o conhecimento sobre indicadores técnicos, porém, não existe avaliação por parte dos agricultores. Falta avaliação dos Extensionistas pelos beneficiários
	2. Início de um processo de discussão nacional para definição de indicadores sócio-econômicos e ambientais de Ater	2. Relatórios burocráticos não contemplam resultados, avanços, projeções, etc.
	3. Atuação efetiva dos CDERS, com reuniões trimestrais para avaliação da Ater	3. Inexistência de indicadores para avaliar o serviço.
	4. Divulgação dos Planos Municipais nas comunidades tradicionais	4. Desativação das estruturas de supervisão e monitoramento em muitas entidades de Ater.
	5. Realização de Oficinas para divulgação e padronização dos indicadores dos serviços de Ater com participação da sociedade civil.	5. Não se retorna para a sociedade as avaliações e os relatórios de atividades.
	6. Criação do Sistema Eletrônico de Informações da Extensão Agroflorestal (SIEAF -AC)	6. A Penater Incorpora muitos termos técnico-políticos de difícil compreensão

2.8 - Credenciamento	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. A definição do processo de credenciamento.	1. Falta de infraestrutura para cumprir os requesitos previstos na Pnater.
	2. Credenciamento junto ao Incra e agentes financeiros de órgãos de Ater estatal para prestação de serviços de Ater/Ates.	2. Falta de condições das Câmaras Técnicas para fazer avaliação das instituições.
	3. Criação de software de sistema de informação geral da AGRAER-SIGA (MS)	3. O processo burocrático
		4.Carência de entidades alternativas
2.9 – Relação e Qualidade de Vida no Trabalho	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Melhoria na infra-estrutura física (prédios, veículos, computadores, etc.)	1. Tratamento diferenciado entre servidores efetivos e os "bolsistas"causando conflitos e instabilidade no trabalho.
	2. Melhoria nas relações interinstitucionais.	2. Insuficiência de um quadro de servidores estáveis
	3. Equiparação salarial dos servidores da Emater (AC)	3. Planos de Cargos e Carreiras defasados e salários incompatíveis e diferenciados.
		4. Não reconhecimento de periculosidade e insalubridade para as atividades de Ater
		5. Desorganização no agendamento das atividades de campo por falta de planejamento dos técnicos.
2.10 – Formação e Capacitação de Agentes de Ater	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Elaboração e operacionalização de um Programa de Capacitação para Extensionistas.	1. Descontinuidade das capacitações para os técnicos e agricultores familiares.
	2. Realização de intercâmbios interinstitucionais	2. Número excessivo das famílias por técnico prejudicando a qualidade do atendimento.
	3. Utilização da Pedagogia da Alternância.	3. Falta de compromisso de alguns técnicos e pouco domínio de algumas atividades.
	4. Implantação das CFRs para capacitação de filhos de agricultores	4. Indefinição de critérios na seleção de técnicos para investimento em formação/capacitação
	5. Capacitação de jovens rurais, possibilitando sua fixação na propriedade familiar.	5. Dificuldades na liberação de recursos de convênios destinados a capacitação.
		6. Inexistência de Centros de Treinamento próprio em alguns Estados.
		7. Pouca integração entre Pesquisa e Extensão.

2.11 – ATER/ATES	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. A existência das políticas de Ater e Ates.	1. Falta de divulgação das Políticas.
	2. Implementação dos serviços nos Assentamentos mediante convênios com o Incra da Ater oficial.	2. Insuficiência da estrutura operacional das entidades de Ater.
	3. Aceitação da Ater agroflorestal nos Projetos de Assentamentos do Acre.	3. Precariedade no trabalho com os povos indígenas (descompromisso e preconceito de alguns profissionais).
		4. Problemas de gestão nos contratos entre o Incra e Cooperativas de Técnicos, comprometem o atendimento.
		5. Valor estabelecido pelo Incra para atendimento por família não cobre os custos operacionais
		6. Cooperativas de Técnicos com problemas de gestão.

EIXO 3 – ABORDAGEM DA ATER PÚBLICA

3.1 – Metodologias de Ater	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Existência da Pnater com o marco conceitual de Extensão	1. A Pnater não é utilizada integralmente, como instrumento norteador das ações de Ater
	2. A Pnater abriu espaços para formas alternativas de se trabalhar em Ater e valorizou a Extensão Rural.	2. Fragilidade da Pnater (ainda é uma política de Governo e não de Estado)
	3. Ater com foco na agricultura familiar contemplando os povos tradicionais.	3. Muitos técnicos não internalizaram e não praticam metodologias participativas
	4. Expressivo aumento das demandas pelo serviço	4. Falta de capacitação para desenvolver competências e habilidades para assumir o novo perfil do Extensionista.
	5. Orientação para se trabalhar com Metodologias Participativas	5. Pouca valorização dos conhecimentos tradicionais e experiências do agricultor.
	6. Criação das Redes Temáticas.	6. Metodologias inadequadas para se trabalhar com públicos tradicionalmente excluídos (indígenas, Quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas)

3.1 – Metodologias de Ater	7. Elaboração e publicação da MEXPAR – Metodologias de Extensão Participativas. (MG)	7. Pouca compreensão e comprometimento dos parceiros e outros atores envolvidos com a Pnater.
	8. Protagonismo dos agricultores em processos produtivos e de gestão	8. Poucas equipes multidisciplinares, número insuficiente de técnicos e alta rotatividade de técnicos.
	9. Realização de Seminários Estaduais e Regionais com participação de Extensionistas e agricultores para avaliação da Pnater	9. Necessidade de um maior entrosamento entre Ensino/Pesquisa/Extensão.
	10. Ampliação do corpo técnico através de concurso público	10. Falta de envolvimento dos Municípios nas ações de Ater.
3.2 – Agroecologia	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. O tema da Agroecologia ter sido explicitado na Pnater	1. O conceito de agroecologia ainda não está bem compreendido e internalizado pelos técnicos e agricultores.
	2. Criação do Pronaf Agroecologia	2. Pouco investimento nas pesquisas voltadas para a produção agroecológica.
	3. Fomento à produção agroecológica	3. Falta de divulgação das experiências agroecológicas.
	4. Diminuição no uso de agrotóxicos	4. Poucos técnicos qualificados nessa área.
	5. Maior sensibilidade de extensionistas e agricultores em relação a agroecologia.	5. Dificuldades em se estabelecer um equilíbrio entre as dimensões do “socialmente correto, ecologicamente sustentável e economicamente viável”
	6. Redução do uso do fogo e do desmatamento e recuperação de áreas degradadas (AC)	6. A rede temática da agroecologia ainda é muito incipiente
	7. A segurança alimentar tem propiciado a discussão sobre o consumo de alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável.	7. Ainda predomina os postulados da “revolução verde”, que necessariamente rechaça a agroecologia; a maioria das instituições de ATER não tem a agroecologia como eixo norteador do seu trabalho.
	8. Avanço nas questões sociais (moradia, saneamento, luz, tratamento da água, etc.)	8. Forte pressão de “marketing”das empresas de agroquímicos.
	9. Debate ambiental nas escolas	9. Ainda é tímida a recuperação de matas ciliares.
	10. Ampliação das experiências agroecológicas nos municípios	10. Baixa competitividade dos produtos agroecológicos (preço mais elevado em relação aos produtos tradicionais)

3.3 – Agricultura Familiar	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. O conceito de Agricultura Familiar foi um avanço, pois conseguiu agregar diversas terminologias (lavrador pequeno produtor,etc.), valorizando essa categoria e possibilitando a formulação de Políticas Públicas específicas.	1. As Políticas Públicas não atigem o universo dos agricultores familiares (Pnater, apenas 50%)
	2. Maior visibilidade política e sócio-econômica da Agricultura Familiar.	2. Falta de conhecimento para trabalhar a diversidade de segmentos da A.Familiar
	3. Evolução da participação dos agricultores familiares nas discussões e gestão das políticas públicas.	3. Desestruturação dos CMDRS e pouca capacitação dos Conselheiros
	4. Criação dos CEDRS.	4. Baixo grau de representação política dos agricultores nos espaços institucionais
	5. Aumento da demanda pelos serviços de Ater	5. A participação de mulheres e jovens é ainda pouco expressiva.
	6. Ampliação das Políticas Públicas voltadas para agricultura familiar	6. Preços baixos dos produtos da agricultura familiar
	7. Disponibilização de crédito diferenciado (Linhas do Pronaf)	7. O crédito não chega em tempo hábil e não contempla a demanda total das famílias
	8. Realização do I Encontro de Trabalhadores na Agricultura Familiar (AM)	8. Inadimplência alta em relação ao crédito disponibilizado.
	9. Criação dos APLs e fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo	9. Prazos curtos dos convênios de ATER
	10. Maior geração de emprego e incremento de renda no campo.	10. A tecnologia disponível não é acessível nem adequada à agricultura familiar
	11. Inclusão de gênero, geração e etnias no processo educativo e produtivo nas ações de Ater.	11. A má gestão e dificuldades de comercialização continuam sendo gargalos da agricultura familiar
	12. Maior capilaridade da Ater e aumento de agricultores atendidos.	12. Baixa escala de produção e baixa qualidade dos produtos
		13 – Legislação Sanitária e Fiscal não atendem as especificidades dos empreendimentos familiares

3.4 – Ação Extensionista – Perfil	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Melhor compreensão de qual deve ser o perfil do Extensionista e sua importância enquanto agente de transformação.	1. Ainda não foi superado o “Modelo Difusionista”.
	2. Inserção de mecanismos de capacitação para construção do perfil do extensionista (numa visão holística)	2 . Dificuldades de incorporação da Pnater e das Metodologias Participativas.
	3. Realização de Seminários sobre a Política de Ater	3. Pouca compreensão da distinção entre Assistência Técnica e Extensão Rural
	4. Ampliação do quadro de Extensionistas e melhora na infra-estrutura operacional.	4. Pouco investimento em capacitação dos Extensionistas
	5. Aumento dos Intercâmbios para Extensionistas e agricultores	5. Formação acadêmica inadequada
	6. Contratação de Consultorias Técnicas para áreas específicas.	6. Pouca qualificação dos Extensionistas no assessoramento de processos organizativos dos agricultores e no trabalho com indígenas e quilombolas.
	7. O debate sobre a importância da Extensão Rural tem ganhado corpo na sociedade	7. Falta motivação em função dos baixos salários dos Extensionistas
		8. Número de técnicos, incompatível com a demanda da agricultura familiar
		9. Precariedade na divulgação das ações de Ater
		10. Profissionais da área social estão desaparecendo das instituições
		11. Estrutura operacional ainda é muito insuficiente
3.5 – Novos Paradigmas/Modelos Teóricos	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Redução do desmatamento (AC)	1. A temática permanece como desafio.
	2. Criação de Programas de compensação ambiental	2. Manejo florestal ainda incipiente
	3. Avanço na educação e legislação ambiental	3. Ações tímidas de reflorestamento
	4. Elaboração de Zoneamentos Ecológico-Econômicos.	4. Dificuldades para atender os modelos propostos, tanto os técnicos como os agricultores.

3.5 – Novos Paradigmas/Modelos Teóricos	5. Abordagem agroecológica como alternativa de sustentabilidade.	5. Pouco conhecimento de gestão para o funcionamento das agroindústrias.
	6. Elaboração de Acordos de Caça e Pesca em comunidades extrativistas e ribeirinhas	
	7. Criação do "bolsa floresta"(AM)	
	8. Programas de incentivo as agroindústrias.	
	9. Melhoramento na fiscalização e monitoramento ambiental.	
	10. Trabalhos de orientação e monitoramento com moradores das reservas extrativistas - Resex	
3.6 – Atuação em Redes	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Implantação das Redes Temáticas	1. Falta de maior divulgação das Redes
	2. Estudo e discussão sobre as Cadeias Produtivas, visando a agregação de valor, industrialização e comercialização da produção familiar.	2. Falta de estudo e diagnóstico dos Arranjos produtivos Locais - APLs, nos municípios
3.7 – Relação Ensino/ Pesquisa/ Extensão/ Organizações de Agricultores	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Implementação de estágios de vivência	1. Pouca integração entre o ensino, pesquisa e extensão
	2. Projeto do CNPq – Juventude e agroecologia	2. A pesquisa não chega as bases.
	3. Pesquisa da Embrapa sobre áreas degradadas, análise e qualidade do leite, e melhoramento de pastagens	3. O baixo envolvimento das Universidades com o ensino de Extensão Rural.
	4. Capacitação em Sistemas Agroflorestais – SAFs	4. Pouco investimento em pesquisas de produtos regionais.
	5. Certificação de produtos orgânicos.	5. Pouco conhecimento de gestão das Associações e Cooperativas
	6. Introdução de variedades vegetais resistentes a pragas e doenças	6. Dificuldades para vencer o individualismo e fomentar o associativismo.
	7. Divulgação dos trabalhos em feiras e eventos	
	8. Aumento do número de Associações e Cooperativas legalmente constituídas.	
	9. Criação da Rede de Mulheres com foco agroecológico (AC)	
	10. Fortalecimento das organizações representativas da agricultura familiar	

3.8 –ATER/ATES	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Discussão das políticas Públicas de Ater/Ates	1. Inexistência de Planos Estaduais de Ater;
	2. Diálogo entre as instituições e Conselhos	2. Dissociação entre os serviços de Ater e Ates
	3. Convênios firmados entre o Incra, Asbraer e entidades de Ater	3. Contratos temporários de curta duração.
	4. Capacitação de Extensionistas e agricultores	4. Não cumprimento do cronograma de desembolso
	5. Melhoria na infra-estrutura de apoio ao serviço de Ater/Ates	5 - Recursos financeiros são insuficientes para custear as ações de Ater/Ates
	6. Maior abrangência do serviço	6. Disputa acirrada pelos recursos
		7. Falta de socialização das informações desses Programas
		8. Insuficiência das equipes multidisciplinares.
		9. Muita burocracia no repasse dos recursos.
		10. Pouco controle social das políticas
3.9 – Pedagogia da Altenância	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Propagação das Escolas familiar Rural-EFR, possibilitando aos jovens rurais uma educação diferenciada	1. Falta de convênios e de recursos para ampliar essas experiências
	2. Atendimento de 100 jovens oriundos das Escolas Familiar agrícolas-EFAs pela Universidade Federal do Amapá em curso de nível superior (AP)	2. Falta de Monitores nas EFAs e CFRs
	3. Criação da Reata (AM)	3. Falta de acompanhamento adequado para os alunos das EFAs no período que retornam à família para aplicar os conhecimentos adquiridos na escola.

EIXO 4: ATER NA GERAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE RENDA (PROCESSO PRODUTIVO

4.1 – Ater Gerencial/ Mercado	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Implantação de unidades de produção e beneficiamento provocando o associativismo.	1. Necessidade de um melhor gerenciamento do negócio na agricultura familiar
	2. Negociação com o Governo Estadual para tratamento tributário diferenciado para Associações e Cooperativas da Agricultura familiar (3% de ICMS)	2. Ausência de Programas de capacitação em gestão e mercado para técnicos e agricultores.
	3. Avanço na agregação de valor nos produtos da agricultura familiar/expansão das agroindústrias	3.Dificuldades na implantação de uma contabilidade simples.
	4. Ampliação das Feiras do Produtor.	4. Falta de logística (volume,planejamento,e transporte)
	5. Criação do Serviço Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa (MG)	5. Ação dos atravessadores na compra da produção
	6. Políticas Públicas específicas; PAA e outros programas da CONAB	6. Falta organização na produção e comercialização, além dos preços baixos dos produtos agropecuários.
	7. Regionalização da merenda escolar	7. Baixo foco no beneficiamento da produção com a estratégia de agregação de valor
	8. Aumento do mercado consumidor.	8. A demanda pelos serviços de Ater é maior que a disponibilidade de técnicos.
	9. Criação de Fundos de Desenvolvimento Sustentável	9. Inexistência de uma sistemática de monitoramento e avaliação dos serviços de ATER
	10. Projetos produtivos destinados ao mercado local	10. Exigências do mercado consumidor

4.2 – Diversificação da Produção	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Diversidade de produtos através de novas alternativas de produção.	1. Resistência do agricultor para mudar a sua matriz produtiva
	2. Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais - SAFs	2. Resistência dos agentes financeiros quanto s diversificação da produção e introdução de técnicas agroecológicas.
	3. Criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.	3. Investimentos públicos que incentivam a monocultura.
	4. Criação de Projetos Agroecológicos Intensivo Sustentável – PAIS (Fundação Banco do Brasil)	4. Burocracia para legalização de criatórios de animais silvestres
	5. Uso de metodologias de produção de alimentos (despolpamento de frutas, agregação de valor aos subprodutos da mandioca, do leite)	5. Não reconhecimento dos produtos extraídos da floresta (frutos, sementes, resinas) como produtos agroecológicos
	6. Uso de plantas na medicina local (sementes, resinas, raízes, folhas...)	6. Dificuldade na aquisição de sementes e mudas de qualidade
	7. Lavouras comunitárias na diversificação da produção	7. Custos elevados dos recursos tecnológicos
	8. Beneficiamento da Castanha-do-Brasil, farinha, pescado, frutas e outros produtos (agregação de valor)	
	9. Comercialização e geração de renda presentes nos PDSA.	
4.3 – Atividades Não Agrícolas	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Capacitação e incentivo à participação de agricultores em feiras de produtos artesanais.	1. Falta de Políticas Públicas voltadas para o turismo rural e o ecoturismo.
	2. Turismo, artesanato, cozinha regional como fator de melhoria de renda com aumento da participação das mulheres	2. Dificuldades de desenvolvimento de atividades em áreas de proteção ambiental.
	3. Atividades não agrícolas como complemento de renda para a agricultura familiar	3. Ater focada nas atividades agropecuárias
	4. Valorização do saber popular com o empoderamento da mulher na atividade produtiva.	4. Baixos preços dos produtos artesanais.
	5. Sensibilização dos produtores sobre as atividades não agrícolas.	5. Falta de apoio às atividades não agrícolas

4.4 – Cadeias Produtivas	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Consciência da importância de se trabalhar todos os elos da cadeia produtiva	1. Mudança na metodologia voltada para cadeia produtiva
	2. Implantação de Arranjos Produtivos Locais-APLs,sistema territorial adotado pelo MDA	2. Complexidade e barreiras da legislação para o SIM,SIF,SIE e SUASA
	3. Avanço na implementação/consolidação do SUASA (GO)	3. Integração das economias rurais e urbanas.
	4. Maior preocupação do agricultor familiar em melhorar a qualidade de seus produtos	4. Entraves e gargalos nos elos das cadeias produtivas.
	5. Existência de estudos definindo a cadeia produtiva de algumas culturas	5. O produtor não se apropria da renda ao longo da cadeia produtiva
	6. Possibilidades de maior agregação de valor aos produtos.	6. Pouco profissionalismo e familiaridade quanto a organização de cadeias produtivas para o mercado.
	6. Possibilidades de maior agregação de valor aos produtos.	7. Falta de Políticas Públicas que garantam o desenvolvimento das cadeias produtivas.
4.5 – Qualidade de Vida	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Envolvimento das comunidades sobre a questão ambiental.	1. Baixa renda dos agricultores familiares
	2. Melhoria na organização social dos produtores.	2. Falta de infra-estrutura social e produtiva (água potável, saneamento, escolas e transporte escolar, estradas,etc.)
	3. Diversificação das atividades de extensão para a agricultura familiar e diversificação de culturas	3. Êxodo dos jovens no meio rural
	4. Aumento da renda com reflexo na melhoria da alimentação e do poder aquisitivo dos agricultores familiares	4. Extensão rural pouco focada na construção da cidadania
	5. Acesso a Programas de Governo (Luz para Todos. PAA, Inclusão Digital, Seguro Defeso)	5. Baixa internalização dos princípios do Associativismo e do Cooperativismo
	6. Capacitação dos agricultores para o desenvolvimento de suas atividades.	6. Grande dependência de gêneros alimentícios externos
	7. Presença de agentes de saúde na	
	8. Abordagem de Ater em outras dimensões, não apenas na econômica.	

4.6 – Associativismo e Cooperativismo	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Ater reconhecendo a importância das Associações e Cooperativas	1. Regularização jurídica das entidades em face do novo Código Civil (Falta assessoria jurídica)
	2. Implementação do Planejamento Participativo e atividades coletivas.	2. Organização de produtores não formalizados dificulta a venda de produtos para atender programas governamentais.
	3. Aumento do número de Associações e Cooperativas	3. Excesso de exigências na regulamentação de agroindústrias
	4. Programas de Governo voltados para produtores organizados.	4. Pouca capacitação, assessoramento e acompanhamento às organizações
	5. Cursos sobre o Associativismo e Cooperativismo	5. Deficiência na gestão das organizações associativas e cooperativas.
		6. Associações nascidas a partir de estímulos externos
		7. Predominância da cultura individualista,contribui para o descrédito no cooperativismo
		8. Ingerência político-partidária atrapalhando as organizações
4.7 – Economia Solidária e Comércio Justo	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. O tema entrou na pauta de discussão	1. Pouco conhecimento sobre Economia Solidária e Comércio Justo
	2. Realização de Encontros e Feiras de Economia Solidária.	2. O novo Código Civil dificulta a compra em grupo e contribui para desmobilizar os produtores
	3. Existência de associações de produtores orgânicos.	3. Problemas para cumprir as exigências da legislação vigente.
	4. Existência de redes para comercialização de produtos da economia solidária	4. Ação dos atravessadores na comercialização
	5. Aquisição pelo governo dos produtos da agricultura familiar.	5. Dificuldades na comercialização de produtos que dependem de inspeção sanitária nas feiras.
	6. Política de subsídio para alguns produtos (borracha, malva/juta, pescado)	6. Dificuldades para criação/desenvolvimento de uma marca/produto
		7. Ater não está preparada para assessorar esse sistema de economia

4.8 – Sistemas Produtivos de Base Ecológica	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Maior preocupação com a qualidade de vida e preservação do meio ambiente	1. Projetos de financiamento com 100% de adubação química
	2. Divulgação de produtos naturais e orgânicos na segurança alimentar e qualidade de vida	2. Pouca capacitação para técnicos e produtores para a transição agroecológica
	3. Maior conscientização do agricultor familiar na utilização de produtos naturais, gerando com isso menor impacto ambiental e melhoramento na saúde.	3. Pouca compreensão sobre os ecosistemas (técnicos e agricultores); governos municipais insensíveis para essa questão.
	4. Experiências com sementes de variedades crioulas	4. Custo elevado dos produtos orgânicos
	5. Capacitação dos técnicos em Agroecologia	5. Cultura tradicional de "Corte e queima"para produzir é muito arraigada
	6. Formação de redes de produtores agroecológicos	6. Mercado para produtos orgânicos ainda é muito reduzido
	7. Criação do Pronaf Floresta e Agroecologia	7. Dificuldades e custo elevado para certificação de produtos orgânicos.
	8 – Implementação de planos de manejo florestal, de lagos, de animais silvestres, etc.	8. Pouco acesso aos financiamentos de base agroecológica.
	9. Implementação de tecnologias de produção de alimentos orgânicos.	

EIXO 5 – ATER NA QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 – Crédito do Pronaf – Agricultores em Dificuldades Financeiras, Cooperativismo de Crédito.	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Definição e implementação das Políticas de Crédito (linhas do Pronaf)	1. Crédito está colocado como um fim e desarticulado de outras políticas
	2. Ampliação do volume de crédito e avanços na desburocratização e subsídios	2. Parcela dos agricultores não acessa o crédito
	3. Existência de Cooperativas de Crédito	3. Acúmulo de créditos e pouco tempo para aplicação.
	4. A Ater tem trabalhado de forma satisfatória na liberação dos créditos	4. Falta uma melhor divulgação do crédito nos municípios
	5. Elaboração de projetos de créditos mais criteriosos.	5. A rede de comunicação entre as instituições envolvidas na execução do Pronaf é precária

5.1 – Crédito do Pronaf – Agricultores em Dificuldades Financeiras, Cooperativismo de Crédito.	6. Renegociação das dívidas do Pronaf	6. Número de técnicos insuficiente e pouco qualificado para o acompanhamento do crédito
	7. Recuperação do crédito do FNO Especial	7. Disputa entre prestadoras para elaboração de projetos
	8. Melhoria da renda do agricultor	8. ATER com pouca atuação no que se refere ao gerenciamento da propriedade.
	9. Associações dos agricultores mais fortalecidas	9. Morosidade bancária na avaliação e liberação dos projetos.
		10. Alguns agentes financeiros não se interessam em aplicar algumas linhas do Pronaf (o agroecologia, por exemplo)
		11. Endividamento e inadimplência de parcela significativa de agricultores
		12. Desvios de recursos do crédito são fatos corriqueiros.
		13. Inexistência de linhas específicas de crédito para os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros.
5.2 – Programa de Aquisição de Alimentos	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. O Programa, em si, já é um avanço	1. Precária divulgação do programa
	2. Em algumas regiões/municípios o PAA proporcionou ganhos significativos para a agricultura familiar e funcionou como regulador de mercado	2. Alguns técnicos desconhecem o programa e outras Políticas Públicas
	3. Oportunizou a geração de renda e inclusão no mercado para a agricultura familiar	3. Poucas entidades beneficiadas
	4. Possibilitou a melhoria da segurança alimentar	4. Programa só funciona em determinado período do ano
	5. O PAA estimulou a organização e acesso a recursos do Pronaf	5. Inadequação e discrepância nas legislações (SIM, SIE, SIF) e falta de orientação voltada para a segurança alimentar
	6. A parceria com instituições públicas (CONAB , Prefeituras) tem avançado na forma de compra dos produtos e busca de mercado	6. Dificuldades em razão da inexistência de unidades de beneficiamento e/ou entrepostos para produtos perecíveis, como pescado, leite, doces e outros.

5.2 – Programa de Aquisição de Alimentos	7. O projeto é de simples elaboração e de fácil operacionalização	7. Precária organização da comercialização, compromete o fornecimento regular dos produtos
		8. Perda da produção por atraso no repasse dos recursos
		9. Necessidade de melhorias na qualidade dos produtos
		10. Falta de compromisso de algumas Prefeituras para implementar o Programa.
5.3 – Garantia Safra	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Realização de parcerias com várias entidades	1. Falta Zoneamento para determinadas regiões do Estado (MS)
	2. Reconhecimento da importância dos parceiros no cadastramento do programa	2. Falta de conhecimento dos técnicos sobre a operacionalização
	3. Garantia de uma renda diante de uma perda de produção	3. Unificação do cartão do Garantia Safra
	4. Programa coordenado pela SDR, com atuação na região do semi-árido	4. Exigências de adesão e ausência de preço mínimo
		5. Falta de sensibilização dos gestores municipais
		6. Atraso no pagamento do benefício
		7. Atendimento incipiente às famílias assentadas
5.4 – Seguro da Agricultura Familiar	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. A idéia central do Programa traz um importante avanço, pois garante a segurança do agricultor no caso de frustração de safra	1. O seguro não cobre todas as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar.
	2. Garantir renda e o pagamento da dívida do agricultor familiar	2. Falta democratizar a informação e melhorar o nível de organização e comunicação.
		3. Os produtores desconhecem as normas de uso do SEAF.
		4. Dificuldade na elaboração do custeio
		5. Dificuldade de operacionalização junto ao Banco
		6. Dificuldade na emissão de DAPs
		7. Pouco prazo para realização de perícias.
		8. Falta de zoneamento e atualização das informações de determinadas culturas

5.5 – Gestão Social	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Implantação dos Territórios da Cidadania	1. Alguns CMDRS são inoperantes.
	2. Tomada de consciência pelos atores sociais locais.	2. Falta de autonomia de alguns Conselhos
	3. Garantia e aumento da participação dos atores sociais na gestão das Políticas Públicas	3. Alguns Conselheiros desconhecem o seu papel. Falta capacitação para os conselheiros
	4. Criação de espaços democráticos entre governo sociedade civil (formação de Conselhos de Políticas Públicas)	4. Desestímulo dos agricultores em participar de reuniões
	5. Inclusão social de gênero e etnia	5. Ater assume papel que extrapola as suas atribuições (vai além da facilitação)
	6. Criação dos Fóruns dos Assentamentos (CE)	6. Pouca participação de indígenas e quilombolas
		7. Resistência dos gestores públicos ao modelo participativo
		8. Instituições de Ater com carência de técnicos na área social
		9. Falta de acompanhamento e assessoramento às organizações rurais.
		10. Cristalização das lideranças nas organizações. Ausência de renovação de lideranças.

5.6 – Educação no Campo – Ensino Fundamental, Médio e Superior	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Construção de uma pedagogia própria para o meio rural –Pedagogia da Alternância	1. Baixo grau de escolaridade inibe participação dos agricultores nos fóruns de discussão.
	2.Expansão e valorização dessa pedagogia	2. Falta de apoio político limita a criação de escolas da alternância na área rural.
	3. Efetiva democratização do ensino	3. Inexistência de escolas da alternância como Política Pública Universal.
	4. Pronera atendendo em vários Assentamentos	4. Rotatividade e despreparo dos Monitores nas EFAs
	5. Criação dos cursos de Direito e Pedagogia da Terra, entre outros, garantindo o acesso dos alunos da EFAs à Universidade	5. Os currículos escolares não contemplam o rural. Não se dá ênfase para a educação no campo. Calendário escolar é incompatível com a realidade do campo.
	6. Interiorização das Universidades	6. Educação formal deficiente e deficitária
	7. Inserção dos jovens rurais nas escolas agrotécnicas.	7. Não disponibilidade de escolas d ensino fundamental de 5ª a 8ª série e ensino médio no campo.
	8. Proliferação de CFRs e CFAs	8. Falta de incentivos aos jovens para permanecerem no meio rural.
	9. Reconhecimento das EFAs como entidade de Ater (MG)	9. Deficiência quantitativa e qualitativa de professores no meio rural.
	10. Criação de Curso Superior em Educação no Campo-Lecampo (MG)	10. Ater sem equipes multidisciplinares.
	11. Programa de educação indígena com material didático bilíngüe.	11. Problemas de evasão escolar.
	12. Criação da Escola da Floresta(2º grau-ensino profissionalizante,Técnico Florestal, Turismo Ecológico)	12. Transporte escolar insuficiente, irregular e inadequado
	13. Programas de alfabetização de jovens e adultos	13. Inexistência de Planos Municipais de Educação, dificulta parcerias entre instituições.

5.7 –Saúde	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Implantação do Programa Saúde da Família - PSF	1. Falta de uniformização das ações do PSF
	2. Criação de Políticas voltadas para a melhoria das condições de saneamento e habitação	2. Precário serviço de saúde nos municípios; Postos de Saúde sem medicamentos, sem médicos, etc.
	3. Criação de Programas para o combate de doenças endêmicas	3. Falta de investimento em medicina preventiva e segurança no trabalho
	4. Contratação de Agentes de Saúde	4. Desconhecimento sobre a legislação do uso de agrotóxicos
	5. Navio Hospital para atender as comunidades ribeirinhas (AC)	5. As populações rurais estão substituindo o uso de ervas medicinais por remédios industrializados.
	6. Campanhas Educativas no campo da medicina alternativa	6. Água contaminada com esgoto doméstico
	7. Criação dos Conselhos de Saúde	7. Conselhos e conselheiros atuando precariamente
	8. Diminuição do uso de agrotóxicos	8. Ater trabalha timidamente a questão da saúde
5.8 – Reforma Agrária	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Ampliação do número de Assentamentos e de famílias assentadas.	1. Política de Reforma Agrária ainda é tímida.
	2 – Demarcação de Terras Indígenas	2. Sucateamento do INCRA
	3. Conquista de Ates pelos assentados	3. Persiste o problema de infra-estrutura em muitos assentamentos e de reconcentração de terras.

5.8 – Reforma Agrária	4. Implantação de Programas de Recuperação de Assentamentos – PRA	4. Recursos insuficientes para o PNCF e juros altos
	5. Mais rapidez na implantação da infra-estrutura nos assentamentos (água, energia e estradas)	5. Processo de compra e venda de lotes nos assentamentos
	6. Universalização do crédito para energia, habitação, e água nos assentamentos	6. Seleção de assentados sem envolver os STRs , FETAGs e movimentos sociais, dificulta a consolidação dos assentamentos
	7. Ampliação dos recursos para ATER	7. Morosidade na contratação dos projetos de investimentos e demora em acessar o Pronaf "A"
	8. A renegociação das dívidas da terra e redução das taxas de juros para o Pronaf "A"	8 . Atuação incipiente da Ater nas novas modalidades de assentamentos.
	9. Diversificação dos modelos de assentamentos (PAF, PAE,etc.)	9. Emissão de DAPs restritas á Superintendência Regional (AM)
		10. Ocupação irregular de lotes da Reforma Agrária.
5.9 –Serviços Ambientais	AVANÇOS	DIFICULDADES
	1. Existência de discussão dentro do Governo	1. Debilidade das instituições ambientais na fiscalização e na liberação das licenças
	2. Programa Pró-Ambiente	2. Valor das Licenças é elevado para o agricultor familiar.
	3. Criação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Meio Ambiente	3. O processo de Educação Ambiental ainda é muito tímido
	4. Campanhas e criação de redes para conscientização	4 . Dificuldade de desenvolver Políticas Ambientais para os grandes produtores.

5.9 –Serviços Ambientais	5. Introdução de Políticas de valorização de produtos florestais	5. Profissionais despreparados para o trabalho com Sistemas Agroflorestais - SAFs
	6. Uso de sementes florestais para o artesanato (diversificação da produção)	6. Falta aos técnicos uma compreensão clara de como funciona o "Crédito de carbono"
	7. Resgate das sementes caboclas nas comunidades indígenas.	7. Desconhecimento técnico de como funciona a operacionalização do "Passivo Ambiental"e da aplicação do "Termo de Ajustamento de Conduta"
	8. Construção com as comunidades indígenas e extrativistas de acordos de caça e pesca e elaboração de um calendário de caça (AC)	8. Falta de cumprimento das Leis Ambientais e maiores informações sobre a legislação
	9. Criação do Programa Proflorestania para promover o uso racional dos recursos naturais (AC)	9. Degradação ambiental comprometendo algumas espécies animais.
		10. Fragmentação da matas ciliares comprometendo os recursos hídricos

6. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PNATER

6.1. Ater para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

A noção de progresso surge após as grandes navegações e os grandes descobrimentos e permanece em pauta do século XVII ao século XIX. As idéias que norteiam esse processo são as relativas às evolução, ao conhecimento científico, à liberdade econômica e à tecnologia que marcam o nascimento do capitalismo e têm como ápice a revolução industrial. O sentido pragmático desta abordagem afastou radicalmente a humanidade da natureza. Nos primórdios do século XX, fomentado pelo mito da natureza infinita, surge a noção de crescimento, que preconiza o aumento físico da produção em termos de quantidade, peso e volume. Este período se orienta pela dimensão econômica, pautada na lógica de mercado. Ressalte-se que, nas últimas cinco décadas do século passado, a vida no planeta foi comprometida mais do que em toda a história da humanidade.

Na década de 1950, como desdobramentos do crescimento vêm à tona todo o acúmulo de problemas oriundos do processo de crescimento e as dimensões sociais e culturais são somadas à dimensão econômica, surgindo o conceito de desenvolvimento. Esta década é marcada pelo surgimento de uma nova ordem internacional instaurada pelos vencedores da segunda guerra mundial. São criados o FMI e o Banco Mundial. Caracterizada pelo trabalho no sentido de transformação deste em bens e serviços em escala, mercado regulado pela oferta e procura e pela máxima eficiência econômica, estabelecendo nos países do Norte um padrão de produção e consumo que não é alcançado pelo restante do mundo (Sul, Centro e Periferia) e em seu bojo surge a noção do subdesenvolvimento. Nesta nova ordem, mais uma vez, a questão ambiental é preterida, gerando um passivo econômico, social e ambiental gigantesco para as gerações posteriores. Com o argumento de disponibilizar os conhecimentos para os países subdesenvolvidos, surge a Revolução Verde como modelo de produção a ser seguido pelos países subdesenvolvidos, tendo como matriz enérgica os combustíveis fósseis, fertilizantes químicos e o difusionismo. Em 1945, é criada a comissão brasileiro-americana de educação rural (CBAR) e é firmado um acordo sobre educação rural - as chamadas missões rurais, que trazem uma forte carga ideológica anticomunista e desenvolvimentista. Com o patrocínio da American International Association for Economic and Social Development (AIA ou Fundação Rockefeller) é criada, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural -ACAR, que viria a ser o piloto para a implantação do modelo estadunidense de extensão rural no Brasil. Modelo esse assumido pela ABCAR, criada em 1956, que assume a execução do sistema brasileiro de extensão rural - SIBRATER. A extensão rural é considerada "processo de ação educacional que visa provocar mudanças no comportamento das pessoas em relação aos seus conhecimentos, hábitos e habilidades".

Na década de 1970, com a crise do petróleo, o trinômio energia/sociedade/natureza entra na agenda internacional. São realizados encontros/conferências tendo por pauta o colapso do sistema global, destacando-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - a ECO-92. Surge então o conceito de eco desenvolvimento que se consolida no final do século XX como desenvolvimento sustentável.

"Desenvolvimento Sustentável é o que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as possibilidades das futuras gerações satisfazer suas próprias necessidades" (Relatório Bruntland, 1987). Esse conceito é ratificado na ECO-92, onde é reforçada a necessidade de mudanças nos padrões de produção e consumo, sobretudo dos países industrializados. Sustentabilidade é um estilo e não um modelo, sendo considerada por alguns como a única utopia do século XXI.

"Desenvolvimento Rural Sustentável é um processo gradual de mudança que encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas sócio-econômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental, aos objetivos de equidade e aos pressupostos de solidariedade intra e intergeracional" (Caporal e Costabeber, 2002).

6.1.1. Soberania e Segurança Alimentar

1. Promover ações voltadas à segurança alimentar e nutricional no país, envolvendo todos os agentes de desenvolvimento que atuam no segmento da Agricultura Familiar;
2. Apoiar e incentivar as experiências de agricultura urbana e lavouras comunitárias, estabelecendo estratégias e critérios para implantação e acompanhamento técnico de hortas e atividades afins existentes, visando o aproveitamento dessas experiências como contribuição para a educação e segurança alimentar da população urbana;
3. Apoiar a efetivação de atividades integradas no sistema de produção familiar, de acordo com as especificidades das cadeias produtivas territoriais (APLs);
4. Estimular a diversificação da produção, com vistas à segurança alimentar e nutricional, através da introdução de novas tecnologias voltadas para a agricultura familiar e da preservação de culturas tradicionais;
5. Fortalecer culturas que garantam as especificidades das tradições alimentares das populações tradicionais, juntamente com a complementação da dieta nutricional;
6. Garantir sementes de qualidade e quantidade em período oportuno, através da implementação de bancos de sementes de variedades e crioulas, incentivando seu cultivo e sua multiplicação;
7. Incentivar a pesquisa e criação de bancos de sementes e raças tradicionais, através da elaboração de políticas públicas regionalizadas;
8. Estimular tecnologias sustentáveis apropriadas à produção de alimentos para a agricultura familiar;
9. Aumentar o trabalho de Ater no setor de aqüicultura;
10. Criar e implementar programa de capacitação para técnicos, famílias agricultoras e populações tradicionais, em educação alimentar e nutricional, práticas alimentares saudáveis, comercialização, gestão, planejamento e tecnologias sustentáveis;
11. Agregar profissionais à equipe de Ater, com perfil e competência capaz de mobilizar as famílias e organizá-las com o objetivo de produzir para garantir a segurança alimentar e nutricional;
12. Garantir a implantação e ampliação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e divulgar materiais sobre essa temática;
13. Facilitar a integração entre a extensão rural e as entidades que atuam na temática segurança e soberania alimentar e nutricional;
14. Incentivar a viabilização de estruturas de armazenamento de alimentos, em nível comunitário e/ou familiar;
15. Promover a criação de postos de trabalhos agrícolas e não agrícolas no meio rural para garantir a segurança alimentar e nutricional;

16. Oferecer à agricultura familiar mecanismos que promovam a maior diversidade possível de alimentos para consumo humano, transformando o excedente em derivados, agregando valor a estes, levando em conta a realidade social, econômica, cultural e ambiental.

6.1.2 Superação da Pobreza Rural

1. Promover o acesso aos serviços públicos na zona rural;
2. Elaborar projetos produtivos e sociais com responsabilidade social e ética, levando em conta a realidade local, a diversidade da agricultura familiar e a questão ambiental;
3. Apoiar a viabilização de agroindústrias artesanais de alimentos: leite, mandioca, frutas, hortaliças, etc;
4. Promover a apropriação de tecnologias adaptadas à realidade local pelos agricultores familiares;
5. Promover intercâmbios de técnicos e produtores para troca de experiências (municipal, estadual e interestadual).

6.1.3. Meio Ambiente

1. Promover a gestão compartilhada e participativa sobre a utilização dos recursos naturais regionais/locais (manejo sustentável e manejo da agrobiodiversidade);
2. Implementar processos de educação ambiental transversal e universal nos Estados, Municípios e Territórios;
3. Formar parcerias com as instituições de ensino e demais órgãos, visando a capacitação de agentes de Ater, de agricultores familiares e da sociedade como um todo, nos temas ambientais, como, por exemplo, programas e campanhas educativas;
4. Intensificar a integração, articulação e parceria da Ater com órgãos ambientais, para que as ações de Ater sejam de fato convergentes, com gestão compartilhada dos recursos naturais;
5. Combater o uso de agrotóxicos, incentivando o uso de práticas agroecológicas;
6. Apoiar projetos de reconstituição de agroecossistemas que orientem o manejo e a conservação do solo e dos recursos naturais de forma sustentável, evitando o modelo do Agronegócio e fortalecendo a Agricultura Familiar;
7. Apoiar a criação de um modelo de produção agroecológica em que sejam desenvolvidas informações técnicas, custos de produção, criação de centros de pesquisas regionais e unidades demonstrativas, facilitação de acesso a linhas de crédito e a formação de agentes de Ater, levando em conta as diversidades regionais;
8. Promover o reflorestamento de áreas desmatadas, matas ciliares, bem como a recuperação e manutenção dos mananciais, com base em processos educacionais, planejamento e avaliação;
9. Fazer uma avaliação da necessidade de água para consumo e produção nas unidades familiares, implementar políticas e programas de proteção às nascentes e organizar ações para garantir acesso à água a todos os agricultores familiares estimulando a gestão dos recursos naturais na perspectiva das microbacias;
10. Investir na formação da consciência crítica da Ater, sobre questões ambientais e garantir sua participação e de suas entidades, nas discussões sobre o meio ambiente, nas esferas federal, estadual e municipal;
11. Realizar saneamento ambiental no meio rural em parceria com outras instituições (MMA, Ibama);
12. Apoiar a Implantação de sistemas agroflorestais (SAFs);
13. Desenvolver o serviço de Ater voltado para a gestão ambiental da propriedade;
14. Desenvolver ações para inserir as espécies de peixes não contempladas no seguro defeso do pescador artesanal;
15. Fazer uma avaliação da necessidade de água nos lotes e organizar ações para garantir e implementar projetos de estimulo à gestão dos recursos naturais;
16. Buscar melhoria da educação ambiental no meio rural;

17. Estimular o uso de estratégias de conservação de solos pelos agricultores familiares;
18. Estimular a recomposição de áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL) e de outras áreas degradadas nas unidades produtivas.

6.1.4. Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores

1. Realizar capacitação dos extensionistas em metodologias participativas, culturas valores e saberes da agricultura familiar e comunidades tradicionais, na sua diversidade;
2. Respeitar os conhecimentos, saberes, culturas e tradições dos povos do campo e das florestas e populações tradicionais, especialmente das mulheres historicamente não considerados;
3. Identificar e promover manifestações culturais, para revitalizar os costumes, saberes e valores das comunidades, respeitando, apoiando, incentivando e garantindo o conhecimento, a diversidade, a cultura e a tradição, desenvolvendo processos educativos permanentes, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e promoção da auto-estima;
4. Revitalizar a cultura da pesca artesanal, com a reintrodução de espécies nativas e o enriquecimento do manancial pesqueiro;
5. Capacitar agricultores familiares em elaboração de projetos para garantir sua participação;
6. Implementar a multidisciplinaridade na Ater;
7. Promover eventos sociais na zona rural.

6.1.5. Universalização da Ater na Agricultura Familiar

1.Garantir uma Ater permanente, gratuita, com qualidade e eficácia às comunidades rurais, acampamentos, assentamentos, comunidades quilombolas, indígenas, pesqueiras e ribeirinhas garantindo a continuidade das ações;
2. Esclarecer e unificar as formas de trabalho a todos os envolvidos na Ater, visando a qualidade do atendimento às necessidades das populações beneficiárias.

6.1.6. Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais – Empoderamento, Equidade e Inclusão

1. Estimular a criação de centros de convivência e lazer para a família rural;
2. Estimular a criação de programas de amparo à terceira idade, específicos para o campo;
3. Criar sistemas de produção que contemplem ações para jovens, mulheres e idosos;
4. A Ater considerar a diversidade e especificidades do seu público, contribuindo para superar as desigualdades existentes;
5. Construir estratégias metodológicas e, com o apoio do Estado, estruturar uma Ater diferenciada para inclusão de públicos específicos como quilombolas, indígenas e pescadores;
6. Capacitar as equipes de Ater em sistemas diversificados de produção, gestão, comercialização e agroindústria relacionados às dimensões de gênero, raça e etnia;
7. Qualificar e preparar Ater para trabalhar com os jovens e mulheres (família num todo);
8. Realização de feiras e criação de centrais de comercialização, integradas aos programas de formação e crédito, voltados para organizações produtivas de mulheres rurais;
9. Fazer planejamento participativo, valorizando as tradições das classes sociais e promover a integração dos órgãos envolvidos;
10. Promover o poder de decisão das mulheres no financiamento destinado às famílias e ampliar e qualificar o crédito especial para as mulheres;

11. Realizar pesquisas sobre caracterização das mulheres acessantes do Pronaf e do Pronaf mulher no cadastro da Agricultura Familiar;
12. Valorizar a participação das mulheres na gestão econômica (monetária e não monetária) da unidade familiar;
13. Estimular a socialização das tarefas domésticas na família e nas comunidades;
14. Ampliar o apoio financeiro para projetos de Ater/Ates para as mulheres rurais;
15. Monitorar a ação das instituições de ater (Ater/Ates) para a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, através do uso de indicadores específicos e posterior socialização das experiências;
16. Promover a qualificação da Ater/Ates para problematizar sobre o rearranjo da divisão do trabalho entre homens e mulheres no âmbito da agricultura familiar, estimulando o protagonismo das mulheres na economia e o maior poder de decisão das mesmas;
17. Reconhecer a força da juventude rural, criando mecanismos que venham a contribuir para sua permanência no campo.
18. Valorizar o papel da mulher e do jovem na produção da agricultura familiar;

6.1.7 – Economia Solidária

1. Conscientizar e sensibilizar gestores estaduais e municipais para um maior apoio ao Programa de Economia Solidária;
2. Promover a divulgação da economia solidária;
3. Direcionar ações de Ater para a geração de desenvolvimento econômico e social igualitário nas comunidades e assentamentos rurais, baseadas nos princípios da economia solidária;
4. Identificar e apoiar os empreendimentos solidários locais e regionais;
5. Organizar as cadeia produtivas e comerciais, com foco na economia solidária;
6. Buscar alternativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar, com preços justos, com estímulo à criação de redes solidárias, obedecendo aos critérios da economia solidária;
7. Organizar Feiras da Agricultura Familiar, periódicas e permanentes, inserindo-as nos calendários de eventos anuais dos Estados;
8. Incentivar a criação e adoção de selos de garantia.

6.1.8 – Democracia e Participação Social

1. Promover maior divulgação dos trabalhos, projetos e atuações exitosas na Agricultura Familiar, respeitando os direitos autorais;
2. Realizar atividades que promovam o intercâmbio de experiências entre grupos de diferentes localidades;
3. Qualificar e reestruturar os conselhos, promovendo a capacitação dos conselheiros, gestores públicos e lideranças locais (encontros, seminários, conferências, etc) para que possam exercer com garantia, conveniência e autonomia suas atribuições nas fiscalizações e determinações de ações ligadas à Ater seguindo a ordem de aptidão e conhecimento da área em que irá atuar com conhecimentos práticos sobre temas correlatos;
4. Garantir a construção participativa de políticas públicas de Ater;
5. Inserir a Pnater nas dinâmicas dos Colegiados Territoriais;
6. Fomentar o associativismo e o cooperativismo para fortalecer as ações da Agricultura Familiar;
7. Promover o empoderamento de entidades, movimentos sociais, organizações de produtores, associações, cooperativas, entre outros;
8. Instrumentalizar a sociedade para a participação social (gestão pública, política, econômica);
9. Promover integração e comprometimento das entidades envolvidas na Ater;
10. Garantir a participação de representantes das instituições de Ater nas discussões junto aos órgãos oficiais em níveis federal, estadual e municipal, que desenvolvam atividades no setor rural.

6.1.9. Abordagem Territorial

1. Promover a participação dos agricultores familiares nas instâncias de deliberação nos territórios;
2. Contribuir para que os núcleos técnicos dos territórios sejam multi-institucionais, para que órgãos diferentes obedeçam às mesmas definições;
3. Articular todos os segmentos públicos e da sociedade civil nas discussões para o desenvolvimento sustentável;
4. Fortalecer mecanismos que consolidem parcerias, visando evitar a manipulação e aumentar a transparência dos processos;
5. Facilitar o entendimento de papéis na implantação da política de desenvolvimento territorial, enfatizando a autonomia dos colegiados territoriais, no que se refere à gestão/controle social;
6. Contribuir para a definição e consolidação do Marco Regulatório dos Conselhos;
7. Fortalecer e disseminar a metodologia adotada na construção dos territórios;
8. Atuar com base nas premissas da abordagem territorial;
9. Garantir coerência na estrutura de Ater com a estrutura territorial;
10. Inserir a Pnater nas dinâmicas dos Colegiados Territoriais;
11. Constituir Redes de Ater nos Territórios Rurais e da cidadania;
12. Conhecer a realidade de cada território;
13. Capacitar o quadro técnico da Ater sobre desenvolvimento territorial;
14. Ampliar gradualmente as ações territoriais;
15. Apoiar a socialização de experiências das mulheres no território;
16. Formar agentes de desenvolvimento territorial sobre gênero, participação social e desenvolvimento rural;
17. Fortalecer a CIAT e os CMDRS garantindo que as demandas territoriais sejam discutidas nos CMDRS, para valorizar as demandas e as realidades locais.

6.1.10. Educação do Campo

1. Realizar parceria entre as instituições de Ater e o sistema de educação municipal ou estadual, integrando os agentes de extensão nas escolas rurais, para desenvolver ações educativas que enfoquem as mudanças de valores, em temas como reeducação alimentar, agroecologia, educação florestal e ambiental e objetivando a redução e/ou erradicação do analfabetismo no campo;
2. Formar parcerias entre instituições de ater, de ensino, governo, ONGs e movimentos sociais para o desenvolvimento de projetos de educação de jovens agricultores (nível técnico e profissionalizante, licenciatura em educação do campo e demais cursos de graduação), ampliando e fortalecendo o Pronera;
3. Articular para a inclusão no currículo escolar da educação no campo disciplinas técnicas específicas de Ater;
4. Facilitar o acesso dos agricultores familiares a políticas públicas voltadas para a educação do campo;
5. Interação das instituições de Ater com experiências em pedagogia da alternância, envolvendo estudantes e docentes;
6. Contribuir para a implantação de escolas agrícolas no meio rural com ênfase agroecológica voltadas para a realidade local;
7. Articular com o MEC a implementação e expansão dos programas de educação de jovens e adultos, de acordo com os princípios da educação do campo;
8. Propor e apoiar a reformulação dos currículos escolares da educação básica, do ensino médio, superior e pós-graduação, a partir das diretrizes da educação no campo, adequando também o corpo docente;
9. Propor e apoiar a criação de escolas no campo, CEFFAS e adequar as existentes incluindo grade curricular adaptada à realidade rural, tendo por base o regime de alternância e contendo temas e conteúdos (como, por exemplo, administração) com base na agroecologia;
10. Articular com o MEC o estabelecimento de convênios com os colégios agrícolas para que os filhos e filhas de agricultores tenham ajuda de custo (bolsa de estudos);
11. Promover o diálogo da Ater com as redes públicas de ensino pensando na formação das crianças e jovens

do campo para mudanças de valores, em temas como: reeducação alimentar, agroecologia, educação florestal e ambiental;
12. Fortalece a ação da Ater além da tecnologia de produção, mas também desenvolvimento cultural, educacional, político e ambiental;
13. Realizar estágios para agentes comunitários direcionados às demandas dos agricultores familiares, considerando a realidade da família e da comunidade onde os agentes estão inseridos;
14. Apoiar a implementação de capacitação continuada para professores do campo;
15. Implementar processos formativos, considerando os variados níveis de formação e estágios de desenvolvimento, visando a capacitação dos agricultores e técnicos, a implementação das políticas e, por fim, o desenvolvimento regional;
16. Articular para ampliar os cursos de formação superior com foco na educação do campo – Instituir cursos de Licenciatura em Educação do Campo;
17. Garantir a igualdade de gênero, raça e etnia nas práticas educacionais relacionadas à Ater.

6.1.11. A Nova Ruralidade Brasileira

1. Divulgar a política de desenvolvimento territorial nos municípios rurais e em seu entorno;
2. Disseminar a temática da Nova Ruralidade Brasileira (CNDRSS);
3. Propor a forma de enquadramento dos municípios pelo IBGE, isto é, observar o nível de envolvimento dos pequenos municípios com as dinâmicas de desenvolvimento rural. Neste sentido, considerar os municípios com até 50.000 habitantes ou 80 hab/km² como rurais;
4. Articular para criar o acesso das comunidades rurais, quilombolas e indígenas, e assentamentos da Reforma Agrária à infra-estrutura básica, como: eletrificação rural, saneamento básico, perfuração de poços tubulares, edificação, moradia, estradas, açudes e adutoras, implantação da rede de telefonia rural e construção de postos de saúde e ginásios poli esportivos e a inclusão digital;
5. Propor a criação de políticas que garantam mais renda de forma que o novo rural não seja marcado pela exclusão da agricultura familiar;
6. Contribuir para a construção de políticas públicas que atendam às necessidades dos agricultores familiares e suas organizações com maior agilidade nas ações que viabilizem o acesso à terra;
7. Trabalhar com jovens rurais e estimular sua participação garantindo seus espaços;
8. Fazer maior divulgação das atividades inovadoras que estão dando certo, dando uma maior atenção ao associativismo, cooperativismos da economia solidária e experiências em agroecologia fortalecendo a atuação em redes;
9. Identificar o novo perfil dos assentados e propor adequação das normas dos programas de reforma agrária;
10. Propor a agilização da disponibilização de crédito para assentados da reforma agrária no período que antecede o acesso ao PRONAF a para contribuir com a fixação da família no campo e evitar o êxodo rural.
11. Propor políticas para acampados no período que antecede o assentamento.

6.2. A Instituição da Ater Pública (Sibrater)

A extensão rural no Brasil surgiu por volta de 1948, tendo como base a idéia de que o conhecimento tecnológico, a difusão de novas técnicas agropecuárias por meio da assistência técnica e o apoio financeiro através do crédito contribuiria para o aumento da produção e para a

melhoria das condições de vida do meio rural brasileiro. Nesse primeiro momento, o crédito era o foco principal da ATER.

A partir de 1952, essa idéia começou a se transformar e o serviço de extensão ganhou cunho muito mais educativo. Durante esta fase, a extensão rural registrou um grande crescimento, havendo a necessidade de se criar um órgão central para coordenar o sistema, o que aconteceu em 1956, com a fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR.

Nos anos 1970, o serviço de ATER continuou a se expandir, acompanhando a fase desenvolvimentista do Brasil, o chamado "milagre econômico". Nesse período, deu-se ênfase à assistência técnica em detrimento da extensão rural. O crédito, nesse período, era farto e subsidiado e nessa conjuntura, é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, com o objetivo de coordenar o sistema em nível nacional.

Na década de 1980, com o esgotamento do "milagre"brasileiro e a conseqüente crise financeira, deu-se um novo rumo ao serviço de extensão. Embora, nessa época, o "Planejamento Participativo"tinha destaque, contribuindo para uma maior participação e organização dos agricultores, os problemas agrários não solucionados e a crise econômica provocaram um desmonte dos serviços de ATER, por meio do corte de verbas e posterior extinção da EMBRATER. Esta política apresentou como resultados mais visíveis, o sucateamento das empresas públicas de ATER e a deterioração e, em alguns casos, até a ausência da qualidade dos serviços prestados aos agricultores de uma forma geral e aos agricultores familiares, em especial.

No ano de 2003, foram iniciados esforços para retomar o efetivo fortalecimento e empoderamento da Agricultura Familiar. Nesse ano, as competências relativas à organização do sistema e a prestação dos serviços de ATER foram transferidos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. No contexto deste esforço, o Decreto n° 5.033, de 05 de abril de 2004, criou o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, no âmbito da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF para, entre outras competências, coordenar os serviços de ATER.

A primeira iniciativa do MDA, no processo de retomada da ATER pública no país, foi dar ao DATER a missão de construir uma nova política nacional de ATER, que o país havia deixado de ter por mais de uma década. No entanto, a nova política deveria atender o imperativo sócio-ambiental, as novas exigências da sociedade e os papéis do Estado diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável.

O DATER elaborou a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER de forma participativa, ouvindo as diversas esferas do governo federal, os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais

comprometidos com esta questão.

A nova política de ATER estabeleceu como público a agricultura familiar em toda a sua diversidade, contemplou as dimensões de gênero, geração, raça e etnia, e ratificou um novo arcabouço institucional para a ATER pública no país, descentralizado, incluindo as organizações estatais e não governamentais de ATER, tendo a participação dos três níveis de governo, municipal, estadual e federal e assegurando a gestão social, compartilhada com o Estado.

A Portaria Ministerial nº 25, de 29 de março de 2006, criou o Novo Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, estabelecendo as bases institucionais para a implementação da PNATER e as instâncias de gestão e execução da ATER pública no país.

Fazem parte do novo SIBRATER: (a) o DATER, que é a instância responsável pela coordenação do processo de implementação da PNATER e do SIBRATER; (b) os órgãos de Gestão Social: o Comitê Nacional de ATER, órgão de representação paritário de organizações do governo e da sociedade, que é parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento e suas Câmaras de ATER; (c) e as instituições públicas estatais de ATER (municipais, estaduais e federais), as empresas de ATER vinculadas ou conveniadas com o setor público, os serviços de Extensão Pesqueira, as organizações dos agricultores familiares que atuam em ATER, as organizações não-governamentais que atuam em ATER, as cooperativas de técnicos e de agricultores que executam atividades de ATER, estabelecimentos de ensino que executem atividades de ATER na sua área geoeducacional, as CFR (Casas Familiares Rurais), EFA (Escolas Família Agrícola) e outras entidades que atuem com a Pedagogia da Alternância e que executem atividades de ATER, redes e consórcios que tenham atividades de ATER e outras, que atuem dentro dos princípios e diretrizes desta Política.

O SIBRATER tem como objetivo a implementação da Política Nacional de ATER com o fortalecimento e a qualificação da oferta dos serviços de ATER: (i) estimulando redes de ATER, intercâmbio técnico nos níveis estadual, regional e nacional; (ii) integrando as instituições que prestam serviços de ATER, respeitando as especificidades; (iii) animando, facilitando e articulando a implementação da PNATER; (iv) criando espaços permanentes de discussão, avaliação e monitoramento da implementação da PNATER; (v) fortalecendo as instituições prestadoras de serviços de ATER; (vi) universalizando o acesso aos serviços de ATER; (vii) fortalecendo os conselhos; (viii) promovendo a formação dos Técnicos/as, Agricultores Familiares e Lideranças.

6.2.1. O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das Organizações

1. Ampliar o quadro técnico de extensionistas para trabalho mais intensivo no campo, com equipe multidisciplinar e interdisciplinar, de acordo com o constante na Pnater e levando em conta as especificidades regionais;
2. Fortalecer a proposição de realização de concurso público para contratação de funcionários para a estrutura do MDA;
3. Fortalecer as instituições oficiais de Ater com concurso público;
4. Ampliar o número e fortalecer a infra-estrutura dos escritórios para aprimoramento do trabalho de Ater;
5. Garantir recursos financeiros e humanos para realizar Ater de qualidade para todo o público beneficiário da Pnater;
6. Contribuir para a organização de uma política de Ater em um sistema com diretrizes que orientem as práticas de assistência técnica de uma forma mais homogênea (relação número de técnicos/agricultores familiares atendidos, piso salarial, capacitação técnica, metodologias, monitoramento e avaliação), respeitando as particularidades regionais e territoriais;
7. Criar mecanismos que aproveitem os técnicos residentes em assentamentos e demais comunidades (aldeias e quilombolas);
8. Criar e implementar uma rede de aperfeiçoamento dos trabalhos de Ater, numa perspectiva de complementaridade com as organizações de Ater pública estatal e não estatal;
9. Criar uma Secretaria para Extensão Rural dentro do MDA;
10. Reforçar e estruturar as parcerias entre as organizações governamentais de Ater e as ONGs como prestadoras de serviços de Ater, na perspectiva de complementaridade entre as organizações;
11. Ampliar as parcerias com a iniciativa privada, de acordo com a Pnater;
12. Prestar assistência técnica efetiva e com qualidade, de acordo com a realidade local;
13. Criar um Departamento de Assistência Técnica na Funai para orientação dos indígenas;
14. Descentralizar a ATER, com critérios bem estabelecidos e coerentes com a realidade do agricultor, reconhecendo também os agricultores líderes e com conhecimento para tal atividade;
15. Melhorar a infra-estrutura dos escritórios dos órgãos de Ater, bem como ampliar seu quadro funcional, observando a multidisciplinariedade, além da formação continuada, a fim de assistir universalmente às comunidades de agricultores familiares;
16. Implementar processos de articulação com gestores locais, no sentido de ampliar o apoio à política de Ater e promover a capilaridade do Sibrater;
17. Aumentar o efetivo de profissionais para acompanhar a agricultura familiar na sua diversidade (Reforma Agrária, pescadores, indígenas, quilombolas...), seja através do estado ou Ater privada;
18. Estabelecer políticas e ações para a implementação dos Arranjos Institucionais;
19. Garantir equipes de extensão pesqueira;
20. Descentralizar as ações, permitindo a participação dos assentados e agricultores familiares, desde a escolha da equipe, gestão do contrato das empresas de Assistência Técnica selecionadas pelo Incra;
21. Envolver os agricultores-experimentadores, agentes agroflorestais e similares como co-responsáveis pela Ater;
22. Construção de diretrizes para uma proposta nacional/regional de Plano de Cargos e Carreira que contemple isonomia e piso salarial nacional para os trabalhadores da extensão pública, de acordo com as diversas categorias profissionais, e respeito aos pisos salariais nas demais entidades de serviços de Ater;
23. Estabelecer parâmetros para o enquadramento do trabalho de Ater na perspectiva de periculosidade e atividades insalubres;
24. Evitar e combater a precarização do trabalho dos trabalhadores da Ater, assegurando remuneração justa e todos os direitos trabalhistas, valorizando a função do extensionista no setor governamental e não governamental;
25. Fortalecer e valorizar o quadro funcional, para dar melhores condições de implementação das ações e

atividades de Ater, estatal e não-estatal.
26. Garantir uma Ater gratuita e de qualidade junto a todos os públicos familiares, através da contratação de técnicos de acordo com a necessidade e realidade do município, considerando a proporcionalidade entre técnicos/propriedades rurais.

6.2.2. Marco Legal

1. Criar legislação específica, estabelecendo um novo Marco Legal para a contratação de serviços de Ater pública de qualidade para o desenvolvimento rural sustentável e solidário;
2. Defender, na elaboração do Marco Legal que regulamenta a celebração de convênios, contratos e outros repasses entre o Governo e a Sociedade Civil, o atendimento à realidade das ONGs e entidades representativas do movimento social, permitindo, entre outros, o pagamento de gastos administrativos e o fortalecimento institucional;
3. Fornecer atendimento continuado, através da definição de volume de recursos nas três esferas, garantindo a celebração de convênios e contratos de repasse com duração plurianual;
4. Definir em lei nacional, as atribuições da União, dos Estados e Municípios no Sibrater, tornando a Ater uma política de Estado no Brasil;
5. O MDA deve provocar junto aos demais Ministérios, Casa Civil e o Parlamento, o debate para a revisão das normas nacionais sobre convênios e contratos de repasse com o Poder Público e ONGs, no sentido da criação de uma legislação diferenciada para políticas sociais e para valores pequenos de recursos, de modo a simplificar e agilizar a execução administrativa, com maior ênfase no controle social;
6. Construir um Marco Legal para a contratação de Convênio com as entidades e outras instituições;
7. O governo federal assumir de forma mais significativa a manutenção da Ater pública estatal e não estatal;
8. Rever o marco legal da relação: Estado Brasileiro e organizações da sociedade civil, para fortalecer e melhorar as formas de atuação das redes de organizações de Ater.

6.2.3. Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater

1. Garantir dotação orçamentária específica para os serviços de Ater nas esferas federal, estadual e municipal;
2. Aumentar a captação das fontes de financiamento;
3. Debater modelo de financiamento para a Ater, com descentralização e controle social, fortalecendo os conselhos (a exemplo das políticas e sistemas de Educação e Saúde);
4. Desburocratizar os financiamentos de Ater e dos agentes financeiros, tornando pública e transparente as formas de financiamento para a agilidade do repasse, tendo em vista sua distribuição com equidade entre os municípios beneficiados
5. Ampliar o financiamento de projetos de redes de prestadoras de serviços de Ater;
6. Buscar apoio junto à frente parlamentar de Ater;
7. Fortalecer a capacidade de captação de recursos de Ater que prevejam articulação inter-institucional e entre políticas nacionais e locais;
8. Alocar recursos de Ates no Dater/SAF/MDA;
9. Definir formas de financiamento para estruturação e re-estruturação das instituições de Ater;
10. Criar mecanismos que garantam a Ater contínua aos produtores de maneira simplificada/desburocratizada;
11. Incentivar as prefeituras municipais a promover a contratação e qualificação de profissionais para o desenvolvimento das ações de Ater de forma integrada e em consonância com as diretrizes da Pnater;

12. Garantir em lei, nas três esferas de governo, um percentual adequado de recursos do orçamento público para o financiamento de políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo uma parte destes recursos destinada exclusivamente para os serviços de Ater.
13. Celebrar convênios entre as três esferas governamentais, de acordo com a demanda territorial;
14. Criar o fundo Estadual e Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde não existam;

6.2.4. Gestão Social (Conselhos)

1. Melhorar articulação entre conselhos federais, estaduais e municipais para divulgação e implementação da Pnater, ampliando e fortalecendo a participação dos CEDRS e dos CMDRS no tema Ater;
2. Apoiar a regulamentação em lei a existência dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável nos âmbitos estadual e municipal, que devem ser instituídos pelo Poder Público com base nos seguintes critérios: a) quanto à composição, garantir a paridade entre Poder Público e Sociedade Civil, assegurando 50% das vagas a cada um desses segmentos; b) a representação da sociedade civil deve contar com, no mínimo, 70% de representantes dos segmentos da agricultura familiar, sendo obrigatória, quando couber, a representação de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, mulheres rurais, assentados de reforma agrária, jovens do campo, extrativistas, camponeses, sindicatos rurais e cooperativas de agricultores familiares; c) a representação das Redes de Ater presentes naquele ente federativo devem compor os respectivos conselhos, seja no âmbito governamental ou não-governamental; d) a representação da sociedade civil é de livre escolha de suas entidades representativas, sendo vedado ao Poder Público nela interferir, bem como qualquer membro da administração pública, ou parentes de gestores públicos, ocuparem tais vagas nos Conselhos em qualquer instância federativa; e) os atos legais que criarem os conselhos devem assegurar recursos orçamentários para sua manutenção, em especial as condições necessárias para a presença da sociedade civil em suas reuniões;
3. Fortalecer os CMDRS, os Colegiados Territoriais e os Conselhos Estaduais, através das normativas estabelecidas pelo Condraf, para facilitar a gestão e o controle social da política de Ater;
4. Discutir o papel do CMDRS sobre seu caráter institucional (deliberativo, consultivo, informativo) sobre temas que surgem como de suas responsabilidades e a representatividade (funcionamento e legitimidade) dos conselhos;
5. Melhorar a interação dos conselhos com as instituições públicas e privadas, a fim de socializar o papel dos conselhos nos municípios;
6. Aprimorar fluxo de informações entre Conselhos;
7. Ampliar a participação das mulheres nos conselhos de políticas públicas, em seus diversos âmbitos;
8. Garantir a formação permanente para os conselheiros sobre o seu papel e as formas de gestão, visando o empoderamento dos agricultores familiares nos colegiados em geral;
9. Promover encontros periódicos entre os conselhos estaduais e municipais em pólos estratégicos, envolvendo outros conselhos;
10. Fortalecer os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, em todos os âmbitos, para cumprimento das seguintes atribuições: a) controle social dos recursos públicos para o desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e reforma agrária, no âmbito da sua competência; b) fiscalização e avaliação dos serviços de Ater e do funcionamento do Sibrater; c) formular e propor políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e reforma agrária, no âmbito de sua competência;
11. Aprimorar as parcerias entre órgãos públicos das esferas federal, estadual, municipal, agentes financeiros e ONGs;
12. Intensificar o relacionamento entre instituições estatais de Ater e sociedade civil;
13. Capacitação em gestão, informática e maior divulgação nos meios de comunicação dos

eventos dos conselhos municipais;
14. Maior articulação das equipes de Ater com as organizações sociais em cada município, tais como: fóruns, sindicatos, conselhos, associações e outras.

6.2.5. Atuação em Redes

1. Criar e consolidar novas redes temáticas que gerem conhecimento e desenvolvimento no campo, como redes de fruticultura, de segurança alimentar e nutricional, de suporte ao processo de evolução das cadeias produtivas, dentre outras;
2. Garantir, através de melhor contratualização com as entidades participantes, que os acúmulos gerados pelas redes temáticas, sejam socializados com o conjunto de atores que compõem o Sibrater, bem como viabilizar o apoio por parte do MDA para o intercâmbio entre as demais redes existentes;
3. Promover a inclusão digital rural em todo o país;
4. Esclarecer sobre a atuação e acesso às redes temáticas por meio de uma maior socialização das informações;
5. Divulgar e ampliar fóruns digitais de discussão de ATER (Rede Novater, REATA, Redes Temáticas de Ater);
6. Fortalecer o processo de formação de redes para dar sustentação ao desenvolvimento rural sustentado e fortalecimento da agricultura familiar;
7. Ampliar as redes de Ater pública, estatal e não estatal, tendo como canais os CMDRS, os CODETER, os CEDRs ou similares;
8. Atuar em conjunto com outras entidades governamentais nos municípios (ATER atuando em redes);
9. Divulgar as redes e suas ações;
10. Operacionalizar as redes;
11. Viabilizar redes territoriais de Ater;
12. Estabelecer um sistema de informação sobre os serviços de Ater, integrando os poderes municipal, estadual e federal;
13. Criar redes de ATER para atender de forma adequada e com qualidade o agricultor familiar;
14. Divulgar, fortalecer e ampliar as estruturas das redes temáticas e redes de entidades de Ater já existentes.

6.2.6. Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal, Territorial)

1. Divulgar as políticas públicas junto aos agricultores;
2. Consolidar a parceira entre os diversos atores, de forma coesa com a definição dos papéis de maneira clara e objetiva;
3. Respeitar as especificidades locais na implantação das políticas de ATER;
4. Fortalecer a implementação dos planos municipais, territoriais e estaduais de desenvolvimento da agricultura familiar, e que os mesmo sejam elaborados de maneira participativa;
5. Criar e implementar instrumentos que facilitem o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos direcionados para os Programas de ATER/ATES através do CEDRS ou similar;
6. Estimular a gestão compartilhada entre as Secretarias Municipais de Agricultura e as Instituições de ATER do estado, construindo ou discutindo os planos de ação/atividade com foco em cadeias, eixos, etc., definidos de acordo com o calendário agrícola e particularidades;
7. Revitalizar os fóruns estaduais de ATER;
8. Planos Estaduais de ATER levar em conta os planos territoriais e municipais de ATER, para construir a universalização da ATER aos agricultores familiares;
9. Levar em consideração os aspectos qualitativos das ações de ATER;
10. Manutenção do processo permanente de avaliação da PNATER com a realização de seminários periódicos regionais, estaduais e nacional.

6.2.7. Monitoramento e Avaliação

1. Revisão da PNATER, de forma a esclarecer a atual proposta e ampliar a participação e o controle social;
2. Avançar na execução das políticas de ATER, implementando uma política de ATER universalizada;
3. Complementar os mecanismos de monitoramento existentes através da qualificação da contratualização baseada em indicadores e da avaliação externa financiada pelo projeto;
4. Promover oficinas de avaliação de forma periódica;
5. Incluir, no sistema de monitoramento e avaliação do Sibrater, as entidades privadas e técnicos autônomos que atuam na oferta de assistência técnica aos beneficiários do Pronaf, para que haja controle social sobre sua ação;
6. Garantir, através da qualificada contratualização, baseada em indicadores claros de resultados de ATER, que o efetivo controle social ocorra pelos conselhos da referida área de abrangência do projeto;
7. Melhorar o acompanhamento das ações de ATER no município;
8. Finalizar e implantar a proposta nacional de monitoramento e avaliação para debater e deliberar nas instâncias colegiadas nacionais que considere critérios e indicadores que levem em conta: a) indicadores territoriais, ambientais, sociais, agrários e econômicos; b) participação dos beneficiários; c) utilização de registros objetivos (formulários padrão, fotografias, GPS e outros registros técnicos); d) publicização dos indicadores e dados com avaliações sistemáticas periódicas nos colegiados; e) possibilidade de as famílias de agricultores avaliarem seus técnicos de forma independente, sem constrangimentos;
9. Realização de uma reunião técnica ampla, com participação de agentes de ATER, beneficiários de ATER e especialistas da área, a fim de: a) conhecer e divulgar as diversas experiências de monitoramento de ATER já existentes; b) Formatar uma ou mais propostas de indicadores de ATER que atendam as diversidades regionais do Brasil;
10. Maior transparência e publicidade sobre os objetos dos convênios e contratos firmados;
11. Definir indicadores de mensuração das atividades de capacitação desenvolvidas.

6.2.8. Credenciamento

1. Viabilizar o processo de credenciamento das entidades prestadoras de serviços de ATER em cada Conselho Estadual, com base nas normas nacionais, considerando: a) publicizar os critérios de credenciamento aos agricultores; b) perfil da equipe técnica voltado para o trabalho com a agricultura familiar; c) garantir a participação dos movimentos sociais;
2. Dar conhecimento aos agricultores familiares sobre os critérios de credenciamento;
3. Permitir que as associações e cooperativas possam se credenciar para contratar seus próprios técnicos;
4. Rever normas com relação ao credenciamento, junto aos CEDRSS, considerando: tempo, equipe, infra-estrutura, entre outras;
5. Permitir que os representantes dos movimentos sociais e os extensionistas possam auxiliar na revisão dos critérios de credenciamento.

6.2.9. Relações e Qualidade de Vida no Trabalho

1. Construção de uma proposta nacional de Plano de Cargos e Carreira que contemple isonomia e piso salarial nacional para os trabalhadores da extensão pública, de acordo com as diversas categorias profissionais, e respeito aos pisos salariais nas demais entidades de serviços de ATER;
2. Estabelecer parâmetros para o enquadramento do trabalho de ATER na perspectiva de periculosidade e atividades insalubres;

3. Evitar e combater a precarização do trabalho dos trabalhadores da ATER, assegurando remuneração justa e todos os direitos trabalhistas, valorizando a função do extensionista no setor governamental e não governamental;
4. Fortalecer e valorizar o quadro funcional, para dar melhores condições de implementação das ações e atividades de ATER, estatal e não-estatal;
5. Melhorar as condições de trabalho e de salário para trabalhadores de ATER.

6.2.10. Formação e Capacitação de Agentes de Ater

1. Possibilitar a formação continuada dos técnicos de ATER e outros atores sociais comprometidos com os processos de DRS;
2. Promover processos de capacitação continuada dos associados e dos técnicos de ATER para o fortalecimento e aprimoramento das entidades associativas;
3. Apoiar a criação de mecanismo para a contratação de profissionais para a ATER, técnicos filhos de agricultores familiares, em especial nas áreas de assentamento;
4. Promover a capacitação de multiplicadores rurais como agentes comunitários de ATER;
5. Ampliar a oferta de capacitação, elaborando e operacionalizando Programas Estaduais de capacitação continuada aos agentes de ATER de acordo com a PNATER, a fim de garantir melhoria permanente de sua qualificação profissional na execução de suas ações e promoção do desenvolvimento rural sustentável, com foco em agroecologia, planejamento, gestão, avaliação e metodologia participativa e outras demandas locais, incluindo os agricultores como protagonistas do processo;
6. Utilizar a pedagogia da alternância como metodologia de formação de técnicos e agentes de ATER;
7. Firmar parcerias com instituições diversas para qualificação do corpo técnico, de acordo com as demandas das entidades;
8. Criar intercâmbios entre as diversas experiências de ATER existentes;
9. Discutir a formação (currículo) dos técnicos para atendimento das demandas da Agricultura Familiar e sua continuidade na comunidade depois de sua formação.
10. Criar programas de capacitação à distância e/ou presenciais aos técnicos e públicos beneficiários de ATER;
11. Formação de agente comunitário ambiental rural (agroflorestal) motivando a criação de políticas de remuneração;
12. Investir na capacitação sistemática dos técnicos de ATER com vistas a possibilitar apoio efetivo à transição agroecológica, ao fortalecimento organizacional, segurança alimentar e á dinamização econômica na agricultura familiar;
13. Investir em processos de formação dos agricultores familiares e suas formas organizativas em: Gestão social de políticas públicas; Gestão das Unidades Coletivas de produção e agregação de valor; Processos de gestão dos empreendimentos das unidades familiares e coletivas; Comercialização da produção agrícola e não agrícola;
14. Aperfeiçoar a formação /treinamento de extensionistas, agricultores familiares e suas organizações, em metodologias participativas e temas específicos, levando em consideração as responsabilidades de cada estado /região;
15. Construir processos de formação que proporcionem conhecimento das particularidades regionais aos profissionais de ATER. Considerar a realidade da família e trazer a capacitação para a realidade local;
16. Implementar Residências nas Universidades, sendo que uma delas nas Agrárias;
17. Aos dirigentes de entidades de Ater estatal será exigida comprovada experiência no setor, sendo no caso de ascensão ou escolha dos mesmos estabelecida a necessidade de processo seletivo;
18. Qualificar os técnicos para assessoria nas áreas de aqüicultura e pesca.

6.2.11. ATER/ATES – Unificação dos Programas, Gestão, Conceitos, Público, PPA

1. Reivindicar a ATER em todos os projetos de Reforma Agrária;
2. Unificar os Programas de ATER/ATES para melhor consecução das metas e benefícios ao homem do campo.

6.3. A abordagem da Ater Pública

Compatível com os princípios e diretrizes da PNATER, a metodologia para a ação da Ater pública deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. Deste modo, a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local.

No processo de desenvolvimento rural sustentável atualmente desejado, o papel das instituições, bem como dos agentes de Ater, do ensino e da pesquisa, deverá ser exercido mediante uma relação dialética e dialógica com os agricultores e demais públicos da extensão, que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade. Dessa forma, é necessário adotar-se um enfoque metodológico que gere relações de co-responsabilidade entre os participantes, suas organizações e as instituições apoiadoras ou prestadoras de serviços, tanto na fase de planejamento com o na execução, monitoramento e avaliação das ações. Logo, a obtenção de resultados esperados estará subordinado ao efetivo comprometimento dos assessores técnicos com as dinâmicas sociais locais, e dos diversos públicos da extensão e suas organizações, com abordagem holística e um enfoque sistêmico, articulando o local, a comunidade e/ou território às estratégias que levem os enfoques de desenvolvimento rural sustentável e, também, à transição a estilos sustentáveis de produção.

A partir destas premissas, deverão ser privilegiadas atividades de pesquisa-ação participativas, investigação-ação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos beneficiários e o papel de agricultores-experimentadores, bem como novas estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais públicos da extensão como agentes do desenvolvimento rural sustentável.

6.3.1 Metodologias de Ater

1. Dar maior ênfase ao uso das metodologias participativas, inclusive nos planejamentos, onde haja uma interação entre os saberes populares e as informações científicas;
2. Garantir a participação dos agricultores familiares nos espaços de planejamento, propiciando o empoderamento dos agricultores e o desenvolvimento de lideranças e garantindo a participação efetiva das organizações e movimentos sociais;
3. Implementar uma concepção de Assistência Técnica voltada para a verdadeira vocação do agricultor, para que este tenha conhecimento da tecnologia, mas também desenvolvimento cultural, educacional, político e ambiental;
4. Construir unidades demonstrativas com efeito multiplicador;
5. Considerar a unidade familiar como unidade de planejamento;

6. Valorizar e reconhecer os espaços no entorno das casas como locais de produção de alimentos saudáveis e plantas medicinais; compreender a unidade produtiva como um sistema;
7. Contratar técnicos para atuação em ATER (relação 1/60);
8. Investir na qualificação dos agricultores familiares e agentes de ATER em desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção do conhecimento agroecológico;
9. Valorizar o conhecimento tradicional dos agricultores;
10. Realizar encontros periódicos a nível local com o público atendido, para avaliação e replanejamento das atividades de Ater;
11. Investir na mecanização agrícola, com tecnologias adequadas à agroecologia;
12. Fazer planejamento participativo, valorizando as tradições das classes sociais e promover a integração dos órgãos envolvidos;
13. Contemplar atenção especializada de ATER para públicos especiais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses, quebradeiras de coco, caiçaras, extrativistas, camponeses, vazanteiros, artesãos, geraizeiros, pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais);
14. Assegurar a existência, nos Conselhos Estaduais, de mecanismos de monitoramento das entidades/empresas, de forma a garantir o cumprimento da abordagem (limite de famílias e exclusivade).

6.3.2 Agroecologia

1. Capacitar técnicos e agricultores, em relação à diversidade de técnicas agroecológicas existentes: sua importância e saídas para os municípios com problemas ambientais cruciais;
2. Priorizar a elaboração de plano de ação dos serviços de ATER com ênfase nos princípios agroecológicos;
3. Estimular e criar espaços para a socialização de experiências agroecológicas – municípios, territórios, estados e regiões;
4. Implementar uma política educacional (em todos os níveis) que valorize os princípios da Agroecologia, incluindo nos currículos escolares;
5. Aplicar os conceitos de agroecologia nas práticas dos técnicos, técnicas e dirigentes das instituições de Ater (institucionalmente);
6. Trabalhar a agroecologia visando à segurança e soberania alimentar;
7. Desenvolver estratégias para evitar a reprodução de modelos de desenvolvimento insustentáveis;
8. Fortalecer as políticas existentes na área de agroecologia;
9. Sensibilizar para o processo de transição agroecológico;
10. Avançar na socialização do conceito de agroecologia entre os agentes de Ater (Agricultores /as) Familiares, suas organizações, técnicos/extensionistas e dirigentes das instituições de Ater; buscando que as organizações de Ater tenham em suas missões estratégicas institucionais, dirigentes, técnicos,técnicas e compromissos com processos de transição para o modelo agroecológico de produção;
11. Promover maior apoio do poder público local frente às ações de Agroecologia;
12. Apoiar a criação de gerências de agroecologia nos órgãos de ATER;
13. Difundir, em toda zona rural dos municípios, a implementação de técnicas agroecológicas,
14. Respeitar a diversidade de ideais e perspectivas no processo de transição agroecológica;
15. Incentivar e fortalecer as feiras agroecológicas com base na economia solidária;
16. Divulgar e estimular a construção participativa de certificação agroecológica;
17. Estimular e criar as condições para a produção e conservação de sementes crioulas;
18. Ampliação das experiências com agricultura urbana inserindo práticas agroecológicas;
19. Incentivar a produção de energias renováveis e alternativas, aproveitando os recursos naturais disponíveis;
20. Estimular a elaboração de projetos comunitários com os agricultores e agricultoras familiares com foco em agroecologia;
21. Disponibilizar equipamento técnico necessário para dar suporte à produção;

22. Vincular o Crédito Rural à prestação continuada dos serviços de ATER;
23. Impedir a instituição de programas verticalizados baseados na produção convencional (monocultura, uso de pesticidas e adubos químicos) e que permeiam a insegurança alimentar e nutricional, a degradação social e ambiental.

6.3.3. Ação extensionista

1. Intercâmbio entre os diversos agentes de extensão rural;
2. Aperfeiçoar a formação política e profissional dos extensionistas;
3. Resgatar a pedagogia da prática (aprender a fazer, fazendo);
4. Capacidade do extensionista em Trabalhar com uma metodologia dialética capaz de romper com os métodos difusionistas;
5. Estimular a reflexão crítica e construtiva sobre o perfil da formação dos técnicos de ATER;
6. Levar informações da pesquisa campo/laboratório/campo – agricultor/pesquisador, que busque a integração dos conhecimentos e saberes, e que construa modelos experimentais que validem as propostas apresentadas e discutidas entre o conhecimento teórico/local e técnico/pesquisa;
7. Definir número de famílias que cada profissional de Ater para realmente atender, respeitando as especificidades;
8. Respeitar os conhecimentos locais;
9. Desenvolver atividades ou práticas que possibilitem a produção alternativa de alimentos com sustentabilidade ambiental, com foco na agroecologia.

6.3.4. Novos paradigmas/modelos teóricos

1. Retomar nos serviços de ATER, a valorização do humanismo, da cooperação e solidariedade, bem como a cultura histórica;
2. Capacitar os agentes técnicos sobre conhecimento da comunidade;
3. Capacitar técnicos, extensionistas rurais para atuar junto às comunidades Quilombolas, oportunizando a formação de técnicos da própria comunidade;
4. Discutir os novos conceitos de ATER a serem trabalhados com os agricultores através de uma nova abordagem, onde o respeito dos técnicos frente aos anseios e conhecimentos dos agricultores passa a ser o fator primordial de aceitabilidade deste técnico pela comunidade. Isso só será possível através da abordagem pedagógica e psicológica a ser trabalhada pela nova equipe;
5. Aprofundar os modelos teóricos baseados no tripé da sustentabilidade: economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto;
6. Consolidar o modelo de atuação da ATER de acordo com a perspectiva agroecológica;
7. Buscar alternativas tecnológicas para plantar e criar sem desmatar;
8. Universalizar a produção orgânica;
9. Garantir o orçamento próprio para execução das ações de ATER independentemente da celebração de convênios e contratos;
10. Universalizar o uso de sementes tradicionais
11. Incentivar a remuneração e compensação ambiental para a agricultura familiar, garantindo as especificidades das populações tradicionais (Indígenas, Quilombolas, Pescadores...);
12. Garantir que os técnicos de ATER contratados com recursos do Pronaf A, dêem atenção exclusiva ao grupo de assentados pelo qual foram contratados, atendendo um número máximo de 100 famílias por técnico;

13. Criar as condições para o empoderamento dos agricultores familiares (quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais) para que sejam atores do processo;
14. Disseminar a metodologia adotada pelo PROAMBIENTE.

6.3.5. Atuação em Redes

1. Constituir uma rede nacional de discussão de metodologia de ATER. Criação de grupos de trabalho e fóruns de discussão e planejamento de políticas e ações de ATER, passando pela articulação interinstitucional;
2. As Redes Temáticas de Ater devem integrar as 3 esferas de governo, organização da sociedade civil e demais agentes de Ater as redes temáticas de Ater;
3. Estar abertos para alianças em planos de trabalho conjuntos e duradouros pactuando as atribuições de cada ator;
4. Aprimorar as formas de controle social, a partir de um projeto de reestruturação dos CMDRS e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável que garanta as discussões relativas à gestão das políticas nos municípios e fortaleça as parcerias no âmbito territorial;
5. Viabilizar a gestão compartilhada entre as Secretarias Municipais de Agricultura e os técnicos de ATER do Estado, construindo ou discutindo os planos de ação/atividade com foco em cadeias, eixos, etc., definidos de acordo com o calendário agrícola e particularidades;
6. Fortalecer as associações dos agricultores e as cooperativas para melhorar a qualidade da produção e incentivar o aperfeiçoamento das cadeias produtivas;
7. Criação de fóruns regionais com entidades ligadas às questões de crédito, comercialização e produção;
8. Capacitação em rede de técnicos e agricultores /as familiares, utilizando ferramentas digitais;
9. Criação de redes de informação de mercado;
10. Estabelecer articulação com os Programas de Combate à Pobreza Rural estatal e não estatal dos investimentos do programa, principalmente nos investimentos produtivos;
11. Socializar a PNATER junto às instituições e parceiros.

6.3.6. Relação ensino/pesquisa/extensão/organizações de agricultura

1. Aprimorar a comunicação entre os agentes de Ater e os beneficiários da Pnater, a fim de permitir a integração de conhecimentos e favorecer a construção de novos saberes;
2. Utilizar os meios de comunicação disponíveis no município (rádio, TV, Internet, entre outros) para divulgação das ações de Ater já existente e de assuntos de interesse dos Agricultores Familiares;
3. Integrar a Ater, pesquisa e ensino;
4. Construir maior junção entre Ensino-Pesquisa e Extensão;
5. Garantir pesquisa das entidades públicas voltadas à agricultura familiar e não só para os grandes produtores;
6. Que as Universidades e demais Instituições de Ensino Superior desenvolvam ações de pesquisa e extensão tomando como referência o documento do marco institucional para pesquisa em agroecologia da Embrapa além do ensino, visando a solução de problemas da realidade da agricultura familiar agroecológica ;
7. Realizar pesquisa-ação;
8. Realizar pesquisa participativa nas comunidades;
9. Melhorar a relação de pesquisadores e extensionistas, além dos outros atores envolvidos;
10. Aproximar as instituições de ensino e pesquisa do homem do campo. Os extensionistas serão o elo entre os agricultores e as instituições de pesquisa, levando para essas as demandas necessárias a um desenvolvimento sustentado que não cause desequilíbrio social nem ambiental;
11. Estimular o resgate e a geração de tecnologias adaptadas, apropriadas, com base nos princípios da

transição à agricultura de base agroecológica, de forma participativa com os agricultores familiares e atores da extensão rural;
12. Melhorar o processo de integração entre o conhecimento empírico e científico, aproximando extensão, ensino, pesquisa e agricultores familiares;
13. Garantir divulgação e socialização das pesquisas levando–se em consideração a linguagem, formas e veículos de forma que garantam a apropriação dos conhecimentos por parte do campesinato;
14. Inserir a disciplina de extensão rural nas grades curriculares dos cursos das ciências agrárias, sociais, humanas, saúde e exatas das Universidades Públicas e Privadas, Nos cursos profissionalizantes do 2º grau e ensino médio;
15. Promover maior integração entre os trabalhos desenvolvidos pelas instituições públicas de pesquisa e as necessidades da Agricultura Familiar;
16. Ampliar recursos para pesquisa agropecuária voltada para a agricultura familiar, de modo a garantir a reativação e fortalecimento das instituições estaduais de pesquisa.

6.3.7. ATER/ATES

1. Unificar a questão conceitual, para que não haja sobreposição de ações, isso poderá ocorrer através da abordagem territorial, que possibilitará que as entidades passam a discutir e construir estratégias de ações, que passam pela lógica do estado, território e município;
2. Unificar os planos e as diretrizes referentes aos projetos de ATER e ATES, respeitando a especificidade de cada comunidade, sendo gerido por um poder deliberativo;
3. Unificar a questão conceitual, para que não haja sobreposição de ações, isso poderá ocorrer através da abordagem territorial, que possibilitará que as entidades passem a discutir e construir estratégias de ações, que passam pela lógica do estado, território e município;
4. Desburocratizar e repassar recursos suficientes para execução das atividades de ATER/ATES, conforme programação estabelecida.

6.3.8. Pedagogia da alternância

1. Promover capacitação dos instrutores/professores das EFAS/casas familiares em pedagogia da alternância;
2. Viabilizar o funcionamento do CEFFAS/ casas familiares rurais para atender as demandas específicas de cada região, com recursos humanos e materiais que permitam a utilização da pedagogia de alternância e elevem a qualidade do ensino;
3. Estimular a adoção da pedagogia da alternância nas escolas que serão criadas no campo;
4. Garantir os princípios dos CEFFAS em vista da formação integral dos estudantes;
5. Divulgar e buscar a implementação da pedagogia da alternância junto as instituições de ensino;
6. Articular a formação inicial e continuada dos parceiros, a nível nacional, em vista da unidade dos princípios dos CEFFAS: filosóficos - educação apropriada e própria do campo; políticos – gerência dos beneficiários (Agricultores); Pedagógico – Pedagogia da alternância (a primazia da vida sobre a escola); Metodológico – o plano de estudo (prender a aprender).

6.4. Ater na Geração e Apropriação de Renda

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a Ater pública deve estabelecer um novo compromisso com os seus beneficiários e com os resultados econômicos e socioabientais relacionados e

derivados de sua ação, não podendo omitir-se diante de eventuais externalidades negativas geradas por sua intervenção e pelas recomendações técnicas, como ocorreu no período da Revolução Verde. Isso exige uma nova postura institucional e um novo profissionalismo, que esteja centrado em práxis que respeite os diferentes sistemas culturais, contribua para melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, a conservação e recuperação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, assegure a produção de alimentos limpos e acessíveis à população.

A nova Ater deve assegurar que suas ações contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas, agregando valor e apropriando renda às famílias produtoras, apoiando na identificação de mercados diferenciados e garantindo a inserção da produção familiar nos mercados estabelecidos.

6.4.1 Ater Gerencial/Mercado

1. Criar mecanismos que possibilitem os agricultores familiares se apropriarem da renda que eles geram, ao invés de passar para atravessadores;
2. Fortalecer a ATER para trabalhar a agregação de valor, a intervenção no mercado definindo uma nova logística de comercialização, elementos para a formação de preços, oferta de produtos diferenciados e a organização e ampliação da escala de produção;
3. Agir conjuntamente governo – produtor para ajuste de preços mínimos;
4. Fortalecer os mecanismos estaduais para acompanhamento e estudos estatísticos de preços de produtos da Agricultura Familiar e disponibilizar ao público;
5. Fortalecer o monitoramento de produtos no mercado, para melhorar a comercialização dos produtos agropecuários na esfera local e ou regional;
6. Ater e agricultores familiares conhecerem melhor o mercado;
7. Incentivar a adoção de práticas cooperativas em todas as etapas da cadeia produtiva, estimulando a criação de cooperativas de crédito, comercialização, produção e consumo;
8. Promover o fortalecimento da agroindústria familiar;
9. Incentivar, em nível municipal/regional/territorial, a instalação de centrais de abastecimentos e comercialização dos produtos da agricultura familiar, com ênfase aos de base agroecológica e extrativista;
10. Criar programa de planejamento e gerenciamento da produção familiar;
11. Construir estratégias para fortalecer o mercado interno e diminuir a vulnerabilidade da produção nacional à influencia dos mercados externos;
12. Fortalecer a venda antecipada da produção;
13. Fortalecer e organizar o mercado não-agrícola que venha contribuir para a melhoria da renda da agricultura familiar;
14. Ampliar a divulgação dos programas governamentais para o fortalecimento da agricultura familiar tais como PAA, Garantia Safra, Terrasol, dentre outros;
15. Contribuir no debate para o desenvolvimento de mecanismos para a aquisição de produtos da Agricultura Familiar pelas prefeituras municipais;
16. Contribuir para a formulação e implementação de política fiscal diferenciada e apropriada para a Agricultura Familiar;
17. Contribuir para a ampliação e fortalecimento do mercado institucional e privado para os produtos da agricultura familiar;
18. Realização e melhoria na organização de feiras da agricultura familiar locais, regionais e estaduais;
19. Fazer as articulações necessárias para a retomada e garantia do espaço físico da agricultura familiar nos CEASA;

20. Identificar e incentivar a certificação dos produtos de origem da Agricultura Familiar;
21. Discutir a Organização Mundial de Comércio – OMC dentro do sistema de ATER.

6.4.2. Diversificação da Produção

1. Desenvolver ações que promovam a pluriatividade;
2. Estimular a produção e o uso de insumos de base agroecológica, a partir de matéria prima local, no âmbito da comunidade, da microrregião e do território (ração, adubo orgânico, mistura mineral, etc.);
3. Implementar políticas públicas de incentivo à diversificação da produção para a agricultura familiar;
4. Promover a diversificação da produção familiar (novas espécies de fruteiras, pequenos animais, piscicultura tanque escavado, tanque-rede, tanque-gaiola, canal de igarapé, entre outros);
5. Crédito rural para a criação e comercialização de animais silvestres, devidamente aprovados pela legislação;
6. Incentivar a floricultura e plantas medicinais;
7. Buscar na pesquisa a validação de sistemas de produção, experiências exitosas em piscicultura e outras experiências, de acordo com as características regionais;
8. Realizar estudos e diagnósticos dos APL nos municípios de acordo com as potencialidades e sua vocação econômica;
9. Viabilizar mecanismos que possibilitem à rede pública de ensino adquirir a produção da agricultura familiar para a merenda escolar, visando o fortalecimento da economia local.

6.4.3. Atividades Não Agrícolas

1. Incentivo ao comércio rural, de preferência os que tenham ligação com o turismo rural ou que demonstrem o valor cultural de cada localidade;
2. Incentivo à criação de novas cooperativas que apóiem interesses comuns das famílias rurais produtoras;
3. Desenvolver programas de aperfeiçoamento da produção de artesanato e em mercado;
4. Incentivar a criação de mecanismos que assegurem a comercialização de produtos não agrícolas;
5. Diagnosticar, fortalecer e valorizar as habilidades não-agrícolas para geração de emprego e renda (corte e costura, artesanato em palha, argila, pedra e outras matérias-primas de origem das comunidades, bem como ainda: crochê, renda, tricô, entre outras).

6.4.4. Cadeias Produtivas

1. Buscar o conhecimento e a integração da cadeia produtiva dos principais produtos, capacitando os agricultores familiares;
2. Mobilizar todos os atores que participam das cadeias produtivas locais, tentando estabelecer o papel de cada um, tornando o processo justo sem que um se sobreponha a outro ou que leve vantagens indevidas;
3. Realizar estudo das principais cadeias produtivas da agricultura familiar, observando o foco territorial e regional, organizando e estruturando os elos das cadeias produtivas;
4. Promover a verticalização da produção agropecuária familiar;
5. Viabilizar a implantação de centros de beneficiamento e processamento de produtos da agricultura familiar, objetivando o melhor aproveitamento, agregação e apropriação de valor;
6. Intensificar as ações de ATER com ênfase nas cadeias como um todo, abordando as possibilidades de agregação de valor.

6.4.5. Qualidade de Vida

1. Envolver a comunidade para o conhecimento da qualidade de vida através da conscientização dos seus direitos e deveres;
2. Fortalecer as equipes e o controle social sobre o Programa de Saúde da Família (PSF) e melhorar a infra-estrutura no campo, saneamento, moradia, eletrificação e instalação de redes de distribuição de água de qualidade;
3. Complementar a eletrificação rural com energias alternativas;
4. Contribuir para a qualidade da educação em todos os níveis, saúde e moradia, com obtenção de renda familiar sustentável;
5. Contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos agentes de saúde;
6. Contribuir para a reeducação alimentar no campo com ênfase na alimentação alternativa;
7. Estimular a produção de alimentos de subsistência (horta, pomares, criação de pequenos animais, etc.), com comercialização do excedente;
8. Incentivar ações nas áreas de lazer, esporte e cultura no meio rural;
9. Incentivar a cultura e as tradições locais;
10. Estimular o aperfeiçoamento de linhas de crédito para moradia no meio rural.

6.4.6. Associativismos e Cooperativismo

1. Estimular as parcerias com os movimentos sociais, cooperativas, associações e sindicatos;
2. Estimular o processo de organização da agricultura familiar, com ênfase no cooperativismo e no associativismo ampliando as possibilidades de geração de renda e contemplando para isso o incentivo à agregação de valor e a participação nos mercados locais, territoriais, regionais e estaduais;
3. Ampliar o sistema cooperativo;
4. Criar núcleo e sistemas de cooperativismo e associativismo;
5. Fortalecer o cooperativismo de crédito para a agricultura familiar e o associativismo, com o apoio das esferas governamentais;
6. Apoiar o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo (por meio de repasse de recursos), viabilizando técnica e financeiramente a realização de cursos de formação em auto-gestão e a assistência técnica continuada, fortalecendo os empreendimentos econômicos solidários em suas diferentes dimensões;
7. Democratizar e fortalecer a participação dos associados e cooperados através de um trabalho de conscientização destes como membros que possam cooperar entre si, entre grupos e redes de economia solidária;
8. Assessorar o cooperativismo e associativismo de qualidade.

6.4.7. Economia Solidária e Comércio Justo

1. Incentivar o gerenciamento dos projetos de forma participativa, onde as decisões tomadas sejam coletivas e as mais democráticas possíveis, partindo da população, evitando que haja exploração de qualquer ente dos grupos, assim o mercado será adaptável a essas decisões dando mais justiça e transparência ao processo;
2. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, articular com os fóruns municipais, regionais e estaduais da economia solidária visando a organização, nas cidades, de campanhas para a adoção de práticas de consumo consciente e para a estruturação de cooperativas de comércio justo. Este compreendido como produtos oriundos da agricultura familiar ecológica e da economia solidária;
3. Estimular as redes de ATER para prepararem equipes especializadas em economia solidária e comércio justo;
4. Contribuir para a garantia de preços mínimos, agregação de valor aos produtos, venda direta dos produtos pelos agricultores e agricultoras familiares, sem atravessadores;

5. Auxiliar na organização de espaço para os agricultores familiares comercializarem seus produtos;
6. Desenvolver planos de negócios para produtos da Agricultura Familiar;
7. Estimular a participação dos técnicos e representação dos agricultores nas instâncias organizadas da economia solidária nos municípios, regiões e estado como os fóruns municipais, regionais e estaduais e estimular a criação destes fóruns nos municípios onde não existam;
8. Conhecer os mecanismos da moeda de troca na economia solidária (moeda social) para divulgação entre as comunidades rurais;
9. Subsidiar outras culturas e insumos para alcançar preço justo;
10. Assessorar e apoiar a organização de cooperativas de consumidores no intuito de mantê-las como entidade de certificação sócio-participativa;
11. Planejar a produção sustentável intercalada para comercializar junto às cooperativas de consumidores;
12. Contribuir para a ampliação dos incentivos governamentais à produção orgânica e aos SAFs;
13. A ATER, deve estimular ao agricultor para que ele tenha um plano de desenvolvimento sustentável da propriedade familiar;
14. Buscar a sustentabilidade com a diminuição do uso de agrotóxico;
15. Ampliação de espaços para comercialização de produtos agroecológicos;
16. Assessorar a criação de programas de propaganda e marketing dos produtos agroecológicos, apoiando as instituições ligadas ao setor;
17. Promover a articulação entre iniciativa privada/ cooperativismo/ organização da sociedade civil;
18. Fortalecer e ampliar mecanismos e estratégias de comercialização na dimensão da economia solidária;
19. Adequar a legislação sanitária e tributária à realidade da Agricultura Familiar. Ex: "SUASA"– Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; Proposição para políticas públicas.

6.4.8. Sistemas Produtivos de Base Ecológica

1. Incentivar o consumo de produtos agroecológicos e regionais;
2. Estimular o consórcio de culturas e a sucessão de culturas na mesma safra, visando a redução de custos;
3. Estimular a implantação de sistemas agroflorestais;
4. Incentivar a adoção de culturas de alto valor nutricional que supra os moradores do campo com alimentos saudáveis, produzidos agroecologicamente, reduzindo a dependência externa;
5. Incentivar a adoção de sistemas agroecológicos de produção e certificação participativa;
6. Garantir maior aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na propriedade;
7. Estimular a adoção de inovações tecnológicas adaptadas à agricultura familiar.
8. Implementar e articular um processo de educação ambiental à nível formal e informal.

6.5 Ater na qualificação das Políticas Públicas

A orientação da extensão rural será atuar tendo em conta alguns aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável, como por exemplo as noções de variabilidade espacial dos agroecossistemas; de co-evolução da sociedade com seu meio ambiente; de reconhecimento dos diferentes sistemas culturais; da importância da biodiversidade; assim como a necessidade de valorizar o "local", e as iniciativas que possam ajudar na geração de ocupações e distribuição da riqueza. Dados tais condicionantes, a ação extensionista em apoio à construção de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável implica na necessidade de integrar nos processos, em níveis de igualdade, as dimensões econômica, social, ambiental, cultural, política e ética da sustentabilidade, sem aceitar as possibilidades de "trade-offs"sugeridas pela Economia do Meio Ambiente.

6.5.1. Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito

1. Qualificar o crédito como um meio que possibilita a reprodução social das famílias;
2. Crédito subsidiado específico para a reconversão e consolidação de novos sistemas de produção, ex.: agroecologia;
3. Crédito para apoiar o arranjo produtivo e a propriedade como uma empresa;
4. Liberação do crédito rural (para a propriedade) mediante a apresentação de projetos que contemplem um planejamento sistêmico das unidades de produção
5. Fortalecer o sistema governamental e não governamental de ATER, aumentando o número de técnicos (concurso público) e investimento na preparação e atuação dos técnicos/extensionistas em equipes que contemplem os interesses da família no seu todo, incluindo as questões sociais;
6. Descentralizar a ATER com uma adequada normatização em nível federal, com responsabilidade ao nível municipal, criando agentes para subsidiar o planejamento e ação do técnico (a exemplo do PSF);
7. A ATER precisa melhorar planejamento de campo para atender melhor agricultor;
8. Trabalhar de forma integrada e complementar (agricultores e técnicos);
9. Garantir a elaboração de projetos e a liberação dos recursos com efetivo acompanhamento da ATER, o que exige o desenvolvimento de uma metodologia que qualifique esse acompanhamento;
10. Ampliar a dinâmica da ATER para trabalhar com todas as políticas para a agricultura familiar;
11. Incentivar o acesso à linha de crédito do Pronaf Agroecologia e Floresta ;
12. Instalar agência do Banco do Nordeste do Brasil na área de sua atuação.
13. Melhorar o acompanhamento e unificação dos projetos, baseado nas potencialidades da propriedade/região, e ampliar a adesão às linhas de crédito, esclarecendo os agricultores sobre as normativas de acesso.
14. Promover ações integradas em infra-estrutura, capacitação e crédito ao agricultor;
15. Agilizar o processo de documentação para acesso ao crédito rural;
16. Sensibilizar as associações e grupos de produtores para o uso adequado do crédito e os compromissos junto ao agente financeiro;
17. Envolver o CMDRS em todo o processo de contratação de crédito;
18. Estabelecer com os agentes financeiros, formas de agilizar a liberação dos créditos e de melhorar o atendimento pessoal aos agricultores;
19. Trabalhar a conscientização das necessidades de acesso ao crédito, capacitando os agricultores com a finalidade de ampliar a capacidade de pagamento e com isso aumentar a renda do AF;
20. Montar programas de capacitação dos agricultores e técnicos para o uso adequado do credito, a fim de aumentar a eficiência na produção e diminuir a inadimplência;
21. Preparo prévio dos agricultores a serem beneficiadas com o crédito;
22. A comunidade ou produtor auxiliar na definição das atividades e na aplicação dos recursos voltados para o mercado;
23. Divulgar as linhas de crédito e suas exigências, juntamente com os STR e as Associações e Cooperativas;
24. Incentivar a criação de novos projetos pelas comunidades quilombolas, mulheres, e indígenas.
25. Maior eqüidade quanto ao crédito destinado à mulher;
26. Respeitar a existência do Calendário Agrícola regionalizado como base para concessão de crédito;
27. Divulgar junto aos técnicos as linhas de crédito existentes direcionados ao reflorestamento e culturas permanentes;
28. Moralizar a emissão de DAP pela EMATER e sindicatos rurais, punindo as instituições autorizadas que emitem indevidamente DAP.
29. Facilitar aos jovens o acesso às políticas de crédito e o PRONAF jovem;

30. Divulgar, desburocratizar, priorizar e facilitar o acesso a linhas de crédito específicas para projetos de conservação da biodiversidade, recuperação ambiental e demais políticas públicas;
31. Fazer um debate sobre o sistema de financiamento para produção, a nível estadual, municipal e federal.

6.5.2. PAA

1. Vincular ATER aos programas de PAA, como forma de garantir qualidade de produção;
2. Consolidar o programa através de ações de ATER;
3. Aprimorar a interação entre CONAB e ATER;
4. Constituir equipes regionais que estimulem as entidades e acompanhem para a organização e elaboração do PAA;
5. Operacionalizar o PAA com ajuda das instituições parceiras
6. Capacitar técnicos e agricultores sobre o PAA e fomentar projetos
7. Melhorar o nível de divulgação e informação e investir no apoio às atividades organizativas da agricultura familiar, fortalecendo a assessoria técnica e o treinamento, sobretudo em nível administrativo/gerencial dos produtores e suas instituições;
8. Envolver a comunidade na seleção dos beneficiários do programa bem como na auto gestão e gerenciamento;
9. Preparo prévio dos agricultores a serem beneficiados;
10.Promover estudo para solucionar o entrave da documentação indígena;
11. Elaborar planos de produção adequados às épocas de cultivo e mercado;
12. Garantir a qualidade dos produtos comercializados.

6.5.3. Garantia Safra

1. Ampliar a divulgação do Programa Garantia Safra frente ao produtor e ao município, observando rigorosamente os critérios;
2. Incluir as famílias assentadas da reforma agrária como beneficiárias do programa;
3. Planejar o cadastramento nas comunidades, contratando técnicos para agilizar a elaboração de laudos, com reforço da atuação dos conselhos e das associações;
4. Antecipar o início do cadastramento;
5. Ampliar os parceiros no cadastramento no programa, reconhecendo a sua importância;
6. Estimular a comunidade a auxiliar na identificação dos produtos incentivados pela garantia SAFRA.

6.5.4 Seguro da agricultura familiar

É uma medida para dar maior segurança ao agricultor familiar, minimizar os riscos das variações climáticas como seca, granizo, tromba d'água, vendaval, chuva na fase de colheita e os gerados por doença fúngica ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia.
1. Ampliar a divulgação para os programas de seguro da agricultura familiar, através de seminários, oficinas, cursos, entre outros, inclusive através da grande mídia;
2. Promover discussão com o agente financeiro para facilitar processos de operacionalização.
3. Investir em assistência técnica/assessoramento ao programa e em atividades de apoio às instituições da agricultura familiar;
4. Vincular a assistência técnica ao custeio agrícola, visando qualificá-lo.

6.5.5 Gestão social

1. Capacitar permanentemente os conselheiros estaduais e municipais para que tomem conhecimento das suas prerrogativas, seu papel e suas responsabilidades, inclusive para que a representatividade seja institucional e não pessoal;
2. Capacitar os agricultores para a gestão das políticas públicas em suas próprias comunidades;
3. Contribuir para a qualificação dos CMDRS através de um processo de capacitação permanente em gestão social, planejamento e gerenciamento, a fim de melhorar sua atuação nos municípios e/ou território;
4. Maior participação das comunidades nos conselhos gestores;
5. Realizar campanhas de conscientização da importância do modelo participativo;
6. Realizar seminários a respeito das políticas públicas;
7. Vincular a execução de políticas públicas, programas e projetos à Gestão Social; Promover maior integração e envolvimento dos gestores públicos com as atividades da sociedade civil;
8. Envolver, nos diversos processos de gestão, o conjunto da família, sem esquecer as questões de gênero e geração, Colaborar na reestruturação das associações através da qualificação gerencial e técnica;
9. Elaborar propostas e projetos com base em discussões coletivas com os técnicos e agricultores familiares (conforme na legislação) de acordo com as habilidades e os conhecimentos compartilhados;
10. Melhorar a qualificação e sensibilização para o comprometimento dos profissionais com os movimentos sociais;
11. Atuar de forma sistêmica e continuada nas organizações rurais (ATER);
12. Potencializar maior envolvimento dos extensionistas no processo de articulação;
13. Promover maior divulgação das políticas públicas pelos extensionistas;
14. Capacitar técnicos para atender identificar e trabalhar as deficiências na gestão social nas comunidades;
15. A ATER deve propor aos Conselhos e Municipais a criação de políticas públicas ou programas, trabalhando sua inclusão no PPA/LDO/LOA, de forma a atender as demandas da população ou de determinada categoria.

6.5.6 Educação do campo – ensino fundamental, médio e superior

1. Implantar educação adequada à realidade do campo, nas unidades escolares nas áreas rurais e suburbanas;
2. Fortalecer iniciativas voltadas para a continuidade da educação construída a partir da realidade do agricultor familiar (ribeirinhos, pescadores, quilombolas, etc.);
3. Facilitar o acesso à política pública da Educação do Campo;
4. Fortalecer as ações dos movimentos sociais para o reconhecimento pelo MEC da Pedagogia da Alternância; participação das discussões de implementação cursos de capacitação acadêmicos de universidade estaduais sobre metodologia participativa, levando em consideração a interdisciplinaridade, interculturalidade e gênero;
5. Promover a interação entre as universidades estaduais, o "MDA"e os órgãos de fomento federal para a realização de projetos e programas de extensão rural;
6. Apresentar projetos de extensão rural dentro das Universidades estaduais, com bolsas de extensão custeada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.
7. Indicar a necessidade de que a SAF construa uma política ampla para a Juventude Rural passando pela sucessão e a possibilidade de remunerar a ação de multiplicador dos jovens oriundos das Casas Familiares Rurais, priorizando a pedagogia da alternância;
8. Contribuir com as EFA para discussão e implantação da educação do campo
9. Melhorar a relação das EFA e os escritórios das entidades de ATER;
10. Discutir uma política de incentivo (bolsas de estudo) para os jovens desenvolverem projetos e realizarem o trabalho de agentes de ATER na sua comunidade de origem; contribuir para a revisão da proposta curricular

das escolas técnicas voltadas para a ATER;
11. Sugerir a criação de um programa interministerial para viabilizar o acesso dos filhos de agricultores nas escolas técnicas e universidades públicas;
12. Fomentar a implantação de escolas agrícolas no meio rural com ênfase agroecológica voltadas para as necessidades das famílias camponesas;
13. Estabelecer convênios com os colégios agrícolas para que os alunos carentes tenham ajuda de custo (bolsa de estudos);
14. Apoiar programas educacionais de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar em seu tempo, com ênfase nas questões ambientais e políticas públicas, viabilizando parcerias com órgãos afins;
15. Sugerir a integração do técnico de ATER nas escolas rurais;
16. Promover capacitação específica para o público infanto-juvenil. Elaboração de publicações técnicas orientadas para a agricultura familiar;
17. Retomar nas comunidades o diálogo sobre o fortalecimento das Escolas no meio rural;
18. Contribuir para a promoção da continuidade da educação para os agricultores alfabetizados;
19. Propor projetos que incorporem os avanços na tecnologia, como a Internet, nos processos educativos;
20. Merenda escolar com qualidade e quantidade (capacitação das merendeiras) – Contribuir com a organização dos agricultores familiares para acessar os 30% dos recursos do FNDE para compra direta da Merenda Escolar;
21. Criar programas de estágios;
22. Estabelecer parcerias para fortalecer os programas educacionais já existentes e implantar novos progr amas, tais como a rede de inclusão digital nas comunidades rurais;
23.Promover o diálogo da ATER com as redes públicas de ensino pensando na formação das crianças e jovens do campo para mudanças de valores, em temas como: reeducação alimentar, agroecologia, educação florestal e ambiental;
24. Apoiar projetos de educação junto com os movimentos sociais, universidades e as comunidades, encaminhando para o INCRA;
25. Aumentar a interação entre ATER e as escolas, socializando informações e trocando experiências;
26. Promover atividades considerando a continuidade da prática educativa da ATER;
27. Incluir representantes de movimentos sociais nas capacitações especifica de ATER;
28. Realizar parceria entre as instituições de ATER e o sistema de educação local ou regional, objetivando a redução e/ou erradicação do analfabetismo no campo;
29. Firmar parcerias entre instituições de ensino, governo, ONGs e movimentos sociais para a elaboração de projetos de formação de jovens assentados na área de técnicos em agricultura; estabelecer parcerias com as universidades;
30. acionar o recurso do SENAR para a qualificação do produtor familiar.

6.5.7 Saúde

1. Articular a questão da saúde com a segurança alimentar, saneamento básico e uso de defensivos agrícolas e fertilizantes; Estabelecer parcerias para ação conjunta entre as instituições que têm relação com a saúde;
2. Fortalecer a articulação de políticas públicas entre nos municípios/território;
3. Articular mecanismos que ampliem o acesso das famílias rurais à política de melhoria das condições de saneamento e habitação;
4. Incentivar a pesquisa, a formação de farmácia básica e da farmácia viva na zona rural, com ênfase na fitoterapia, com orientações de profissionais comprometidos com o saber popular e as práticas culturais;
5. Promover palestras e divulgação de orientações de saúde preventiva nas comunidades rurais;
6. Contribuir na formação dos agentes de saúde que convivem na própria comunidade;
7. Capacitar extensionistas que possam contribuir na área de vigilância e saúde pública;
8. Contribuir na capacitação dos conselheiros e profissionais de saúde;
9. Apoiar a realização de seminários de sensibilização e informação para a sociedade civil, sobre a resolução

que trata do PSF em municípios com reforma agrária;
10. Contribuir na saúde do campo com atividades voltadas à prevenção de doenças, orientação alimentar, cultivo e uso de plantas medicinais, etc. As instituições públicas estaduais e municipais e a ATER deverão atuar na reconversão dos produtores que atuam na cadeia produtiva do fumo (melhorar texto – Adriana);
11. Divulgar os problemas de saúde causados aos consumidores da agricultura que utilizam agrotóxicos e os problemas causados aos agricultores e ao meio ambiente;
12. É tarefa da ATER denunciar aos órgãos competentes, quando forem encontrados trabalhadores em risco de saúde.

6.5.8 Reforma agrária

1. Contratar e treinar os técnicos para atender especificamente os assentados, desde a implantação dos assentamentos, nas atividades produtivas, agregação de valor e comercialização;
2. Desenvolver processos educativos e orientação para a auto-gestão nos assentamentos;
3. Que as famílias sejam previamente preparadas e orientadas para serem beneficiadas com o crédito fundiário;
4. Desburocratizar os processos de regularização fundiária, licenciamento ambiental; criar linhas de créditos apropriadas para a região;
5. Cumprimento da legislação existente referente à regularização de terras;
6. Os órgãos estaduais de terras devem está a serviço da consolidação da agricultura familiar, inclusão dos segmentos tradicionais excluídos (nova redação) atuando claramente na reorganização fundiária em todos os Estados da federação;
7. Fortalecer os institutos de regularização fundiária nos Estados;
8. Recursos sejam providos do MDA para regularização, com prioridade em áreas Indígenas, Quilombolas e agricultores familiares que fazem parte dos territórios da cidadania.

6.5.9 Serviços ambientais

1. Fortalecer as políticas públicas que atendam a segurança hídrica e saneamento, habitacional e de preservação ambiental e reordenamento agrário;
2. Incentivar a recuperação e manutenção das matas ciliares, áreas degradadas, através de projetos de reflorestamento. Para o cultivo de espécies florestais com o objetivo econômico de fornecimento de lenha, deve-se obedecer às leis do código ambiental vigente ou em acordo com o CONAMA;
3. Sensibilizar os diversos atores para incentivar e apoiar a recuperação das matas ciliares e repovoamento dos rios;
4. Apoiar e desenvolver ações para a recuperação de APP (áreas de preservação permanente) e RL (reserva legal), além da execução do plano de manejo e uso múltiplo;
5. Apoiar e desenvolver ações para a recuperação os mananciais hídricos e de morros através de essências florestais nativas;
6. Iniciar uma discussão sobre o PRONAF Floresta e desenvolvendo ações de preservação de recursos hídricos;
7. Apoiar e expandir as atividades do Pró-Ambiente;
8. Divulgação e capacitação em legislação ambiental;
9. Promover campanhas de ações comunitárias sobre temas de agrobiodiversidade e gestão dos recursos naturais;
10. Capacitar gestores ambientais capazes de articulação estadual/nacional;

11. Oferecer serviços de educação ambiental (cursos, palestras, oficinas) na área rural;
12. Preparar a Ater para gerar renda para esse novo, necessário e urgente modelo de serviço ambiental;
13. Articular ações de convivência com o semi-árido, partindo das instituições afins, visando a implementação de infra-estrutura hídrica;
14. Orientar para o uso racional de recursos hídricos bem como promover a educação ambiental básica com os agricultores familiares;
15. Incentivar as práticas ambientais em relação ao destino do lixo;
16. Desenvolver ações de prevenção das queimadas e praticas alternativas ao fogo.
17. Priorizar a Política Ambiental na Extensão Rural;
18. Garantir que a ATER que promova ações de sustentabilidade ambiental;
19. Apoiar os serviços públicos ambientais por todas as esferas de governo e seus programas específicos FRAP, PRONAF;
20. Intensificar as experiências de SAF´s;
21. Otimizar os manejos florestais sustentáveis,
22. Potencializar o extrativismo;
23. Contribuir ativamente para a adequação na legislação ambiental para a agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária e crédito fundiário;
24. Fomentar alternativas de empregos para moradores de áreas degradadas ambientalmente;
25. Qualificar agentes de ATER a facilitar (orientar) diante do licenciamento ambiental
26. Estimular o uso massivo de controle alternativo de MIPD;
27. Realizar diagnóstico do potencial de agro-biodiversidade das comunidades indígenas e implantação de ATER pública para estas comunidades;
28. Orientar os agricultores familiares no aproveitar melhor dos recursos naturais nas propriedades;
29. Fomentar a discussão sobre a implantação do ICMS ecológico e sua destinação;
30. A ATER deverá inserir na capacitação de agricultores sobre o PAA o tema educação ambiental e orientar os beneficiários a adoção de praticas de preservação ambiental, em especial a recuperação/proteção de APP e nascentes;
31. Em parceria com outros organismos a ATER deve incentivar a implantação de programas de coletas seletivas no meio rural, nos municípios onde já existe no meio urbano;
32. As instituições de ATER da federação devem promover troca de experiências exitosas e procurar adequá-las a realidade local;
33. Criar e implementar mecanismos de compensação econômica ou bônus (diretos e indiretos) para a agricultura familiar por serviços ambientais efetuados na preservação e conservação ambiental, no âmbito da política nacional de meio ambiente e leis correlatas;
34. Incentivar economicamente, com sustentabilidade, a utilização das matas nativas (ex: palmito, banana, araçá, goiaba, etc.);
35. Propor no Zoneamento Econômico e Ecológico – ZEE, limites para o tamanho máximo de propriedades rurais, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas;
36. Implementar a criação e a conclusão das zoneamento econômico e ecológico (ZEE) dos estados considerando as características ambientais e a capacidade de suporte dos agroecossistemas;
37. Que as demarcações de reservas legais e matas ciliares para os licenciamentos de propriedades sejam executados e financiados por órgãos públicos;
38. Acelerar o processo de liberação dos territórios quilombolas do Brasil;
39. Propor mecanismos concretos para ampliar o grau de implementação da política nacional do meio ambiente;

40. Que as demarcações de reservas legais e matas ciliares para os licenciamentos de propriedades, sejam executadas e bancadas por órgãos públicos;
41. Alterar processos de liberação dos territórios quilombolas;
42. Realizar um diagnóstico das espécies marítimas e levantar os problemas que levaram a extinção de muitas espécies (estudo detalhado com análise e soluções).

6.5.10 Outras Políticas

1. Estimular o processo de municipalização das políticas públicas, como base para o desenvolvimento, cuidando para a não prefeiturização;
2. Incluir todos os territórios rurais no programa território da cidadania;
3. Que o termo território seja mantido na nova Instrução Normativa do INCRA, que trata da regularização de territórios quilombolas;
4. A ATER/ATES deve contribuir com o atendimento do licenciamento ambiental, melhorando a relação com os órgãos ambientais e qualificando os planos de desenvolvimento;
5. Simplificar o licenciamento ambiental de atividades da agricultura familiar;
6. Simplificar o processo de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária;
7. Impedir o fechamento de escolas rurais sem a prévia aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
8. Expandir e transformar em políticas públicas os projetos de microbacias já existentes para outros estados da federação;
9. O MDA deve continuar o programa do Pro-Ambiente, independentemente das famílias estarem nos projetos de assentamento do Incra na região Amazônica;
10. Garantir um maior envolvimento da ATER nas questões de reforma agrária.

7. PLANO DE AÇÃO

EIXO 1: ATER PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Soberania e Segurança Alimentar	PRONATER	1. Definir ação estratégica para a diversificação da produção, produção e distribuição de sementes, agregação de valor, armazenamento e comercialização da produção.	DATER						
Superação da Pobreza Rural	PRONATER	1. Definir ação estratégica para o acesso as políticas e programas básicos, a geração de renda e promoção das condições da qualidade de vida	DATER						
	PRONATER	2. Definir integração com outros programas da SAF	DATER						
Meio Ambiente	PRONATER	1. Definir ação estratégica para o tema	DATER						
	PRONATER	2. Garantir ações de recuperação de agroecossistemas, manejo e conservação dos solos e dos recursos naturais, educação ambiental, práticas agroecológicas e gestão ambiental,manutençã o dos recursos hídricos, além de outros temas relacionados ao meio ambiente, nas áreas rurais	DATER						
	PRONATER	3. Garantir o debate sobre a ampliação do Proambiente	DATER						
	PRONATER	4. Promover a integração, articulação e parcerias com órgãos ambientais	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Meio Ambiente	PRONATER	5. Estabelecer ações que viabilizem a conversão da legislação ambiental em vigor em ações práticas (licenciamento, reserva legal, etc)	DATER/Inst. Ater						
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e	PRONATER	1. Fazer interface com ações de outras instituições (MINC, SEPPIR)	CGRIGS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores	PRONATER	2. Implementar a multidisciplinaridade na ATER	DATER						
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	PRONATER	1. Fortalecer as ações voltadas para Gênero, Etnia, Raças e Populações Tradicionais	DATER						
	PRONATER	2. Estabelecer ações diferenciadas para públicos específicos (quilombolas, indígenas, populações tradicionais e jovens)	DATER/PPIGRE						
Economia Solidária	PRONATER	1. Garantir ações voltadas para agregação de valor e geração de renda	DATER/SAF						
	PRONATER	2. Apoiar ações de certificação da produção (sócioparticipativa)	DATER/SAF						
	PRONATER	3. Apoiar ações de organização das cadeias produtivas e comerciais, com foco na economia solidária	DATER/SAF						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Democracia e Participação Social	PRONATER	1. Garantir ações voltadas para o empoderamento dos agricultores familiares e suas organizações	DATER						
Abordagem Territorial	PRONATER	1. Inserir a abordagem territorial nas ações previstas	DATER						
	PRONATER	2. Garantir mecanismos que consolidem parcerias	DATER						
	PRONATER	3. Ampliar as ações de Ater nos territórios	DATER						
Educação do Campo	PRONATER	1. Articular com órgãos educacionais a adequação dos currículos escolares, integração com as escolas, ampliação dos cursos de formação	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Soberania e Segurança Alimentar	Programas Estaduais de Ater	1. Elaborar roteiro básico para a construção dos Programas Estaduais contemplando o tema	DATER						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir, junto às instituições de Ater, a inserção do tema nos Programas Estaduais	DATER/Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Criar mecanismo, junto aos órgãos de fomento, para unir as ações de Ater a programas de distribuição de sementes e material genético de boa qualidade, bem como de apoio a estruturas de armazenamentos e de processamento de alimentos	DATER/Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	4. Garantir a capacitação/formação de profissionais das instituições no tema	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Superação da Pobreza Rural	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir, junto às instituições de Ater, a inserção do tema nos Programas Estaduais	DATER						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir a inclusão de recursos para ações direcionadas ao combate à pobreza rural	DATER/Inst. Ater						
Meio Ambiente	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir, junto às instituições de Ater, a inserção do tema nos Programas Estaduais	DATER/Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Estabelecer metas e estratégias para capacitação de técnicos e de agricultores familiares nos temos relacionados às questões ambientais (manutenção de recursos hídricos, manejo de bacias, reserva legal, TAC, Código Florestal, gestão ambiental, entre outros)	DATER/Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Garantir a capacitação/formação de profissionais das instituição em Educação Ambiental	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	4. Apoiar a formação de parcerias com instituições de ensino visando a capacitação de agentes de Ater e de agricultores familiares no tema	DATER/ Iinst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir, junto às instituições de Ater, a inserção do tema nos Programas Estaduais	DATER						
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações diferenciadas para o tratamento da diversidade e da desigualdade social	DATER/Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir de ações de capacitação e sensibilização para profissionais das redes institucionais de ATER	DATER/Inst. Ater						
Economia Solidária	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações de Ater voltadas para o fortalecimento da economia solidária	DATER/Inst. de Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir ações de Ater na comercialização dos produtos da Agricultura Familiar	DATER/Inst. de Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Garantir ações de formação/capacitação nos processo de comercialização, economia solidária, gestão da unidade de produção	DATER/Inst. de Ater						
Democracia e Participação Social	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações voltadas para o empoderamento dos agricultores familiares e suas organizações	Inst. De Ater						
Abordagem Territorial	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir a integração de ações de Ater nos Territórios Rurais	Inst. De Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Ampliar as ações nos territórios							
	Programas Estaduais de Ater	3. Desencadear ações de Ater que consolidem os processos de gestão territorial							

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Educação do Campo	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir parcerias com os sistemas municipais e estaduais de educação	Inst.de Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Promover o diálogo da Ater com as redes públicas de ensino	Inst.de Ater						
A Nova Ruralidade Brasileira	Programas Estaduais de Ater	1. Estabelecer mecanismos para apoio à implantação de infra-estrutura básica no campo (eletrificação, saneamento, moradia, estradas, etc)	Inst. De Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
A Nova Ruralidade Brasileira	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir ações que promovam a melhoria da renda na agricultura familiar	Inst. De Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Fortalecer e ampliar a estrutura dos escritórios de Ater	Inst. De Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Soberania e Segurança Alimentar	Redes de Ater	1. Fomentar a discussão sobre soberania e segurança alimentar	DATER/Redes						
Superação da Pobreza Rural	Redes de Ater	1. Discutir ações conjuntas nos programas estaduais de combate à pobreza rural	Redes/Inst. Ater						
Meio Ambiente	Redes de Ater	1. Debater com as Redes a articulação entre instituições de Ater, OEMAS e OEPAS	DATER						
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores	Redes de Ater	1. Fomentar a discussão sobre o tema							

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	Redes de Ater	1. Estimular a interface entre as dinâmicas das redes e a rede de ATER para mulheres	DATER/PPIGRE/Redes						
Economia Solidária	Redes de Ater	1. Identificar alternativas de processamento, armazenamento e comercialização da produção	Redes						
Democracia e Participação Social	Redes de Ater	1. Promover discussões sobre o tema junto aos agricultores familiares	Inst. De Ater						
Abordagem Territorial	Redes de Ater	1. Estabelecer mecanismos que consolidem as parcerias entre o MDA e as instituições de Ater	DATER						
	Redes de Ater	2. Constituir e fortalecer Redes Territoriais de Ater	Redes e DATER						
Educação do Campo	Redes de Ater	1. Formar parcerias entre as instituições de Ater e de ensino para a elaboração e implementação de projetos de educação de jovens agricultores	Inst.de Ater						
A Nova Ruralidade Brasileira	Redes de Ater	1. Ampliar o debate sobre a nova ruralidade brasileira nas Redes de Ater	Inst. De Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Soberania e Segurança Alimentar	Conselhos	1. Reunir o Comitê de Ater com CONSEA para debater o tema na Agricultura Familiar	DATER						
Superação da Pobreza Rural	Conselhos	1. Estabelecer diálogo entre o Comitê de Ater e os CEDRS E CMDRS sobre ações de saúde e educação no campo	CGRIGS						
	Conselhos	2. Inserir no debate ações voltadas ao bem estar dos agricultores familiares	CGRIGS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Meio Ambiente	Conselhos	1. Estabelecer diálogo entre o Comitê de Ater e os CEDRS E CMDRS sobre ações voltadas à preservação e conservação do meio ambiente	DATER						
	Conselhos	2. Mediar o debate entre instituições de Ater e outros órgãos ambientais, sobre meio ambiente e agricultura familiar	DATER						
	Conselhos	3. Promover a gestão compartilhada e participativa integrando os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente, comitês de bacias, dentre outras instâncias	DATER						
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores	Conselhos	1. Analisar os projetos estaduais, territoriais e municipais considerando a existência de atividades que inter-relacione ao tema							
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	Conselhos	1. Analisar os projetos estaduais, territoriais e municipais considerando a existência de atividades que inter-relacione a educação do campo	DATER						
	Conselhos	2. Garantir a participação de entidades representativas de mulheres, jovens, populações tradicionais, quilombolas, indígenas nos conselhos estaduais, territoriais e municipais	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Economia Solidária	Conselhos	1. Articular os conselhos estaduais, territoriais e locais aos colegiados específicos da economia solidária	DATER						
Democracia e Participação Social	Conselhos	1. Inserir a Pnater na dinâmica dos Colegiados Territoriais	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Instrumentalizar a sociedade para a participação social	Comitê de Ater						
	Conselhos	3. Fortalecer os conselhos e colegiados como espaços públicos e democráticos para a integração das ações de Ater com as demais políticas públicas	Comitê de Ater						
Abordagem Territorial	Conselhos	1. Inserir a Pnater na dinâmica dos Colegiados Territoriais	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Fortalecer a CIAT e os CMDRS	Comitê de Ater						
Educação do Campo	Conselhos	1. Analisar os projetos estaduais, territoriais e municipais considerando a existência de atividades que inter-relacione a educação do campo	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Articular parcerias com os Governos Federal, Estadual e Municipal para melhoria da educação do campo (fortalecimento de programas de educação)	Comitê de Ater						
A Nova Ruralidade Brasileira	Conselhos	1. Disseminar a temática nos Conselhos	Comitê de Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Soberania e Segurança Alimentar	Redes Temáticas de Ater	1. Garantir a discussão sobre soberania e segurança alimentar nas Redes existentes	CGRIGS						
Superação da Pobreza Rural	Redes Temáticas de Ater	1. Garantir a discussão sobre o tema nas Redes existentes	CGRIGS						
Meio Ambiente	Redes Temáticas de Ater	1. Garantir a discussão sobre o tema nas Redes existentes	CGRIGS						
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores	Redes Temáticas de Ater	1. Garantir a discussão sobre o tema nas Redes existentes	CGRIGS						
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	Redes Temáticas de Ater	1. Criar e fortalecer a Rede Temática de Ater para mulheres e fortalecer a Rede Temática de Ater para Indígenas	DATER						
Economia Solidária	Redes Temáticas de Ater	1. Fortalecer as atividade e ações das Redes de Comercialização, Turismo e Produtos Diferenciados	CGRIGS						
Democracia e Participação Social	Redes Temáticas de Ater	1. Fortalecer debates sobre participação, empoderamento, inclusão social nas Redes Temáticas	CGRIGS						
Abordagem Territorial	Redes Temáticas de Ater	1. Fortalecer o debate nas Redes Temáticas sobre o tema	CGRIGS						
Educação do Campo	Redes Temáticas de Ater	1. Inserir o debate sobre a temática	CGRIGS						
A Nova Ruralidade Brasileira	Redes Temáticas de Ater	1. Ampliar o debate sobre a nova ruralidade brasileira nas Redes Temáticas	CGRIGS						
	Redes Temáticas de Ater	2. Fazer divulgação de atividades inovadoras e exitosas que promovem a nova ruralidade brasileira	CGRIGS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Soberania e Segurança Alimentar	Formação	1. Criar programa de capacitação no tema para extensionistas	Coord. Formação						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Superação da Pobreza Rural	Formação	1. Criar programa de capacitação no tema para extensionistas	DATER/Inst. Ater						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Meio Ambiente	Formação	1. Criar programa de capacitação no tema para extensionistas	Coord. Formação						
	Formação	2. Promover intercâmbios para troca de experiências inovadoras de conservação ambiental	Coord. Formação						
	Formação	3. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores	Formação	1. Criar programa de capacitação no tema para extensionistas	Coord. Formação						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	Formação	1. Criar programas de capacitação de técnicos relacionados às dimensões de gênero, geração, raça e etnia	Coord. Formação/PPIGRE						
	Formação	2. Criar programas de capacitação de técnicos para trabalharem com jovens e mulheres	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	Formação	3. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação/PPIGRE/INCRA						
Economia Solidária	Formação	1. Criar programas de capacitação de técnicos relacionados à economia solidária, cadeias produtivas, comércio justo, gestão da produção	Coord. De Formação						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. De Formação						
Democracia e Participação Social	Formação	1. Criar programa que apoie o intercâmbio de técnicos e agentes de Ater	Coord. Formação						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Abordagem Territorial	Formação	1. Criar programas de formação e capacitação voltadas para o tema	Coord. Formação						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Educação do Campo	Formação	1. Criar programa de capacitação direcionada aos profissionais da educação	Coord. Formação						
A Nova Ruralidade Brasileira	Formação	1. Promover a capacitação de técnicos e agricultores familiares abordando a nova ruralidade	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Soberania e Segurança Alimentar	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar tecnologias desenvolvidas e ou adaptadas para a Agricultura Familiar, voltadas para a diversificação produtiva, produção de sementes, agregação de valor e comercialização (conservação de sementes crioulas)	EMBRAPA/ OEPAS						
	Articulação Ater/Pesquisa	2. Estabelecer instrumento de parceria entre instituições de Ater e de Pesquisa	CGRIGS						
	Articulação Ater/Pesquisa	3. Firmar contrato de parceria para a implementação de atividades que garantam o resgate e a manutenção de espécies utilizadas na alimentação	OEPAS/Inst. Ater						
Superação da Pobreza Rural	Articulação Ater/Pesquisa	1. Difundir tecnologias desenvolvidas e ou adaptadas para a Agricultura Familiar, voltadas para a diversificação produtiva, saneamento básico, saúde preventiva e curativa	EMBRAPA/ OEPAS						
	Articulação Ater/Pesquisa	2. Estabelecer instrumento de parceria entre instituições de Ater e de Pesquisa	DATER						
	Articulação Ater/Pesquisa	3. Firmar contrato de parceria para a implementação de atividades que garantam a apropriação de tecnologias adaptadas à Agricultura Familiar	DATER						
Meio Ambiente	Articulação Ater/Pesquisa	1. Difundir tecnologias desenvolvidas e ou adaptadas para a Agricultura Familiar, voltadas para a utilização de alternativas não poluidoras (agricultura orgânica, tecnologias de baixo impacto ambiental, etc)	EMBRAPA/ OEPAS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Economia Solidária	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar informações sobre mercado, cadeias produtivas e técnicas de beneficiamento e armazenamento da produção	EMBRAPA/ OEPAS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Soberania e Segurança Alimentar	Termos de Referência	1. Garantir, como meta obrigatória, a inclusão de ações sobre segurança alimentar	DATER						
	Termos de Referência	2. Garantir recursos para capacitação de agentes de desenvolvimento e agricultores familiares no tema	DATER						
Superação da Pobreza Rural	Termos de Referência	1. Garantir metas obrigatórias que contemplem ações visando o combate da pobreza rural (ações ligadas à saúde, educação, saneamento, esgoto, tratamento d eágua, entre outros)	DATER						
	Termos de Referência	2. Garantir recursos para capacitação de agentes de desenvolvimento e agricultores familiares no tema	DATER						
Meio Ambiente	Termos de Referência	1. Garantir, como meta obrigatória, a inclusão de ações que considerem as questões ambientais na agricultura familiar	DATER						
	Termos de Referência	2. Garantir recursos para capacitação de agentes de desenvolvimento e agricultores familiares no tema	DATER						
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores	Termos de Referência	1. Garantir recursos para capacitação de agentes de desenvolvimento e agricultores familiares no tema	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Resgate e Valorização da Diversidade, Cultura, Saberes e Valores	Termos de Referência	2. Garantir recursos para a realização e publicação de estudos, diagnósticos sobre o tema							
	Termos de Referência	3. Garantir recursos para implementação de ações no tema							
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	Termos de Referência	1. Garantir, como meta obrigatória, ações contemplando as relações de gênero, raça, etnia, gerações	DATER						
	Termos de Referência	2. Ampliar recursos financeiros para projetos de ATER que atuam com mulheres rurais;	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Relações de Gênero, Etnia e Populações Tradicionais	Termos de Referência	3. Firmar parceria com universidades para criação de cursos de especialização para extensionistas em gênero e agroecologia, dentre outras	DATER						
	Termos de Referência	4. Realizar estudos sobre o acesso às políticas públicas (crédito, PAA, etc) e diagnóstico das ações desenvolvidas nas Redes de ATER para as mulheres	DATER						
Economia Solidária	Termos de Referência	1. Garantir, como meta obrigatória, ações que tratem da economia solidária	DATER						
	Termos de Referência	2. Disponibilizar recursos para ações de Ater na economia solidária	DATER						
	Termos de Referência	3. Realizar feiras estaduais de economia feminista solidária	PPIGRE						
Democracia e Participação Social	Termos de Referência	1. Garantir recursos para as ações de fortalecimento da gestão social	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Abordagem Territorial	Termos de Referência	1. Garantir, como meta obrigatória, ações de caráter tema Territorial	DATER						
	Termos de Referência	2. Disponibilizar recursos para ações de Ater nos Territórios	DATER						
Educação do Campo	Termos de Referência	1. Incentivar e garantir recursos para os processos de intercâmbios de experiências em pedagogias da alternância envolvendo docentes e estudantes	DATER						
	Termos de Referência	2. Garantir recursos para bolsas de estudos e estágios aos jovens rurais	DATER						

EIXO 2: A INSTITUIÇÃO DA ATER PÚBLICA

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das Organizações	PRONATER	1. Apresentar proposta de descentralização dos recurso para a Ater	DATER						
Marco Legal	PRONATER	1. Construir uma proposta de repasse de recursos de Ater adequada ao SIBRATER	DATER						
	PRONATER	2. Discutir o Marco Legal com as instituições e os gestores	DATER						
	PRONATER	3. Promover discussão a respeito do Marco Legal com outros Ministérios, Casa Civil e Parlamento	DATER						
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	PRONATER	1. Criar Fundo de Financiamento da Ater	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	PRONATER	2. Integrar recursos ATES/ATER	DATER/INCRA						
	PRONATER	3.Garantir recursos para a estruturação das instituições de Ater (contratação de técnicos, equipamentos, veículos etc.)	DATER						
Gestão Social (Conselhos)	PRONATER	1. Garantir ações para promover a articulação entre os Conselhos de Desenvolvimento Rural (estadual, municipal e territorial)	DATER						
Atuação em Redes	PRONATER	1. Criar um sistema de informações sobre os serviços de Ater	DATER						
	PRONATER	2. Fortalecer a estratégia de trabalho em rede	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	PRONATER	1. Redefinir a estratégia de fortalecimento dos Programas Estaduais e inserir estratégia para os Programas Municipais	DATER						
	PRONATER	2. Elaborar roteiro básico para os Programas Estaduais e Municipais	DATER						
	PRONATER	3. Inserir estratégica de articulação com a Pesquisa	DATER						
Monitoramento e Avaliação	PRONATER	1. Realizar uma revisão da Pnater ampliando ações (beneficiamento/processamento, armazenamento, mercado, gestão)	DATER						
	PRONATER	2. Implantar o Sistema de Monitoramento e Avaliação baseado em indicadores de resultados e de impactos	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Formação e Capacitação de Agentes de Ater	PRONATER	1. Promover o processo de formação continuada de técnicos e agricultores familiares	DATER						
	PRONATER	2. Definir a formas e metodologias de abordagem da Ater	DATER						
ATER/ATES - Unificação dos Programas, Gestão, Conceitos, Público, PPA	PRONATER	1. Propor a unificação dos Programas Ater/Ates	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das Organizações	Programas Estaduais de Ater	1. Ampliar os quadros técnicos nas instituições de Ater	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Ampliar e fortalecer os escritórios locais (infra-estrutura, internet, veículos, etc)	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Garantir a inclusão de estratégias para carreira profissional do Extensionista	Inst. Ater						
Marco Legal	Programas Estaduais de Ater	1. Estabelecer agenda de qualificação da gestão das organizações de Ater	DATER/Conselhos						
	Programas Estaduais de Ater	2. Criar Marco Legal para o financiamento da ATER pelos Estados	DATER,Conselhos e Redes						
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	Programas Estaduais de Ater	1. Ampliar as fontes de financiamento para a Ater	DATER/Inst. De Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir integração da Ater com outros programas federais e estaduais, para ampliar as fontes de financiamento	Inst. De Ater						
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	Programas Estaduais de Ater	3. Garantir recursos para a estruturação das instituições de Ater (contratação de técnicos, equipamentos, veículos etc.)	DATER/Inst. De Ater						
	Programas Estaduais de Ater	4. Incentivar Estados e prefeituras contratarem técnicos para Ater	Inst. De Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Gestão Social (Conselhos)	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir a participação dos Conselhos nos programas de Ater	Inst. Ater						
Atuação em Redes	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir a participação de outras entidades que atuam na área rural, no estado e município, nos serviços de Ater	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Criar Redes Temáticas estaduais	Inst. Ater						
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Programas Estaduais de Ater	1. Fazer com que os Programas Estaduais de Ater façam parte do Planejamento dos Estados	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir a ampla participação dos atores em Ater nos Programas	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Garantir a inserção de instrumentos de M&A nos Programas	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	4. Garantir a integração das ações de pesquisa	Inst. Ater						
Monitoramento e Avaliação	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações de M& A em consonância com o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Pnater	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Apoiar a implantação do Sistema de M&A da Pnater	Inst. Ater						
Relações e Qualidade de Vida no Trabalho	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir a inserção de proposta de plano de carreiras e salários para os extensionistas	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Estabelecer parâmetros para enquadramento do trabalho de Ater na perspectiva de periculosidade e atividades insalubres	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Relações e Qualidade de Vida no Trabalho	Programas Estaduais de Ater	3. Garantir boas condições de trabalho para os extensionistas (equipamentos, veículos, intalações)	Inst. Ater						
Formação e Capacitação de Agentes de Ater	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir a inserção de programas de formação/capacitação para técnicos e agricultores familiares	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Prever a parceria com instituições de ensino e de pesquisa	Inst. Ater						
ATER/ATES - Unificação dos Programas, Gestão, Conceitos,	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir a integração dos programas	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das Organizações	Redes de Ater	1. Participar ativamente na construção dos Planos Estaduais de Ater	Inst. Ater						
	Redes de Ater	2. Reforçar e estruturar parcerias entre ATER públia e ONG na perspectiva de complementariedade das ações	DATER e Conselhos						
	Redes de Ater	3. Ampliar parcerias com a inicativa privada de acordo com a PNATER	DATER e Conselhos						
Marco Legal	Redes de Ater	1. Promover discussões sobre as formas de repasses de recursos	Inst. Ater						
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	Redes de Ater	1. Discutir estratégias para financiamento dos serviços de Ater	Inst. De Ater						
Gestão Social (Conselhos)	Redes de Ater	Discutir processos de controle social	Inst. De Ater						
Atuação em Redes	Redes de Ater	1. Ampliar as redes de Ater pública tendo como canais os Conselhos estaduais e municipais	Inst. De Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Atuação em Redes	Redes de Ater	2. Melhorar a divulgação das ações das Redes	Inst. De Ater						
	Redes de Ater	3. Criar Redes Territoriais de Ater	DATER/SAF/ SDT						
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Redes de Ater	1. Garantir a ampla divulgação e participação dos beneficiários da Ater na elaboração dos Programas	Inst. Ater						
	Redes de Ater	2. Revitalizar os fóruns estaduais de Ater	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Redes de Ater	3. Observar os planos territoriais na elaboração dos Programas Estaduais	Inst. Ater						
Monitoramento e Avaliação	Redes de Ater	1. Garantir a participação efetiva das instituições de Ater na discussão, elaboração, validação e implantação do Sistema de M&A	Inst. Ater						
Credenciamento	Redes de Ater	Divulgar e viabilizar o Credenciamento de Entidades de ATER	Órgãos colegiados						
Formação e Capacitação de Agentes de Ater	Redes de Ater	1. Implantar programas de formação/capacitação dos seus quadros técnicos	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das Organizações	Conselhos	1. Articular com gestores locais no sentido de ampliar o apoio à implementação da Pnater	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. discutir com a FUNAI a ATER indígena	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Criar Secretaria de ATER no âmbito do MDA	DATER						
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	Conselhos	1. Promover o debate sobre formas de financiamento contínuo dos serviços de Ater	DATER/Órgãos Colegiados						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	Conselhos	2. Discutir com a Frente Parlamentar de Ater a ampliação da dotação orçamentária da ATER	CONDRAF/Comitê						
Gestão Social (Conselhos)	Conselhos	1. Ampliar a participação do Comitê de Ater nos Conselhos estaduais, municipais e territoriais	DATER/Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Criar espaço de discussão sobre regulamentação dos Conselhos	DATER/Comitê de Ater						
	Conselhos	3. Discutir com o Condraf o fortalecimento e o papel dos Conselhos estaduais, municipais e territoriais no exercício do Controle Social	DATER/Comitê de Ater						
	Conselhos	4. Aprimorar o fluxo de informações entre os Conselhos	DATER/Comitê de Ater						
	Conselhos	5. Garantir paridade entre as representações do Poder Público e Sociedade Civil nos conselhos	Conselhos						
	Conselhos	5. Criar programa de capacitação para conselheiros	DATER/Comitê de Ater						
	Conselhos	6. Garantir a participação de entidades representativas das Mulheres nos Conselhos	Comitê de Ater						
Atuação em Redes	Conselhos	1. Propor e divulgar novas redes	CONSELHOS e as redes						
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Conselhos	1. Apoiar a criação/revitalização dos fóruns estaduais de Ater	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Promover debates sobre gestão compartilhada dos recursos de Ater	Comitê de Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Monitoramento e Avaliação	Conselhos	1. Realizar, em conjunto com outros conselhos, o controle social dos serviços de Ater	Comitê de Ater						
Credenciamento	Conselhos	Revisão dos Critérios de Credenciamento	Órgãos colegiados						
ATER/ATES - Unificação dos Programas, Gestão, Conceitos, Público, PPA	Conselhos	1. Promover debate sobre a unificação dos programas	Comitê de Ater						
LINHA DE AÇÃO	**INSTRUMENTO**	**ESTRATÉGIA DE AÇÃO**	**RESPONSÁVEL**	**SEMESTRE**					
				2008	**2009**	**2009**	**2010**	**2010**	**2011**
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	Redes Temáticas de Ater	1. Instituir debate sobre formas de captação de recursos e gestão nas Redes	CGRIGS						
Atuação em Redes	Redes Temáticas de Ater	1. Criar novas redes temáticas que gerem conhecimento e desenvolvimento no campo	DATER/SAF/SDT						
	Redes Temáticas de Ater	2. Melhorar a divulgação das ações das Redes Temáticas	CGRIGS						
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Redes Temáticas de Ater	1. Inserir debate sobre políticas públicas nas Redes Temáticas	CGRIGS						
Monitoramento e Avaliação	Redes Temáticas de Ater	1. Promover debate sobre M&A nas Redes	CGRIGS						
	Redes Temáticas de Ater	2. Capacitar articuladores em M&A	CGRIGS						
Formação e Capacitação de Agentes de Ater	Redes Temáticas de Ater	1. Fortalecer a Rede Temática de Formação	CGRIGS						
LINHA DE AÇÃO	**INSTRUMENTO**	**ESTRATÉGIA DE AÇÃO**	**RESPONSÁVEL**	**SEMESTRE**					
				2008	**2009**	**2009**	**2010**	**2010**	**2011**
Marco Legal	Formação	Capacitação dos atores	Conselhos						
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	Formação	1. Criar programas de capacitação em captação de recursos e gestão para instituições de Ater	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Gestão Social (Conselhos)	Formação	1. Programas de formação para gestores e entidades em controle social	Conselhos						
Atuação em Redes	Formação	1. Incentivar formação/capacitação dos articuladores das redes temáticas em conceitos e funcionamento de redes	Coord. Formação						
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Formação	1. Apoiar a capacitação de gestores em Planejamento Participativo para a construção dos Programas Estaduais e Municipais	CGRIGS e Coord. Formação						
Monitoramento e Avaliação	Formação	1. Apoiar na formação dos técnicos no Sistema de M&A	Coord. Formação						
	Formação	1. Garantir recursos para capacitação de técnicos em M&A	DATER						
Relações e Qualidade de Vida no Trabalho	Formação	1. Capacitação e elaboração de material informativo sobre legislação trabalhista	DATER						
Formação e Capacitação de Agentes de Ater	Formação	1. Expandir programa de apoio à formação de agentes de Ater	Coord. Formação						
	Formação	2. Expandir parceria com as Universidades para criação de cursos de especialização para extensionistas sob a ótica da Pnater	Coord. Formação						
	Formação	3. Firmar parceria com instituições de pesquisa para apoio na formação de técnicos e agricultores familiares	Coord. Formação						
	Formação	4. Expandir as ações de formação e capacitação de técnicos que trabalham com quilombolas, indígenas, mulheres e jovens rurais	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Atuação em Redes	Articulação Ater/Pesquisa	1. Criar redes de Ater/Pesquisa	DATER						
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Articulação Ater/Pesquisa	1. Apresentar proposta para integração com Ater nos Programas Estaduais	Inst. Pesquisa						
Monitoramento e Avaliação	Articulação Ater/Pesquisa	1. Garantir a inserção do tema Pesquisa/Ater no Sistema de M&A	DATER						
Formação e Capacitação de Agentes de Ater	Articulação Ater/Pesquisa	1. Firmar parceria para apoio na formação e capacitação em tecnologias para a agricultura familiar	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
O Formato Institucional da Extensão Rural e o Desenvolvimento das Organizações	Termos de Referência	1. Ampliar recursos para infra-estrutura nos convênios e repasses	DATER						
Formas/Fontes de Financiamento dos Serviços de Ater	Termos de Referência	1. Criar alternativas de repasse de recursos	DATER						
Gestão Social (Conselhos)	Termos de Referência	Destinar recursos específicos para a formação em Controle Social	DATER						
Atuação em Redes	Termos de Referência	1. Fortalecer ações das Redes Temáticas	DATER						
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Termos de Referência	1. Criar meta obrigatória para a Elaboração do Programa nos Estados que ainda não o fizeram	DATER						
Programas de Ater (Nacional, Estadual, Municipal e Territorial)	Termos de Referência	2. Garantir recursos para a elaboração dos Programas	DATER						
Monitoramento e Avaliação	Termos de Referência	2. Garantir recursos para a implantação e acompanhamento do Sistema de M&A	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Credenciamento	Termos de Referência	Exigir o Credenciamento de acordo com as normas da PNATER	DATER						
Relações e Qualidade de Vida no Trabalho	Termos de Referência	1. Aumentar o volume de recursos para formação e para estruturação da Ater							
Formação e Capacitação de Agentes de Ater	Termos de Referência	1. Ampliar recursos para formação, capacitação e intercâmbios	DATER						

EIXO 3: ABORDAGEM DA ATER PÚBLICA

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Metodologias de Ater	PRONATER	1. Reafirmar a utilização de abordagens participativas nas ações de Ater	DATER						
	PRONATER	2. Garantir a estratégia das Redes Temáticas	DATER						
Agroecologia	PRONATER	1. Fortalecer a estratégia de produção sustentável e transição agroecológica	DATER						
Pedagogia da Alternância	PRONATER	1. Estabelecer diretrizes de articulação entre a ATER e a Pedagogia de Alternância	DATER, INCRA, Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Metodologias de Ater	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir a adoção de metodologias participativas nas práticas de Ater	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir ações que promovam participação, empoderamento e valorização do saber local	Inst. Ater						
Agroecologia	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir a elaboração de planos de ação com ênfase nos princípios agroecológicos	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Agroecologia	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir ações de sensibilização de técnicos e agricultores para a transição agroecológica	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Incentivar a criação de feiras de produtos agroecológicos	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	4. Incentivar a formação de associações para a certificação de produtos ecológicos	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Agroecologia	Programas Estaduais de Ater	5. Garantir a criação e implantação de estruturas par aprodução e conservação de sementes crioulas	Inst. Ater						
ATER/ATES	Programas Estaduais de Ater	1. Nivelar os conceitos de Ater/Ates nos programas estaduais de Ater	DATER, INCRA, DFDA, Inst. Ater						
Relação ensino/ pesquisa/ extensão/ organizações de agricultura	Programas Estaduais de Ater	1. Prever ações para integração ensino, pesquisa e extensão nas metas programáticas dos Programas Estaduais de Ater	DATER, DFDA, Inst. Ater						
Pedagogia da Alternância	Programas Estaduais de Ater	1. Propor articulação da Ater com as escolas de formação com o objetivo ampliar a formação por alternância	DATER, DFDA, INCRA, Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Incentivar a adoção da pedagogia da alternância na formação promovida pelas organizações de Ater	DATER, DFDA, INCRA, Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Metodologias de Ater	Redes de Ater	1. Realizar encontros periódicos com o público da Ater para avaliação e planejamento das ações de Ater	Inst. Ater						
Agroecologia	Redes de Ater	1. Garantir o debate sobre a transição agroecológica junto a instituições de ater, representantes de agricultores e sociedade em geral	Inst. Ater						
ATER/ATES	Redes de Ater	1. Propor a unificação da ATER com a ATES nos fóruns de debate	DATER, INCRA, Inst. Ater						
Pedagogia da Alternância	Redes de Ater	1. Ampliar a articulação das Redes de ATER com os CEFFAs (estágios, intercâmbios, formação, etc)	DATER, Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Metodologias de Ater	Conselhos	1. Sugerir a criação de mecanismos de monitoramento das entidades de Ater pelos Conselhos estaduais e municipais	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Submeter os Programas Estaduais de Ater para aprovação e acompanhamento nos Conselhos Estaduais	CONDRAF, DATER, Comitê de Ater, Conselhos Estaduais						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Metodologias de Ater	Redes Temáticas de Ater	1. Fortalecer as ações da Rede Temática de Metodologias Participativas	CGRIGS						
	Redes Temáticas de Ater	2. Garantir a transversalidade das Redes de MP e de Agroecologia nas demais	CGRIGS						
Agroecologia	Redes Temáticas de Ater	1. Fortalecer as ações da Rede Temática de Agroecologia	CGRIGS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Atuação em Redes	Redes Temáticas de Ater	1. Ampliar as redes temáticas para as esferas estadual e municipal	DATER, DFDA, Inst. Ater						
	Redes Temáticas de Ater	2. Criar rede de informação de mercado	DATER, DFDA, Inst. Ater						
Pedagogia da Alternância	Redes Temáticas de Ater	1.Debater o tema educação por Alternância	DATER, Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Metodologias de Ater	Formação	1. Criar programa de capacitação no tema para extensionistas	Coord. Formação						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Agroecologia	Formação	1. Ampliar os programas e cursos de capacitação em agroecologia	Coord. Formação						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Atuação em Redes	Formação	1. Incluir e priorizar as capacitações em rede no programa de capacitação de agentes de Ater	Coord. Formação						
Pedagogia da Alternância	Formação	1. Incluir ações de formação de agricultores por alternância	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Metodologias de Ater	Articulação Ater/Pesquisa	1. Qualificar os agricultores familiares, agentes de ATER e pesquisadores em desenvolvimento participativo de metodologias de construção do conhecimento agroecológico (linha de ação do programa de capacitação)	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Agroecologia	Articulação Ater/Pesquisa	1. Favorecer a integração de agricultores, agentes de Ater e pesquisadores na formulação de alternativas agroecológicas	DATER, EMBRAPA/OEPAS, Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Metodologias de Ater	Termos de Referência	1. Garantir recursos para ações de capacitação em metodologias participativas	DATER						
	Termos de Referência	2. Priorizar projetos que contemplem ações em metodologias participativas	DATER						
Agroecologia	Termos de Referência	1. Garantir recursos para atividades agroecológicas	DATER						
ATER/ATES	Termos de Referência	1. Unificar os planos e diretrizes referentes aos projetos de Ater/Ates	DATER, Inst. Ater						
Relação ensino/ pesquisa/ extensão/ organizações de agricultura	Termos de Referência	1. Apoiar ações de pesquisa-ação por meio de chamadas específicas para as universidades articuladas com a representação da agricultura familiar e organizações de Ater	DATER, Inst. Ater						
	Termos de Referência	2. Prever a aplicação dos resultados da pesquisa-ação para melhorar a interação entre pesquisa e extensão	Inst. Ater e universidades						
Pedagogia da Alternância	Termos de Referência	1. Apoiar as iniciativas de articulação entre formação e ATER que utilizem a Pedagogia de Alternância	DATER						

EIXO 4 ATER NA GERAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE RENDA

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Ater Gerencial/Mercado	PRONATER	1. Inserir ações que contemplem a agregação de valor, comercialização, organização e ampliação da escala da produção	DATER						
	PRONATER	2. Incentivar a adoção de práticas cooperativas de produção, comercialização, consumo e crédito	DATER						
	PRONATER	3. Ampliar a divulgação dos programas governamentais (PAA, Garantia Safra)	DATER						
	PRONATER	4. Incentivar ações de certificação da produção familiar (socioparticipativa)	DATER						
	PRONATER	5. Fortalecer e organizar o mercado não agrícola	DATER						
	PRONATER	6. Identificar e fazer gestão junto às instituições e órgãos competentes pela temática da política fiscal/tributária e legislação sanitária diferenciada e apropriada para a agricultura familiar	DATER						
Diversificação da Produção	PRONATER	1. Reforçar a estratégia de transição agroecológica	DATER						
	PRONATER	2. Incentivar a diversificação da produção (SAFs)	DATER						
	PRONATER	3. Fortalecer as ações do Programa de Diversificação da Produção Fumicultora	DATER						
Atividades Não Agrícola	PRONATER	1. Garantir a inserção de ações que promovam o fortalecimento e apoio a atividades produtivas não agrícolas	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Cadeias Produtivas	PRONATER	1. Inserir nas estratégias do Pronater ações que promovam o trabalho com cadeias produtivas	DATER						
Associativismo e Cooperativismo	PRONATER	1. Incentivar a criação de núcleos de cooperativismo e associativismo	DATER						
	PRONATER	2. Estimular a criação de cooperativas de crédito rural e fortalecer as existentes	DATER						
	PRONATER	3. Fortalecer a articulação SAF/SDT no tema	DATER						
	PRONATER	4. Encaminhar para discussão no CONDRAF	DATER						
	PRONATER	5. Fazer gestão junto ao Ministério da Fazenda e Banco Central no sentido de criar espaço para discussão das cooperativas de crédito e flexibilizar a constituição de novas cooperativas de crédito	DATER						
Economia Solidária	PRONATER	1. Garantir ações voltadas para agregação de valor e geração de renda, com responsabilidade social	DATER/SAF						
	PRONATER	2. Apoiar ações de certificação da produção (sócioparticipativa)	DATER/SAF						
	PRONATER	3. Apoiar ações de organização das cadeias produtivas e comerciais, com foco em economia solidária, marketing ambiental (agroecológico)	DATER/SAF						
	PRONATER	4. Identificar e fazer gestão junto as instituições e órgãos competentes pela temática da legislação sanitária para a agricultura familiar	DATER/SAF						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Sistemas Produtivos de Base Ecológica	PRONATER	1. Fortalecer a estratégia e a diretriz da transição agroecológica no Pronater	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Ater Gerencial/ Mercado	Programas Estaduais de Ater	1. Fortalecer os mecanismos estaduais de acompanhamento de preços	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Fortalecer o monitoramento de produtos no mercado para melhoria no processo de comercialização	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Garantir ações que contemplem investimento em centrais de abastecimento e comercialização dos produtos da agricultura familiar	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	4. Construir estratégias para fortalecer a agricultura familiar no mercado interno e externo (feiras locais, estaduais, regionais e internacionais)	Inst. Ater						
Diversificação da Produção	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações de transição agroecológica	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir ações de diversificação da produção (implantação de SAF, piscicultura integrada à produção de pequenos animais, criatórios de animais silvestres, floricultura e plantas medicinais)	Inst. Ater						
Atividades Não Agrícola	Programas Estaduais de Ater	1. Garanti a inserção de ações que promovam as atividades rurais não agrícolas (criação de programas de turismo e artesanato)	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Realizar diagnósticos sobre os potenciais não agrícolas nos Estados	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Cadeias Produtivas	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações que trabalhem a cadeia produtiva dos produtos da Agricultura Familiar	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Qualidade de Vida	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir interface com outras políticas públicas para o campo	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Estimular parcerias entre as instituições de Ater e os movimentos sociais, cooperativas, associações e sindicatos	Inst. Ater						
Associativismo e Cooperativismo	Programas Estaduais de Ater	2. Estimular parcerias entre as instituições de Ater e os movimentos sociais, associações e sindicatos	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir ações para o fortalecimento da cultura cooperativista e associativista	Inst. Ater						
Economia Solidária	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações de Ater voltadas para o fortalecimento da economia solidária	DATER/Inst. de Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Garantir ações de Ater na comercialização dos produtos da Agricultura Familiar	DATER/Inst. de Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Garantir ações de formação/capacitação nos processo de comercialização, economia solidária, gestão da unidade de produção	DATER/Inst. de Ater						
Sistemas Produtivos de Base Ecológica	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações que promovam a trasição para agricultura de base ecológica	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Ater Gerencial/ Mercado	Redes de Ater	1. Contribuir no debate para o desenvolvimento de mecanismos para a aquisição de produtos da agricultura familiar pelos governos locais	Inst. Ater						
Diversificação da Produção	Redes de Ater	1. Discutir com os gestores locais a estratégia de diversificação e aquisição da produção	Inst. Ater						
Atividades Não Agrícola	Redes de Ater	1. Discutir estratégias para diagnosticar e fortalecer atividades produtivas não agrícolas	Inst. Ater						
Cadeias Produtivas	Redes de Ater	1. Buscar parcerias para atuação nos arranjos produtivos locais e cadeias produtivas	Inst. Ater						
Qualidade de Vida	Redes de Ater	1. Debater com outros órgãos locais a interface entre a Pnater e outras políticas públicas para o campo	Inst. Ater						
Associativismo e Cooperativismo	Redes de Ater	1. Sensibilizar sobre a criação de cooperativas (produção, comercialização, crédito, consumo) e outras formas associativas	Inst. Ater						
	Redes de Ater	2.Assessorar o processo de constituição de novas cooperativas e outras organizações associativas	Inst. Ater						
Economia Solidária	Redes de Ater	1. Identificar alternativas de processamento, armazenamento e comercialização da produção	Inst. Ater						
	Redes de Ater	2. Estimular a formação de equipes multidisciplinares em economia solidária e comércio justo	Inst. Ater						
	Redes de Ater	3. Desenvolver planos de negócio para produtos da Agricultura Familiar	Inst. Ater						
Sistemas Produtivos de Base Ecológica	Redes de Ater	1. Criar debates sobre conceitos de agroecologia	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Ater Gerencial/ Mercado	Conselhos	1. Encaminhar a discussão para o CONDRAF	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Encaminhar para discussão junto à frente parlamentar de Ater e outros Ministérios	Comitê de Ater						
	Conselhos	3. Discutir e articular a implementação da política fiscal diferenciada para a agricultura familiar nos estados	Comitê de Ater						
Cadeias Produtivas	Conselhos	1. Discutir e priorizar as cadeias produtivas no estado	DATER						
	Conselhos	2. Articular os fóruns de arranjos produtivos locais	DATER						
Qualidade de Vida	Conselhos	1. Debater nos conselhos a integração das políticas públicas para o bem estar e qualidade de vida no campo	Comitê de Ater						
Economia Solidária	Conselhos	1. Articular com fóruns da economia solidária para realização de campanha de consumo consciente	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Sensibilizar para a criação de fóruns de economia solidária nos municípios onde não existe	CDRS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Ater Gerencial /Mercado	Redes Temática de Ater	1. Fortalecer as Redes de Comercialização, Produtos e Mercados Diferenciados, Turismo, Agroindústria, Leite e Financiamento da Produção	CGRIGS						
	Redes Temática de Ater	2. Discutir e implementar na rede de Comercialização, Produtos diferenciados e Agroindústria a discussão sobre exportação, mercado internacional para os produtos da agricultura familiar e Organização Mundial do Comércio (OMC)	CGRIGS						
	Redes Temática de Ater	3. Realizar discussão nas Redes Temáticas de Comercialização e Agroindústria sobre política fiscal/tributária diferenciada e apropriada para a agricultura familiar	CGRIGS						
Diversificação da Produção	Redes Temática de Ater	1. Criar a Rede Temática de SAF	DATER						
	Redes Temática de Ater	2. Fortalecer o debate sobre diversificação da produção nas redes existentes	CGRIGS						
	Redes Temática de Ater	3. Fortalecer a Rede Temática de Diversificação da Atividade Fumicultora	DATER						
	Redes Temática de Ater	4. Discutir a viabilidade e articular a implementação de linha de crédito para criação e comercialização de animais silvestres	DATER						
Atividades Não Agrícola	Redes Temática de Ater	1. Fortalecer as ações das Redes de Turismo e Artesanato	SAF/DATER						
	Redes Temática de Ater	2. Fortalecer o debate sobre o tema nas outras redes temáticas	CGRIGS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Cadeias Produtivas	Redes Temática de Ater	1. Fortalecer as redes temáticas de comercialização, produtos e mercados diferenciados e do leite	SAF/DATER						
	Redes Temática de Ater	2. Inserir o debate de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais nas redes temáticas	CGRIGS						
Qualidade de Vida	Redes Temática de Ater	1. Inserir o debate qualidade de vida nas redes temáticas	CGRIGS						
Associativismo e Cooperativismo	Redes Temática de Ater	1. Incentivar o debate sobre o tema nas Redes Temáticas	CGRIGS						
Economia Solidária	Redes Temática de Ater	1. Fortalecer as atividade e ações das Redes de Comercialização, Turismo e Produtos Diferenciados	CGRIGS						
	Redes Temática de Ater	2. Realizar discussão nas Redes Temáticas de Comercialização, Produtos Diferenciados e Agroindustria sobre a legislação sanitária para a realidades da agricultura familiar	CGRIGS						
	Redes Temática de Ater	3. Estimular a discussão sobre a lei da biodiversidade e repartição de benefícios nas Redes Temáticas de Comercialização, Produção, Produtos Diferenciados, Mulheres	CGRIGS						
Sistemas Produtivos de Base Ecológica	Redes Temática de Ater	1. Fortalecer as ações da Rede Temática de Agroecologia	CGRIGS						
	Redes Temática de Ater	2. Implementar na política de crédito incentivo para os agricultores (as) que fizerem a mudança para a transição agroecológica	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Ater Gerencial/ Mercado	Formação	1. Criar programas de formação em planejamento e gerenciamento da produção familiar, comercialização, mercados, agroindústria etc.	Coord. Formação						
Diversificação da Produção	Formação	1. Fortalecer ações de capacitação de técnicos e agricultores em sistemas produtivos diversificados (SAFs)	Coord. Formação						
Atividades Não Agrícola	Formação	1. Incentivar a capacitação de técnicos e agricultores em atividades produtivas não agrícolas (artesanato, turismo rural, etc)	Coord. Formação						
Cadeias Produtivas	Formação	1. Criar programa de formação/capacitação de técnicos e agricultores em cadeias produtivas (comercialização, processamento, mercado)	Coord. Formação						
Qualidade de Vida	Formação	1. Inserir a temática qualidade de vida e cidadania na formação/capacitação de agricultores (as) e técnicos (as)							
Associativismo e Cooperativismo	Formação	1. Criar programas de formação em cooperativismo e associativismo	Coord. Formação						
Associativismo e Cooperativismo	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Economia Solidária	Formação	1. Criar programas de capacitação de técnicos relacionados à economia solidária, cadeias produtivas, comércio justo, gestão da produção	Coord. De Formação						
Economia Solidária	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. De Formação						
Sistemas Produtivos de Base Ecológica	Formação	1. Ampliar os programas e cursos de capacitação em agroecologia	Coord. Formação						
Sistemas Produtivos de Base Ecológica	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
LINHA DE AÇÃO	**INSTRUMENTO**	**ESTRATÉGIA DE AÇÃO**	**RESPONSÁVEL**	**SEMESTRE**					
				2008	**2009**	**2009**	**2010**	**2010**	**2011**
Ater Gerencial/ Mercado	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar estudos de cadeias produtiva, processamento de produtos, comercialização	DATER						
Diversificação da Produção	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar estudos sobre arranjos produtivos locais e cadeias produtivas dos produtos da agricultura familiar	DATER						
	Articulação Ater/Pesquisa	2. Disponibilizar tecnologias adaptadas aos sistemas de produção diversificados	DATER						
Atividades Não Agrícola	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar estudos de potencial, cadeias produtivas e tecnologias adaptadas a atividades não agrícolas no meio rural	DATER						
Cadeias Produtivas	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar estudos das cadeias produtivas dos principais produtos da Agricultura Familiar	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Associativismo e Cooperativismo	Articulação Ater/Pesquisa	1. Identificar as principais ações realizadas pelas cooperativas ligadas a agriculltura familiar no sentido de criar banco de dados	DATER						
Economia Solidária	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar informações sobre mercado, cadeias produtivas e técnicas de beneficiamento e armazenamento da produção	EMBRAPA/OEPAS						
Sistemas Produtivos de Base Ecológica	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar informações e tecnologias sobre sistemas de produção agroecológicos	EMBRAPA/OEPAS						
	Articulação Ater/Pesquisa	2. Apoiar no processo de formação/capacitação de técnicos e produotres rurais	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Ater Gerencial/ Mercado	Termos de Referência	1. Garantir recursos para ações voltadas à comercialização e agregação de valor	DATER						
Diversificação da Produção	Termos de Referência	1. Garantir recursos para ações de capacitação em sistemas produtivos diversificados	DATER						
	Termos de Referência	2. Garantir recursos para atividades de diversificação da produção	DATER						
Atividades Não Agrícola	Termos de Referência	1. Garantir recursos para ações de atividades como artesanato e turismo rural	DATER						
	Termos de Referência	2. Incentivar estudos sobre o potencial dos estados em atividades rurais não agrícolas	DATER						
Cadeias Produtivas	Termos de Referência	1. Definir como meta obrigatória ações que envolvam toda a cadeia produtiva dos principais produtos da agricultura familiar	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Cadeias Produtivas	Termos de Referência	2. Disponibilizar recursos para estudos de cadeias produtivas	DATER						
Associativismo e Cooperativismo	Termos de Referência	1. Definir meta obrigatória para ações de cooperativismo e associativismo	DATER						
Economia Solidária	Termos de Referência	1. Garantir, como meta obrigatória, ações que tratem da economia solidária	DATER						
	Termos de Referência	2. Disponibilizar recursos para ações de Ater na economia solidária	DATER						
Sistemas Produtivos de Base Ecológica	Termos de Referência	1. Ampliar recursos para ações que contemplem a transição para agroecologia e implantação de SAF	DATER						

EIXO 5: ATER NA QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito	PRONATER	1. Definir ação estratégica para os temas inadimplência, associativismo e cooperativismo	DATER						
	PRONATER	2. Propor o respeito aos calendários agrícolas	DATER						
	PRONATER	3. Propor mecanismos para divulgação das linhas de crédito para STR, Associações de produtores e CMDRS, Parceiros etc.	DATER						
	PRONATER	4. Propor a integração das ações de crédito, formação e ATER	DATER						
Programa de Aquisição de Alimentos	PRONATER	1. Definir Ações Estratégicas - PAA	DATER						
	PRONATER	2. Prever articulação das entidades de ATER com a CONAB	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Garantia Safra	PRONATER	1. Prever estratégias para divulgação do Garantia Safra	DATER						
Gestão social	PRONATER	1. Estabelecer estratégias de formação de conselheiros	DATER						
Educação do campo	PRONATER	1. Contemplar o tema	DATER						
Saúde	PRONATER	1. Diretriz que trate do tema na articulação territorial	DATER						
	PRONATER	2. Medidas de saneamento básico como parte integrante das ações de ATER	DATER						
Serviços ambientais	PRONATER	1. Estabelecer diretriz para recuperação dos mananciais hídricos	DATER						
	PRONATER	2. Estabelecer diretriz para recuperação de vegetação nativa	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito	Programas Estaduais de Ater	1. Garantir ações de formação para qualificação do crédito, redução da inadimplência e cooperativismo	DATER						
	Programas Estaduais de Ater	2. Inserção de ações para o combate a inadimplência e fomento ao cooperativismo	DATER/Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	3. Universalização da ATER para agricultores inadimplentes, por meio de metodologias participativas	DATER/Inst. Ater						
Programa de Aquisição de Alimentos	Programas Estaduais de Ater	1. Estabelecer estratégias para a ampliação do PAA	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Prever ATER para o PAA	Inst. Ater						
Garantia Safra	Programas Estaduais de Ater	1. Prever estratégias para divulgação do Garantia Safra	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Seguro da agricultura familiar	Programas Estaduais de Ater	1. Análise pelos CEDRS	Inst. Ater						
Gestão social	Programas Estaduais de Ater	1. Prever a formação dos conselheiros em Gestão Participativa	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Educação do campo – ensino fundamental, médio e superior	Programas Estaduais de Ater	1. Tratar do tema Educação do Campo	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Estabelecer estratégias de articulação entre educação e ATER	Inst. Ater						
Saúde	Programas Estaduais de Ater	1. Articular as ações de ATER com segurança alimentar, saneamento básico	Inst. Ater						
Reforma agrária	Programas Estaduais de Ater	1. Articular as ações de ater com o PNCF	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Estabelecer metas de atendimento nos assentamentos	Inst. Ater						
Serviços ambientais	Programas Estaduais de Ater	1. Propostas para recuperação dos mananciais hídricos	Inst. Ater						
	Programas Estaduais de Ater	2. Propostas para recuperação de vegetação nativa	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito	Redes de Ater	1. Diagnosticar as razões da inadimplência	Parceiros da REDE						
	Redes de Ater	2. Realizar a comunicação no CMDRS e CEDRS das situações de inadimplência	Parceiros da REDE						
	Redes de Ater	3. Realizar reuniões com dirigentes para debater e buscar soluções para inadimplência	Parceiros da REDE						
	Redes de Ater	4. Universalização da ATER para agricultores inadimplentes.	Parceiros da REDE						
	Redes de Ater	5. Planejamento da propriedade para o crédito sistêmico	Parceiros da REDE						
Programa de Aquisição de Alimentos	Redes de Ater	1. Aliar a Ater com o programa incrementando a qualidade dos produtos ofertados	Parceiros da REDE						
Garantia Safra	Redes de Ater	1. Metas de cadastramento das comunidades para implementação do Garantia Safra antes do lançamento	Inst. Ater						
	Redes de Ater	2. Planejar e estabelecer metas de cadastramento das comunidades	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Seguro da agricultura familiar	Redes de Ater	1. Debate com os agentes financeiros sobre o programa	Inst. Ater						
Gestão social	Redes de Ater	1. Estabelecer metas de formação dos conselheiros em gestão social	Inst. Ater						
Educação do campo – ensino fundamental, médio e	Redes de Ater	1. Estabelecer debate com os CME ou CEE de Educação do Educação do Campo	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Saúde	Redes de Ater	1. Analisar e avaliar as condições de elevação da qualidade de vida através de medidas de saneamento, segurança alimentar, etc	Inst. Ater						
Serviços ambientais	Redes de Ater	1. Propostas regionais ou territoriais para recuperação mananciais e vegetação nativa	Inst. Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito	Conselhos	1.Desenvolver estratégias para a implementação do crédito sistêmico, Pronaf Jovem e Pronaf mulher	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Acatar as denúncias sobre emissões de DAPs indevidas	Comitê de Ater						
	Conselhos	3.Reunir as organizações que representam os agricultores para debater as razões da inadimplência	Comitê de Ater						
	Conselhos	4. Debater com os agentes financeiros projetos apropriados à produção de base agroecológica	Comitê de Ater						
Programa de Aquisição de Alimentos	Conselhos	1. Debater critérios regionais para inclusão no PAA	CEDRS						
Seguro da agricultura familiar	Conselhos	1.Debate com os agentes financeiros sobre o programa	Comitê de Ater						
	Conselhos	2. Debater a inserção do município no programa	Comitê de Ater						
Gestão social	Conselhos	1. Propor processos permanentes de formação em gestão	Comitê de Ater						
Saúde	Conselhos	1. Debate permanente sobre a saúde e qualidade de vida e saúde dos agricultores	Comitê de Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Reforma agrária	Conselhos	1. Debate permanente sobre a necessidade de reforma agrária em seu âmbito de competência	Comitê de Ater						
Serviços ambientais	Conselhos	1. Debate sobre as necessidades de recuperação ambiental em seu âmbito de atuação	Comitê de Ater						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito	Redes Temática de Ater	1. Inserir nos debates da Rede de financiamento e proteção da produção o tema inadimplência.	DATER/SAF						
	Redes Temática de Ater	2.Inserir nos debates da Rede de financiamento e proteção da produção o tema cooperativismo.	DATER/SAF						
	Redes Temática de Ater	3. Debater na Rede de financiamento e proteção da produção os critérios para emissão de DAPs	DATER/SAF						
Programa de Aquisição de Alimentos	Redes Temática de Ater	1. Inserir nos debates da Rede de financiamento e proteção da produção o tema PAA.	DATER						
Garantia Safra	Redes Temática de Ater	1. Debater e divulgar o Planos Safra em todas as redes	CGRIGS						
Seguro da agricultura familiar	Redes Temática de Ater	1. Debater na Rede de financiamento e proteção da produção o tema	CGRIGS						
Gestão social	Redes Temática de Ater	1. Debate sobre o tema na Rede de Metodologias Participativas	CGRIGS						
Educação do campo – ensino fundamental, médio e superior	Redes Temática de Ater	1. Debater o tema nas redes, cada rede deve trabalhar o tema na sua especificidade.	CGRIGS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Saúde	Redes Temática de Ater	1. Debate sobre saneamento básico, segurança alimentar, uso de defensivos agrícolas e fertilizantes, fitoterapia e saúde da mulher, medicina preventiva, segurança no trabalho nas Redes Temáticas	CGRIGS						
	Redes Temática de Ater	2. Articular o debate com outros fóruns como por exemplo segurança alimentar	CGRIGS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Reforma agrária	Redes Temática de Ater	1. Debater o tema reforma agrária nas Redes Temáticas	CGRIGS						
Serviços ambientais	Redes Temática de Ater	1. Debater o tema nas redes, categorizando os serviços ambientais prestados pelos agricultores familiares	CGRIGS						
Serviços ambientais	Redes Temática de Ater	2. A rede de Agroecologia debater a regulamentação da valorização deste serviços	CGRIGS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito	Formação	1. Criar programa de capacitação no tema para extensionistas	Coord. Formação						
	Formação	2. Elaborar e difundir material didático para formação/capacitação no tema (técnicos e agricultores)	Coord. Formação						
Programa de Aquisição de Alimentos	Formação	1. Criar linha de capacitação no tema para extensionistas e agricultores familiares	Coord. Formação						
Seguro da agricultura familiar	Formação	1. Tratar do tema na formação sobre as políticas da SAF	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Gestão social	Formação	1. Cursos para formação dos agentes de ATER e agricultores em Gestão Social	Coord. Ater						
Educação do campo – ensino fundamental, médio e superior	Formação	1. Estabelecer debate com MEC sobre Educação do Campo	Coord. Formação						
	Formação	2. Estabelecer debate com as universidades sobre a formação de agentes de ATER articuladas com educação do campo	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Saúde	Formação	1. Propor ações formativas que envolvam o tema saúde e qualidade de vida	Coord. Formação						
Reforma agrária	Formação	1. Formação para o acesso ao PNCF	Coord. Formação						
	Formação	2. Formação para os assentados da reforma agrária em auto-gestão.	Coord. Formação						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito	Articulação Ater/Pesquisa	1. Desenvolver pesquisa sobre a utilização do crédito Pronaf.	EMBRAPA/OEPAS						
	Articulação Ater/Pesquisa	2. Disponibilizar tecnologias adequadas a agricultura familiar quando possível com a visão creditícia	EMBRAPA/OEPAS						
Programa de Aquisição de Alimentos	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar pesquisa para disponibilização de tecnologias para agricultores beneficiários do programa	OEPAS						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Educação do campo – ensino fundamental, médio e superior	Articulação Ater/Pesquisa	1. Propor pesquisas que revelem as necessidades formativas para agricultores familiares	DATER						
Saúde	Articulação Ater/Pesquisa	1. Propor pesquisas sobre as condições sanitárias de vida dos agricultores	DATER						
Serviços ambientais	Articulação Ater/Pesquisa	1. Disponibilizar pesquisas sobre as medidas de recuperação de áreas degradadas	DATER						

LINHA DE AÇÃO	INSTRUMENTO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	SEMESTRE					
				2008	2009	2009	2010	2010	2011
Crédito do Pronaf – agricultores em dificuldades financeiras, cooperativismo de crédito	Termos de Referência	1. Estabelecer metas de combate a inadimplência por estado ou região	DATER						
Programa de Aquisição de Alimentos	Termos de Referência	1. Prever ações de Ater para o PAA	DATER						
Gestão social	Termos de Referência	1. Estabelecer metas para formação de conselheiros	DATER						
Educação do campo – ensino fundamental, médio e	Termos de Referência	1. Propor ações de articulação da educação do campo com ações de Ater	DATER						
Saúde	Termos de Referência	1. Estabelecer metas diagnósticas sobre as condições de vida dos agricultores Familiares	DATER						
Serviços ambientais	Termos de Referência	1. Linha temática em recuperação de mananciais e florestas	DATER						

www.mda.gov.br/saf